

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SIMONE PILETTI VISCARRA

CAPITAL SOCIAL E BEM ESTAR HEDONISTA

Um estudo comparado entre três localidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, Março 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SIMONE PILETTI VISCARRA

CAPITAL SOCIAL E BEM ESTAR HEDONISTA

Um estudo comparado entre três localidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política/ UFRGS, como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Professor Dr. César Marcello Baquero Jacome

Porto Alegre

2010.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Simone Piletti Viscarra

CAPITAL SOCIAL E BEM ESTAR HEDONISTA

Um estudo comparado entre três localidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Dissertação apresentada ao programa de Pós graduação em Ciência Política da UFRGS como obtenção parcial para o título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em Março de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. César Marcello Baquero Jacome - UFRGS (Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González - UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro - UnB

Prof. Dr. Djalma Cremonese (UFPel)

Dedicatória

A minha família...

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que me ajudaram a concretizar esse trabalho:

Ao meu Pai, a Jane, a minha irmã Maria e ao meu irmão Jorge pelos momentos de alegria e amizade;

Aos meus afilhados Lucas e Marina a quem dedico parte do meu trabalho;

Ao Professor Marcello Baquero pela motivação, acolhimento e exemplo de ser humano e profissional;

A todos aqueles que trabalham na UFRGS para fazer desta Universidade um exemplo de ensino público de qualidade;

Ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política e à Capes pela bolsa de estudos;

A todos os membros do Núcleo de Pesquisa a América Latina, em especial a Bianca de Freitas Linhares e ao Bruno Mello Souza;

A minha mãe que nunca me permitiu olhar para trás e enfrentou comigo todos os momentos de alegrias e dificuldades com compreensão e amizade;

Agradeço a Dalila Braun e família pelo acolhimento e carinho;

E ao meu amigo e companheiro Guinter Braun, pelo amor, *paciência*, ajuda, noites sem dormir e pelo bom humor, indispensáveis para materialização deste trabalho.

Obrigado!

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi analisar a qualidade de vida e os estoques de capital social em três localidades do RS: COREDES Nordeste, Noroeste Colonial e Metropolitano Delta do Jacuí. A hipótese principal é que a presença de solidariedade, reciprocidade e confiança refletem no bem estar das pessoas. O estudo conduzido sobre essas localidades foi realizado com base em dados oficiais sobre o desenvolvimento socioeconômico e dados empíricos de avaliação sobre o bem estar. O referencial teórico e metodológico utilizado segue a abordagem adotada pela Teoria Culturalista, que permite incorporar o conceito de capital social ao debate. Isto porque a definição de capital social empregada atribui valor às normas e sentimentos que as pessoas possuem acerca dos demais membros e instituições de sua sociedade.

Este é um estudo de natureza comparada e descritiva, sendo estruturado em três partes. A primeira, composta pela metodologia e o referencial teórico. A segunda, de caráter analítico, descreve os dados empíricos das regiões estudadas. E a terceira, conclusiva, define os limites, os avanços e as perspectivas do capital social para a compreensão e promoção do bem estar. Os principais resultados alcançados evidenciam que o bem estar das pessoas pode ser explicado por indicadores de capital social.

PALAVRAS CHAVES

Capital social; bem estar hedonista; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the life quality and the stocks of social capital in three different cities of Rio Grande do Sul: COREDES Northeast, Colonial Northeast and the Metropolitan Delta of Jacuí. The main hypothesis is that the presence of solidarity, reciprocity and trust affects people's welfare. The research carried on these cities was conducted based upon official data about the social and economical development and empirical data of welfare evaluation. The theoretical and methodological reference utilized is the same adopted the Culturalistic Theory, which incorporates the concept of social capital to the debate. That is because the concept of social capital used allows the use of values, rules and feelings that people may have about other members and institutions of their society.

This dissertation is comparative and descriptive structured in three parts: The first part is discusses the methodology and the theoretical references. The second is of analytic nature that describes the empirical data from the cities studied. The third section, establishes the limits, progress and the perspectives of social capital in relation to the welfare's understanding and the promotion of well being. The main results indicate that people's welfare can be best explained by social capital indicators.

KEY WORDS

Social Capital; hedonistic welfare; Rio Grande do Sul.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- IDH do Brasil e do RS.....	17
Tabela 2- Avaliação dos COREDEs segundo o IDESE.....	18
Tabela 3- Dados socioeconômicos dos COREDES	75
Tabela 4- Porcentagem positiva de confiança interpessoal (%).....	76
Tabela 5- Índice de confiança interpessoal (%).....	77
Tabela 6- Porcentagem e pessoas que concordam com as seguintes afirmações (%).....	80
Tabela 7- Índice de confiança institucional (%).....	81
Tabela 8- Participação em ações comunitárias ou em organizações (% positiva)	82
Tabela 9- Qualidade de vida subjetiva (%)	85
Tabela 10- Índice de bem estar hedonista (%)	86
Tabela 11- Desenvolvimento socioeconômico no RS.....	87
Tabela 12- Efeitos diretos, indiretos sobre a qualidade de vida, COREDE N. Colonial	98
Tabela 13- Efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida no COREDE Nordeste.....	102
Tabela 14- Efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida, COREDE Metropolitano .	107
Tabela 15- Efeitos totais	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Indicadores utilizados.....	30
Quadro 2- Modelo de trajetória	93
Quadro 3- Modelo de trajetória calculado no COREDE N. Colonial	97
Quadro 4- Modelo de trajetória calculado no COREDE Nordeste	101
Quadro 5- Modelo de trajetória calculado no COREDE Metropolitano	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 Objetivo Central	24
1.3 Hipóteses Centrais	25
1.3.1 Hipóteses derivadas	25
1.4 Estrutura do trabalho	25
CAPÍTULO 2	27
2 Metodologia.....	27
2.1 Os dados	28
2.2 A população	31
2.3 A amostra.....	33
2.4 Os COREDEs	34
2.4.1 Noroeste Colonial	34
2.4.2 Nordeste.....	34
2.4.3 Metropolitano Delta do Jacuí	35
2.4.4 Estratégias de pesquisa e análise	35
CAPÍTULO 3	37
3 Revisão bibliográfica.....	37
3.1 Capital Social.....	37
3.1.1 Origens do conceito	37
3.1.2 O aparecimento do capital social.....	41
3.1.3 Autores clássicos	44
3.1.4 Debates contemporâneos	49
3.2 Bem estar e qualidade de vida	56
3.3 Capital social para a promoção da qualidade de vida.....	62
3.4 Felicidade, satisfação, bem estar e participação	69
CAPÍTULO 4	73
4. O Rio Grande do Sul como foco de análise	73
4.1 Capital social no RS	76
4.2 Bem estar e qualidade de vida no RS	85
4.3 O modelo de trajetória	91

4.3.1 A análise da trajetória no COREDE N. Colonial	96
4.3.2 A análise da trajetória no COREDE Nordeste.....	100
4.3.3 A análise da trajetória no COREDE Metropolitano.	105
4.4 As diferenças entre as regiões	110
CAPÍTULO 5	116
5 Considerações Finais	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICES	133
Apêndice A – O uso da análise fatorial	134
Apêndice B - Construção dos índices.....	136
Apêndice C- Construção do cálculo de efeitos totais do COREDEs	138
ANEXOS	141
Anexo A- Mapa do Estado do RS via Regiões do COREDE.....	142
Anexo B- Avaliação do IDESE (2000-2006).....	143

1 INTRODUÇÃO

Estudos relacionados à qualidade de vida sempre estiveram presentes em trabalhos e pesquisas nas Ciências Humanas. Entretanto, um dos fenômenos mais significativos nessa área ocorreu nas últimas décadas com a introdução de variáveis subjetivas coletadas por meio de pesquisas de opinião. Essa mudança pode ser observada nos estudos sobre bem estar e qualidade de vida que defendem a importância de se considerar as percepções das pessoas sobre sua vida cotidiana como elemento central de análise.

Um dos primeiros trabalhos nessa temática, que considera variáveis subjetivas como importantes para a compreensão da qualidade de vida, é o realizado por Campbell, Converse e Rodger (1976), intitulado *The quality of American life*. A pesquisa que deu origem a essa obra¹ teve apoio tanto do governo norte-americano quanto de cientistas sociais que questionavam a forma como a mensuração da qualidade de vida dos cidadãos estava sendo operacionalizada, na medida em que as análises até então existentes priorizavam dados econômicos e, sobretudo, os que diziam respeito ao poder de consumo da população.

Para Campbell, Converse e Rodger (1976), as dimensões econômicas utilizadas em tais pesquisas não permitiam avaliar a qualidade de vida da sociedade, pois não refletiam o sentimento de bem estar das pessoas, sendo essencial agregar variáveis psicológicas e avaliativas ao debate. De acordo com os autores, a sociedade precisa ser compreendida como o lócus onde as relações que os indivíduos estabelecem com seu mundo diário são incorporadas, pois tal compreensão possibilita examinar as condutas, sentimentos e valores da realidade social que o pesquisador investiga.

Na mesma linha de análise, a obra *Quality of life* de Nussbaum e Sen (1988) busca definir quais são os tipos de informações que possuem maior utilidade para avaliar a qualidade de vida das pessoas. Os autores argumentam que os dados econômicos, ainda tão frequentemente utilizados, não possibilitam uma leitura detalhada da situação na qual os

¹ Esses autores utilizaram como base os dados provenientes das pesquisas realizadas pela Russel Sage Foundation, de 1967.

indivíduos se encontram, tornando necessário agregar aos estudos sobre qualidade de vida questões que colem informações sobre como os indivíduos percebem a sua vida diária. Desse modo, eles propõem uma mensuração mais complexa da qualidade de vida dos cidadãos, que necessita ser operacionalizada via diferentes fontes de dados. Com o objetivo de complexificar a análise, Nussbaum e Sen ressaltam a importância de dados econômicos² concomitantemente com informações acerca das percepções das pessoas sobre seu cotidiano, como por exemplo, sobre a forma como elas estruturam suas relações sociais com sua família, demais membros da sociedade, e as emoções e sentimentos que nutrem em relação às esferas social e política. Dessa maneira, Nussbaum e Sen vão além da utilização de variáveis meramente econômicas e instrumentais, alcançando outras dimensões de análise.

Academicamente, a relação entre capital social e qualidade de vida se estrutura no período posterior à década de 1960, quando variáveis de ordem avaliativa e cognitiva dos sujeitos sociais são incorporadas e reconhecidas em pesquisas na área das Ciências Humanas. De acordo com Fagundes (2008), o período de 1960 se caracterizava por dois fatores. O primeiro ressalta a complexidade dos sistemas políticos, que serviu de base para o surgimento de novos significados para a percepção dos valores culturais, uma vez que era clara a emergência de nacionalismos, políticas de apoio ao sufrágio universal, e o aparecimento de movimentos sociais que impactariam nos modelos de participação até então reconhecidos. O outro fator define o período por meio das modificações ocorridas em âmbito social e político.

Nos estudos da Ciência Política norte-americana, essa mudança é observada no incentivo à produção de pesquisas que tivessem como objetivo esclarecer a relação entre seres humanos, instituições e processos políticos e que, principalmente, comparassem o sistema político norte-americano com sistemas estrangeiros. É nesse contexto que Almond e Verba (1963) publicam seu trabalho *The civic culture*.

Nessa obra, o objetivo dos autores é pesquisar a estabilidade democrática sob uma ótica comparada que valorize aspectos culturais das sociedades em análise. Para tal, os autores atribuem significados aos valores relacionados à existência de símbolos que fortalecem a orientação afetiva das pessoas e o apego ao sistema político como um todo. O princípio defendido por Almond e Verba (1963) propõe estabelecer o consenso de que a cultura política de uma sociedade contribui para a compreensão da estabilidade dos sistemas políticos. Para eles, a cultura política está enraizada em um conjunto de orientações cognitivas, afetivas e avaliativas que podem reforçar o grau de estabilidade dos sistemas políticos, pois quanto mais

² Como por exemplo, os de expectativa de vida das pessoas, serviços públicos de saúde, educação e saneamento.

forte a existência de uma cultura política baseada na confiança das pessoas em seus representantes e instituições políticas, maiores as chances de se observar um sistema político estável. As conclusões de Almond e Verba não diminuem a importância das instituições, mas postulam a inclusão de orientações cognitivas, afetivas e avaliativas dos sujeitos sociais como elemento complementar necessário nos estudos de Ciência Política.

A obra desses autores teve origem multidisciplinar principalmente entre trabalhos clássicos da Sociologia³, da Antropologia⁴ e da Ciência Política. Entre os autores clássicos da Ciência Política utilizados por Almond e Verba (1963) destacam-se os escritos de: Maquiavel (1513), Platão (380 a.C), Montesquieu (1748), Tocqueville (1835), Hobbes (1651), Locke (1690) e Rousseau (1762) (ALMOND, 1989). Os referidos autores, através de diferentes perspectivas e em diferentes épocas, proporcionam subsídios técnicos para que, em 1963, Almond e Verba desenvolvessem seu trabalho de política comparada utilizando variáveis culturais para a compreensão das ações e das atitudes dos cidadãos.

A realidade da década de 1960 e o desenvolvimento dos estudos de teoria culturalista de Almond e Verba possibilitaram a difusão de pesquisas que, além de buscar explicações sobre o aparecimento de novas formas de movimentos sociais, incluíssem em suas análises a definição de atores civis como entes protagônicos e detentores de racionalidade política. Em decorrência disso, disseminaram-se estudos que consideravam os sentimentos e as avaliações dos sujeitos como dados analíticos de pesquisa. Desse modo, os agentes sociais emergem como produtores de questionamentos, idéias críticas e ações capazes de incidir na sua realidade e buscar por melhorias de caráter material e econômico, que impactam no seu bem estar. Nessa perspectiva, os sentimentos que as pessoas nutrem acerca das esferas políticas, econômicas e sociais que compõem a sua vida passam a ser considerados como variáveis importantes para o estudo e o reconhecimento das características de uma localidade. Entre essas variáveis, destaca-se a confiança nos demais membros, confiança nos representantes políticos e a felicidade, satisfação e realização dos cidadãos em sua sociedade.

Entre os estudos de Ciência Política produzidos com base nos argumentos culturalistas de Almond e Verba, destacam-se aqueles que empregam o conceito de capital social. O capital social também de origem multidisciplinar, engloba na sua definição trabalhos de outras áreas que consideram fatores como reciprocidade, confiança e associativismo essenciais na busca de explicações relativas às relações sociais. Estudos importantes nessa linha de análise

³ Para detalhes ver PORTES, Alejandro; SOCIAL CAPITAL: Its Origins and Applications in Modern Sociology . In: Annual Review of Sociology, v. 24, p. 1-24, 1998.

⁴ Para detalhes ver: KUSHNIR e CARNEIRO, 1999.

são desenvolvidos, por exemplo, por sociólogos como Granovetter (1985), Bourdieu (1980) e Coleman (1990). É, no entanto, com o cientista político Robert Putnam (1993), em seu livro *Comunidade e democracia na Itália Moderna*, que o termo se populariza no meio acadêmico. Nessa obra, o autor constatou que em localidades italianas com maior participação associativa entre os cidadãos, as instituições democráticas desempenhavam suas funções de forma mais eficaz. Entre as variáveis que Putnam considera importante para a sua análise destacam-se os laços de confiança, solidariedade, associativismo e o compartilhamento de normas e valores coletivos. O emprego desses indicadores conceitualiza o capital social como uma forma de associação pautada na participação e na confiança interpessoal que, quando presentes entre os indivíduos de uma comunidade, aumentam sua eficiência no grupo social e incidem nas suas esferas, política e econômica.

No entanto, é nos anos de 1980-90 que o emprego do conceito de capital social passa a ser amplamente difundido⁵ por cientistas sociais e organizações internacionais responsáveis pela promoção de ações e financiamentos a projetos que visam à melhoria do bem estar das comunidades, como por exemplo, Cepal⁶, Banco Mundial, Organização Mundial da Saúde e FAO⁷. A justificativa para a disseminação do capital social, dentro e fora da esfera acadêmica, está no fato do conceito incluir na sua definição, o reconhecimento dos sentimentos subjetivos de avaliação dos atores sociais como significativos para a compreensão das relações sociais. Nesse sentido, a abordagem do capital social e seus indicadores tornam-se úteis para o entendimento da qualidade de vida, uma vez que a operacionalização do referido conceito facilita a promoção de ações voltadas a melhorias sociais e econômicas.

A compreensão do capital social como ferramenta de combate às desigualdades sociais e econômicas fornece subsídios para que este conceito seja introduzido em pesquisas sobre desenvolvimento socioeconômico. Isso ocorre porque a existência de seus indicadores fortalece os laços sociais e traduz maior incidência de ações coletivas voltadas para a busca de resoluções de problemas comuns entre os cidadãos. Um exemplo dessa situação é levantado por Durston (1999) e Ostrom (1999), quando demonstram empiricamente como a existência de estoques positivos de capital social pode auxiliar para que os cidadãos atinjam objetivos e superem dificuldades de forma coletiva.

Entre os indicadores que permitem visualizar a existência de estoques de capital social numa sociedade estão aqueles definidos por Putnam (1993) como: confiança, participação

⁵ Para maiores informações, ver Monastério (2002).

⁶ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

⁷ *Food and Agriculture Organization* ou Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação em Português.

cidadã, reciprocidade e solidariedade. Segundo o autor, tais características permitem ao pesquisador compreender como os indivíduos avaliam e interagem com suas esferas políticas, fornecendo subsídios mais complexos às pesquisas que dizem respeito à qualidade de vida. Por conseqüência, sentimentos como felicidade, satisfação, confiança e realização das pessoas com a sociedade onde vivem surgem como elementos centrais na análise do bem estar. Essas sensações, que compreendem a dimensão de bem estar hedonista, que incorpora valores subjetivos como relevantes para compreender o bem estar das pessoas, abrangem na sua composição a avaliação que os cidadãos têm dos aspectos tangíveis e não tangíveis de sua vida cotidiana. Entre os aspectos não tangíveis estão os indicadores de capital social descritos por Putnam e entre os tangíveis os que correspondem aos de valor material.

Em artigo recente Becchetti et alli (2009) usam dados empíricos para enfatizar a necessidade de ampliar o debate acerca do capital social. Entre os resultados encontrados pelos autores está a relação entre a importância de bens não relacionais (*relational goods*) nos sentimentos de felicidade e satisfação dos indivíduos. Dessa maneira, Becchetti et alli (2009), contestam o emprego do indicador GDP (*Gross Domestic Product*), em português, Produto Interno Bruto, como único quesito para avaliação da qualidade de vida de uma sociedade. Isto porque esse indicador não considera os valores que os indivíduos atribuem a aspectos da sua vida como: tempo livre, trabalho voluntário, participação em grupos, organizações, lazer, entre outros.

Segundo Becchetti et alli (2009) a significância de tais aspectos para a compreensão da qualidade de vida de uma comunidade se deve ao fato da sociedade atual estar caminhando em direção a uma não instrumentalidade de suas relações sociais. Assim, reconhece-se que apenas bens materiais ou de mercado não são suficientes para avançar e promover o bem estar. Sendo indispensável, portanto, atribuir valor à influência causada por políticas públicas que promovem a disponibilização de espaços para interação social, feriados, regulamentação das horas de trabalho e a relação que as pessoas estabelecem com os demais membros do seu grupo e instituições.

Com base nesse pressuposto, a mensuração do bem estar de uma sociedade surge como um reflexo da avaliação que as pessoas fazem da sua qualidade de vida num todo. Essa perspectiva que considera tanto indicadores econômicos como subjetivos de avaliação é atualmente utilizada por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas

(ONU) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), instituições e representantes políticos⁸. Contudo, é na área acadêmica que ela se desenvolve de maneira mais incisiva.

No âmbito acadêmico, destacam-se os trabalhos que definem a variável subjetiva de felicidade como indicadora da qualidade de vida das pessoas, como emprega o pesquisador Veenhoven (2008). O autor utiliza a definição de felicidade próxima à adotada por Campbell, Converse e Rodger em 1976, quando estes consideram o sentimento como um reflexo da percepção das pessoas sobre os aspectos econômicos, materiais e de avaliação que compõem seu mundo diário. Nessa perspectiva, torna-se importante investigar acerca da percepção de satisfação das pessoas como elemento complementar à dimensão do seu bem estar. Desse modo, propõe-se que o conceito de felicidade, quando mensurado via percepções subjetivas, permite avaliar a diferença entre o que os indivíduos possuem e aquilo que almejam.

Em artigo recente, outros autores que discorrem a respeito da relação entre os indicadores de capital social, como participação em grupos ou associações, confiança interpessoal e institucional, no sentimento de felicidade das pessoas, é Bartolini, Bilancini e Sarracino (2009). Eles realizaram uma pesquisa em onze países buscando compreender se a presença de capital social promovia ou influenciava na felicidade das pessoas. Entre os resultados encontrados por esses autores, está o fato da presença de confiança interpessoal, institucional e a participação das pessoas em ações coletivas refletir positivamente no sentimento de felicidade dos moradores de dez das onze regiões pesquisadas⁹. Contudo, tal constatação não pressupõe a existência de uma linearidade no desenvolvimento dos efeitos do capital social sobre o bem estar subjetivo das pessoas, devendo ser analisadas as particularidades de cada localidade estudada.

E com base na discussão teórica que justifica a complementaridade entre dados instrumentais e subjetivos torna-se possível realizar estudos descritivos mais complexos na Ciência Política. Isso porque a definição do capital social é compreendida como variável colaborativa para a manutenção e o aparecimento de redes sociais baseadas na confiança, na reciprocidade e no associativismo, que permitem observar a relação dos cidadãos com suas esferas políticas e demais membros da sociedade. Essa compreensão do conceito ajuda a estabelecer um sentido de direção entre as relações sociais, institucionais e o sentimento de bem estar, levando em conta os aspectos particulares de cada localidade para a promoção do bem estar e base das relações sociais coletivas. Assim, o emprego do capital social em estudos

⁸Como enfatizado pelo presidente norte-americano Lyndon Johnson em 1964.

⁹Segundo o autor, o único país que apresentou uma diminuição nos níveis de capital social no período de 1980-2000 foi a Grã-Bretanha.

de qualidade de vida torna-se relevante principalmente em localidades que possuem um cenário econômico e social heterogêneo, como a América Latina, e mais especificamente, o Brasil. Tal cenário pode ser visualizado nos dados divulgados pela CEPAL (Panorama Social 2007 da América Latina), que classifica a região com elevados níveis de desigualdade socioeconômica.

No contexto brasileiro e rio-grandense, os dados econômicos que instigam esta dissertação a pesquisar sobre capital social e qualidade de vida provêm das pesquisas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2008). Essas informações destacam principalmente dois pontos: a importância do RS no cenário econômico nacional e os dados de qualidade de vida dessa localidade superiores à média nacional, como se observa na Tabela 1:

Tabela 1- IDH do Brasil e do RS

Ano	IDH		IDH Educação		IDH Longevidade	
	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS
2000	0,773	0,818	0,849	0,904	0,757	0,804
2001	0,778	0,824	0,861	0,905	0,763	0,809
2003	0,782	0,825	0,874	0,919	0,774	0,818
2004	0,787	0,829	0,878	0,92	0,78	0,824
2005	0,794	0,832	0,883	0,921	0,785	0,827

Fonte: Relatório Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: experiência do Brasil recente (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

Os dados da Tabela 1 evidenciam que o RS possui expectativa de vida e sistema educacional superiores à média nacional. Comparativamente com outros Estados da Federação¹⁰, observa-se que o RS detém o quinto maior IDH¹¹, o terceiro maior IDH quanto à expectativa de vida, e a quinta posição em relação ao IDH em educação. Tais informações sugerem que a qualidade de vida do RS é superior à dos demais estados brasileiros.

Contudo, essa constatação não anula a existência de uma heterogeneidade socioeconômica no interior do RS, como afirma Monastério (2002). Para o autor, tais diferenças, de ordem econômica, social, cultural e política, estão presentes desde a origem do estado gaúcho e fornecem subsídios para que se possa dividir o Rio Grande do Sul em duas partes: norte e sul, onde a norte se destaca por ser mais bem desenvolvida economicamente, enquanto que a sul se caracteriza por possuir as maiores dificuldades de desenvolvimento.

¹⁰ Ver tabela completa em: <http://www.pnud.org.br/home/> .

¹¹ Com 0,8332, enquanto que média nacional para mesma época era de 0,794.

Nos dias atuais, o cenário de fortes diferenças internas no RS pode ser observado por meio dos dados oficiais da Fundação de Economia e Estatística (FEE 2000-2006). Com o apoio do Governo do Estado, desde 1999, essa fundação é a responsável por recolher informações sobre o desenvolvimento socioeconômico do RS. O relatório elaborado por essa instituição é feito considerando quatro blocos de avaliação: educação, renda, saneamento/domicílios e saúde, sendo assim, responsável pela construção do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico de cada localidade (IDESE).

Nos relatórios produzidos pela FEE, o RS é dividido em 22 sub-regiões¹², possibilitando uma análise detalhada no que diz respeito às suas diferenças internas. Entretanto, nesta dissertação somente serão examinados os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Noroeste Colonial e Nordeste¹³. A Tabela 2 apresenta a avaliação do IDESE entre os anos de 2000 e 2006 para essas localidades:

Tabela 2- Avaliação dos COREDEs segundo o IDESE

	N. Colonial		Nordeste		Metropolitano	
2000	18°	0,71	7°	0,737	2°	0,791
2001	14°	0,725	8°	0,737	2°	0,789
2003	14°	0,731	5°	0,752	2°	0,792
2004	15°	0,731	17°	0,731	2°	0,793
2005	16°	0,728	17°	0,723	2°	0,803
2006	16°	0,729	17°	0,726	1°	0,804

Fonte: FEE, 2000-2006.

De acordo com as informações contidas na Tabela 2, o cenário é de distinção entre o COREDE Metropolitano e os COREDEs N. Colonial e Nordeste. Dois fatores são apontados para explicar essa diferença.

O primeiro é o fato de o COREDE Metropolitano se localizar entre os mais desenvolvidos do RS, ao passo que as outras duas localidades, a partir de 2004, se localizam em outro extremo, estando entre as oito menos desenvolvidas do estado. O segundo fator reside na estabilidade dos COREDEs Metropolitano e N. Colonial, enquanto que o COREDE Nordeste caiu nove posições no mesmo período.

Uma leitura inicial das informações publicadas nos relatórios da FEE indica que a população do COREDE Metropolitano tende a ser a mais satisfeita em relação ao seu bem

¹² Divisões para o ano de 2000. Para 2006 essas divisões subiram para 24 e em 2007 para 27 COREDEs.

¹³ De característica mais urbana o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, a leste do Estado e onde se encontra a capital do RS, enquanto que os COREDEs N. Colonial e Nordeste, com menores índices de urbanização, se localizam ao norte do RS.

estar, visto que os dados sobre saúde, educação, saneamento e renda (blocos temáticos que compõem o IDESE) são os mais elevados. Em relação aos outros dois COREDEs, a situação é diferente, uma vez que os mesmos quesitos avaliados caracterizam essas localidades numa posição inferior à da região Metropolitana. No entanto, ao definir a qualidade de vida dos moradores dessas localidades apenas com base em dados instrumentais, corre-se o risco de distorcer a realidade. Assim, torna-se imperativo incorporar à análise da qualidade de vida variáveis subjetivas para a compreensão do bem estar dos indivíduos.

A comparação entre os resultados disponibilizados pela FEE com dados empíricos de avaliação subjetiva dos moradores dessas sociedades pode ser feita com base nas informações coletadas pelas pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL/UFRGS, 2005, 2006).

Os valores subjetivos coletados nesses *surveys* se referem, principalmente, a dois conceitos: capital social e qualidade de vida. Em relação ao capital social, foram coletados dados de confiança interpessoal, confiança institucional e presença de sentimentos de solidariedade entre os sujeitos. As informações que permitem mensurar a qualidade de vida dos cidadãos consideram a opinião das pessoas sobre sua vida cotidiana através da dimensão de bem estar hedonista, que considera os sentimentos de satisfação, felicidade, confiança e realização das pessoas na sociedade onde vivem. Dessa forma, torna-se possível realizar uma análise mais complexa e detalhada da qualidade de vida dessas populações. Isto porque os indicadores que compõem os conceitos de capital social e qualidade de vida subjetiva utilizados possibilitam avaliar e descrever a relação dos indivíduos com as esferas que compõem sua vida diária, assim como a percepção dos indivíduos sobre aspectos tangíveis e não tangíveis de suas vidas. Além do fato da disponibilidade de dados dessas duas fontes, NUPESAL e FEE, permitem elaborar uma análise comparativa entre as informações oficiais sobre o desenvolvimento econômico e dados de percepção das pessoas em relação ao seu bem estar nos COREDEs analisados. Deste modo, é possível examinar a existência, ou não, de diferenças em como os moradores de uma localidade avaliam os aspectos que constituem sua vida diária, e se essas percepções acompanham os dados instrumentais das pesquisas oficiais sobre desenvolvimento socioeconômico do RS.

Cabe destacar que na análise dos dados empíricos sobre capital social disponibilizados pelo NUPESAL no período de 2005-2006, os moradores dos COREDEs pesquisados se caracterizam por possuir uma elevada confiança nos seus familiares e vizinhos, contudo,

baixa confiança interpessoal nas pessoas em geral¹⁴. Discorrendo sobre os demais indicadores de capital social, como confiança institucional, o cenário que descreve essas localidades é de forte desconfiança. Essas evidências tem como base as respostas coletadas sobre a confiança dos moradores nas seguintes instituições: Congresso Nacional, Governo Federal, Assembléia Legislativa, Governo Estadual, Câmara Municipal, Governo Municipal e Partidos Políticos. Os dados do NUPESAL evidenciam uma desconfiança média de 38% dos respondentes do COREDE Nordeste e Metropolitano, e de 42% no COREDE N. Colonial¹⁵ nessas instituições.

A existência desse cenário de desconfiança no interior do RS, e a importância dessas informações para a compreensão dos sentimentos que os cidadãos atribuem à sua vida cotidiana instiga este estudo a verificar a relação entre essas variáveis de capital social e o sentimento de bem estar da população em geral. A possível relação entre essas variáveis será examinada via construção de um modelo teórico de trajetória que permita visualizar empiricamente, ou não, a relação entre as variáveis de capital social e a de bem estar no RS. Desse modo, examina-se se a qualidade de vida dos moradores dessas localidades pode ser explicada pela existência de indicadores de capital social entre as pessoas.

A proposta desta dissertação é realizar um trabalho nos moldes do desenvolvido por Helliwell (2007), para quem os conceitos de capital social e de bem estar estão relacionados. Objetiva-se, dessa maneira, colaborar para o debate em torno da utilização do conceito de capital social como uma variável que contribui para a compreensão da qualidade de vida. Três razões principais embasam esse esforço. A primeira relaciona-se à significância e atual dimensão que o conceito tem adquirido dentro e fora da academia. A segunda é relacionada à importância que os dados empíricos subjetivos possuem sobre o bem estar das pessoas têm adquirido ao longo do tempo para a compreensão e o estudo da qualidade de vida. A terceira e última razão reside na possibilidade de estabelecer uma comparação desses dados empíricos com os de desenvolvimento socioeconômico.

Dessa maneira, esta dissertação é de natureza descritiva que tem como finalidade fornecer bases analíticas para a construção de futuras pesquisas de origem inferencial na temática do capital social e da qualidade de vida. Para tanto, o suporte teórico utilizado para análise dos dados se estrutura dentro da abordagem culturalista, inicialmente desenvolvida por Almond e Verba (1963). Visando a melhor compreensão das informações utilizadas, a

¹⁴ Porcentagem de respondentes que confirmaram que não se pode confiar nas pessoas de maneira geral: COREDE Nordeste: 80%, COREDE N. Colonial: 73% e COREDE Metropolitano: 67%.

¹⁵ O desvio padrão dessas localidades é de 11 pontos percentuais no COREDE Nordeste, 7,5 no COREDE Metropolitano, e 6 no COREDE N. Colonial.

principal técnica de análise empregada foi a de modelo de trajetória. Tal procedimento de análise permitiu tanto testar as hipóteses formuladas, como construir um diagrama teórico que ilustrasse uma visão global do objeto de estudo e permitisse incluir os dados empíricos, cujo resultado possibilita observar a relação entre as variáveis empregadas.

1.1 Formulação do problema de pesquisa

A necessidade de se desenvolver estudos sobre capital social no RS provém de várias razões. Uma delas baseia-se nos dados sociais e econômicos oficiais que descrevem o estado do Rio Grande do Sul como um dos melhores do Brasil em termos de qualidade de vida. Tais informações, no entanto, não são suficientes para descrever adequadamente a existência de diferenças internas no RS, como destaca Monastério (2002). Outro motivo que incentiva o desenvolvimento de pesquisas a respeito dessa temática é, ainda, a falta de informações subjetivas de como a própria população de uma localidade avalia sua qualidade de vida.

O emprego do capital social como conceito que permite descrever a presença de solidariedade, coletividade e confiança interpessoal auxilia na compreensão dos valores que podem promover bem estar/qualidade de vida das pessoas. Assim, sua utilização permite complexificar e complementar os relatórios econômicos sobre qualidade de vida dos COREDEs em estudo, possibilitando a comparação de dados instrumentais de desenvolvimento social e econômico com informações empíricas sobre a avaliação que os moradores dessas localidades fazem de suas vidas. Adicionalmente ao emprego desse conceito, a inclusão de valor aos sentimentos de felicidade, satisfação, confiança e realização da população com as esferas que compõem sua vida permite ao pesquisador aprofundar seus conhecimentos sobre a qualidade de vida dessa localidade numa perspectiva que vai além da forma tradicional de descrição da realidade do grupo social. A adição de valores subjetivos também permite observar se a avaliação que os cidadãos fazem do seu mundo está de acordo com aquela feita pelos dados oficiais, construindo uma análise que descreve o que é oferecido aos cidadãos a partir de como eles percebem seu dia-a-dia. Nessa perspectiva, torna-se relevante analisar a relação entre sociedade, Estado e políticos, e como os indivíduos produzem capital social, pois isso diz respeito às esferas mais importantes da vida das pessoas.

Os dados empíricos disponibilizados pelo NUPESAL (2005-2006) sobre a presença de capital social apresentam três constatações principais. A primeira se refere ao alto grau de

desconfiança política, que confirma o cenário caracterizado por Monastério (2002) e Bandeira (2003). Entre os dados analisados que fornecem subsídios para essa argumentação, verifica-se que mais de 75% da população das três regiões examinadas concordam com a afirmação de que todos os políticos são corruptos, com destaque ao COREDE Nordeste que atingiu a frequência de 85% de respostas concordando com essa afirmação¹⁶. De acordo com Power e Júlio González (2003), a existência de corrupção numa sociedade caracteriza uma situação de incerteza que aumenta os riscos de instabilidade e, assim, afeta o sentimento de confiança das pessoas nas esferas caracterizadas como corruptas.

Nessa direção, outro resultado que corrobora com esse panorama é a avaliação das pessoas sobre a eficiência do governo em administrar os recursos públicos. Essa questão constatou que menos da metade dos entrevistados desses locais confiavam na administração dos seus governantes. Fato que de acordo com Amorim (2009) colabora para o cenário de desconfiança política, que está associado ao funcionamento das instituições políticas.

O outro indicador de capital utilizado diz respeito à confiança interpessoal, que foi mensurada com base em três perguntas: confiança na família, nos vizinhos e nas pessoas em geral. Em relação à primeira questão, se observa uma confiabilidade quase plena das pessoas com a instituição familiar nos três COREDEs. Com respostas positivas menos significativas, está a confiança dos respondentes nos seus vizinhos, com resultado superior a 80% nas três localidades. No que tange à confiança nos demais membros da sociedade, as porcentagens positivas diminuem significativamente, não chegando a 35% nos COREDEs N. Colonial e Nordeste, e no Metropolitano se localizando abaixo de 20%.

Por último, cabe destacar os dados referentes à presença de participação e solidariedade nesses locais. As perguntas que coletavam essas informações constatarem porcentagens positivas superiores a 85% de pessoas que se dispõem a ajudar sua comunidade mesmo que as benfeitorias não as incluam.

Essas evidências justificam o esforço de se examinar a relação entre os indicadores de capital social e qualidade de vida. Assim, pretende-se pesquisar se existe causalidade entre indicadores de capital social, como confiança interpessoal, confiança institucional, solidariedade e coletividade numa sociedade, e a avaliação das pessoas sobre sua qualidade de vida.

¹⁶ Nas demais localidades, os resultados obtidos foram de 78,5%.

Essa problematização utilizará, majoritariamente, trabalhos que se localizam dentro do campo da cultura política e estudos econômicos que defendem a complementaridade entre dados econômicos instrumentais e as avaliações subjetivas das pessoas para a compreensão da qualidade de vida de uma sociedade.

A comparação entre os dados empíricos coletados pelos *surveys* utilizados (NUPESAL 2005, 2006) e aqueles disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística do RS é o ponto chave que distingue este trabalho dos demais realizados no Estado, pois reconhece a importância da subjetividade avaliativa dos atores sociais para a compreensão do seu bem estar, da mesma forma que aprofunda as análises sobre os dados agregados da FEE e sinaliza uma complementaridade entre esses e os dados empíricos de avaliação subjetiva.

Desse modo, esta dissertação se distancia da análise convencional sobre bem estar e qualidade de vida que não considera os sentimentos dos cidadãos sobre sua vida. Objetiva-se a relevância do conceito de capital social como variável explicativa do bem estar das pessoas. Este esforço se orienta a examinar os avanços e os limites da teoria do capital social para a compreensão da qualidade de vida no RS.

1.2 Objetivo Central

O objetivo principal desta dissertação é compreender a influência do capital social no sentimento de bem estar dos moradores de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

São dois os objetivos centrais:

i) investigar empiricamente se a avaliação dos moradores dos COREDEs examinados sobre seu bem estar acompanha o cenário descrito pelos dados de desenvolvimento socioeconômicos da FEE;

ii) desenhar e calcular um modelo de trajetória que permita observar, ou não, se a presença de indicadores de capital social contribui para o sentimento positivo de bem estar das pessoas.

Igualmente, esta pesquisa tem cinco objetivos específicos:

i) descrever a presença de estoques de capital social (confiança interpessoal, confiança institucional e associativismo) nos três COREDEs;

ii) mensurar o sentimento de bem estar dos moradores dessas localidades com base em informações empíricas;

- iii) construir índices de confiança interpessoal, institucional e de bem estar;
- iv) comparar os dados econômicos da FEE com os dados dos *surveys* utilizados;
- v) verificar a correlação entre as variáveis utilizadas.

1.3 Hipóteses Centrais

São duas as hipóteses centrais desta dissertação:

- i) a confiança interpessoal e institucional impacta no sentimento de bem estar das pessoas;
- ii) Existe associação entre capital social e a dimensão de bem estar das pessoas;

1.3.1 Hipóteses derivadas

As hipóteses derivadas são:

- i) Os indicadores de desenvolvimento socioeconômico utilizados pela FEE não permitem uma mensuração detalhada sobre a qualidade de vida dos moradores das regiões estudadas;
- ii) a presença de solidariedade e reciprocidade influencia no bem estar das pessoas.

1.4 Estrutura do trabalho

Esta dissertação está estruturada em três partes. A primeira engloba três capítulos. O capítulo introdutório, onde é contextualizado o problema de pesquisa, o tema, a justificativa, as hipóteses e os objetivos. O segundo, que descreve a metodologia, a população, a amostra, o método e as técnicas utilizadas. O terceiro apresenta o referencial teórico e a definição dos conceitos e variáveis utilizadas. O arcabouço teórico utilizado nessa seção se localiza dentro dos estudos de cultura política, principalmente em torno da utilização do conceito de capital social. Esse capítulo tem como propósito construir uma análise histórica dos conceitos utilizados e um debate entre os principais autores que contribuem para a sua definição, assim como examinar a proximidade e a relação teórica entre capital social e qualidade de vida.

A segunda parte da dissertação, de caráter mais analítico, engloba três capítulos. O primeiro examina os dados empíricos que indicam a presença de estoques de capital social e a avaliação do bem estar e da qualidade de vida em cada região pesquisada. Essa seção

desenvolve uma análise descritiva das regiões verificadas através de uma abordagem que considera as percepções subjetivas dos cidadãos sobre seu mundo cotidiano. Os dados empíricos sobre bem estar utilizados para mensurar a qualidade de vida serão comparados com as informações disponibilizadas pela FEE no seu relatório de Desenvolvimento Socioeconômico do RS. O segundo capítulo apresenta o modelo de trajetória elaborado para a análise da relação causal entre as variáveis empíricas de capital social e bem estar hedonista. O terceiro sintetiza os resultados das análises realizadas, destacando as diferenças e as similitudes entre os três COREDEs estudados, em relação à causalidade entre capital social e bem estar hedonista.

Por fim, a última parte desta dissertação apresenta as considerações finais, as contribuições e os limites deste trabalho para os futuros estudos de capital social e qualidade de vida.

CAPÍTULO 2

2 Metodologia

Para levar a cabo o trabalho proposto nesta dissertação, optou-se por uma metodologia de natureza descritiva e quantitativa. Para analisar a qualidade de vida e o capital social das localidades estudadas, foram consideradas variáveis atitudinais, avaliativas e comportamentais dos indivíduos de três regiões do RS. Dessa maneira, as pesquisas de opinião utilizadas permitiram coletar informações sobre a existência, ou não, de confiança interpessoal, confiança institucional, solidariedade e participação, como *práxis* de capital social. Essas informações foram coletadas via *surveys* nas três localidades: COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, Nordeste e Noroeste Colonial.

Do ponto de vista teórico, a metodologia empregada neste trabalho teve como uma de suas bases o estudo *Comunidade e Democracia na Itália Moderna* (1993) de Robert Putnam. Nessa obra, o autor estabelece, via dados empíricos, uma relação causal entre o desenvolvimento institucional de duas regiões italianas e seu desenvolvimento econômico por meio de variáveis indicativas de capital social, como confiança, associativismo, solidariedade e reciprocidade. A utilização dessas variáveis aproxima o estudo de Putnam ao trabalho sobre cultura política desenvolvido por Almond e Verba em *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nation* (1963). Essa obra compara as diferenças entre cinco democracias, examinando os padrões atitudinais dos cidadãos e as qualidades do sistema político. Subjacente a esses dois trabalhos está o argumento a respeito da importância de aspectos culturais na formação de atitudes políticas e o reconhecimento dos cidadãos como protagonistas e responsáveis pela estabilidade e legitimidade do sistema político, fatores significativos para o desenvolvimento social, político e econômico de uma sociedade.

2.1 Os dados

Os dados que compõem esta dissertação são provenientes de duas fontes. Uma referente aos dados oficiais do RS disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser¹⁷ (FEE) nos seus relatórios sobre Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE¹⁸) durante os anos de 2000 a 2006. A outra fonte é proveniente de pesquisas de opinião tipo *survey*¹⁹, disponibilizadas pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (2005-2006). A utilização desses dados permite elaborar uma comparabilidade entre os sentimentos que a população nutre em relação aos aspectos da sua vida diária e como os dados oficiais sobre desenvolvimento social do estado avaliam a qualidade de vida dessas pessoas.

A finalidade de se utilizar os dados agregados da FEE e compará-los com as informações empíricas disponibilizadas é seguir a linha de análise proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), que sugere a complementaridade entre tais dimensões para obtenção de uma avaliação aprofundada da qualidade de vida de uma sociedade. Dessa forma, poder-se-ia observar a diferença entre o que é oferecido às pessoas, o que é descrito pelos órgãos oficiais e o que é percebido pelos cidadãos.

Os dados empregados para a construção do relatório anual da FEE sobre desenvolvimento socioeconômico é composto de quatro blocos temáticos: saúde, educação, saneamento/domicílios e renda. Cada um desses elementos possui entre dois e quatro indicadores que, quando agregados, compõem a avaliação final do IDESE. Os indicadores que a FEE utiliza para avaliar a saúde são: i) percentual de crianças com baixo peso ao nascer; ii) taxa de mortalidade entre menores de cinco anos; iii) a esperança de vida ao nascer. Para compor a avaliação sobre educação são consideradas: i) taxas de abandono; e ii) reprovação no ensino fundamental médio; iii) índice de analfabetismo em pessoas de 15 anos ou mais de idade. Para o quesito saneamento e domicílios são considerados: i) percentuais de domicílios abastecidos com água; ii) esgoto sanitário; iii) média de moradores por residência; para a

¹⁷ A FEE é uma instituição vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do RS, que tem como atribuição elaborar informações estatísticas e análises sobre a realidade socioeconômica gaúcha e de planejamento econômico e social do Estado. Fonte: <http://www.fee.tche.br/sitefee/>.

¹⁸ Índice de Desenvolvimento Socioeconômico “O IDESE é um índice sintético, inspirado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e Saúde. Tendo por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, informando a sociedade e orientando os governos nas suas políticas socioeconômicas. O IDESE varia de zero a um e, permite classificar Estado, municípios ou COREDES em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800).” (FEE, 2008, <http://www.fee.tche.br/sitefee/>).

¹⁹ Para informações adicionais, ver Babbie, E. Métodos de pesquisa de Survey. UFMG, 1999.

renda foi avaliada: i) geração de renda (PIBpc); ii) apropriação de renda pelo VABpc²⁰ do comércio; alojamento e alimentação. Esses indicadores e seus blocos temáticos seguem parâmetros internacionais de avaliação (FEE, 2006), o que torna possível examinar o desenvolvimento socioeconômico de cada localidade tanto de forma isolada quanto de forma comparada. Todavia, esse conjunto de dados não considera a opinião das pessoas sobre os quesitos avaliados.

A outra fonte de dados utilizada diz respeito a três bancos de dados disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL/UFRGS). Essas pesquisas tipo *survey* são provenientes da pesquisa intitulada “Capital social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, uma pesquisa comparada em três cidades Latino Americanas: Porto Alegre, Montevidéu e Santiago do Chile”, realizada em 2005 com o apoio da CNPq e que serviu de base estrutural para a construção de três *surveys*.

As pesquisas acadêmicas disponibilizadas para esta dissertação foram:

- i) COREDE N. Colonial, proveniente da pesquisa “Desenvolvimento sustentável e Capital Social”, realizada pelo Dr. Dejalma Cremonese com o apoio da Universidade Unijuí, com uma amostra de 400 casos;
- ii) COREDE Nordeste, proveniente da pesquisa “A importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste”, realizado pelo Dr. Hemerson Luiz Pase e financiado pela FAPERGS, com uma amostra de 606 casos;
- iii) COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, proveniente da pesquisa “Capital Social e desenvolvimento sustentável na América Latina”, realizado pelo NUPESAL com o apoio da CNPq, com uma amostra de 510 casos;

A utilização desses dados é possível porque todos possuem rigor metodológico e comparabilidade entre as questões sobre capital social e qualidade de vida/bem estar, uma vez que os questionários aplicados seguem o modelo estruturado na pesquisa sobre cultura política realizada em 2005.

Com o propósito de atingir os objetivos propostos e testar as hipóteses levantadas nesta dissertação, foram selecionadas, dentre todas que compunham o questionário aplicado, as questões que mais refletiam a operacionalização dos conceitos. A escolha das perguntas se

²⁰ O VABpc de uma localidade diz respeito à apropriação de renda das pessoas de uma determinada região, considerando o poder aquisitivo dessas em relação a alimentação, comércio e alojamento.

deu com base no referencial teórico sobre capital social e bem estar que será definido no próximo capítulo.

O Quadro 1 explicita as questões selecionadas:

Quadro 1- Indicadores utilizados

Conceito	Indicadores	Questão	Respostas
CAPITAL SOCIAL	Confiança interpessoal	Em termos gerais você diria que:	1-Se pode confiar nas pessoas 2- Não se pode confiar nas pessoas
		Em relação às instituições que vou ler (família e vizinhos), gostaria de saber se você confia:	1- Confia Muito 2- Confia pouco 3- Não confia
	Confiança Institucional	Em relação às instituições que vou ler (Governo Federal, Congresso Nacional, Assembléia Legislativa, Governo Estadual, Câmara Municipal, Governo Municipal), gostaria de saber se você confia:	
		Opinião sobre as seguintes afirmações: Todos os políticos são corruptos; O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos;	1- Concorda 2- Concorda pouco 3- Não Concorda
	Solidariedade	Se precisasse viajar por um ou dois dias você poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa e/ou filhos?	1- Sim 2- Não
		Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, você contribuiria?	
Participação, Ação coletiva e cooperação	Nos últimos anos você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?	1- Sim 2- Não	
	Atualmente participa de algum grupo ou organização?		
QUALIDADE DE VIDA	Bem estar hedonista	Quanto ao/à Sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade?	Feliz/ Infeliz Satisfeito/ Insatisfeito Realizado/ Frustrado Confiante/ Inseguro

Fonte: Questionário da pesquisa sobre Capital Social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável (NUPESAL 2005).

O propósito do Quadro 1 é explicitar como as informações foram coletadas em cada COREDE. Essas questões compõem um conjunto de informações de caráter avaliativo, cognitivo e comportamental que consideram valores e sentimentos que segundo Baquero (2003, 2005) justificam a utilização do conceito de capital social como um composto de fatores "subjetivos" que podem influenciar no sistema político de uma sociedade, seja evitando a fragmentação social ou fornecendo subsídios para a legitimação de instituições políticas.

A mensuração de capital social neste trabalho é feita de maneira próxima ao realizado por Narayan e Pritchett (1999), que utilizaram três dimensões principais:

- i) Participação em grupos e ações coletivas;
- ii) Características desse grupo: verificando a heterogeneidade desses;
- iii) Valores individuais das pessoas;

Nesse trabalho, os autores pressupõem que quanto maiores os estoques de confiança interpessoal, maior é a existência de ações participativas numa sociedade. Assim, esta perspectiva vai ao encontro de estudos contemporâneos que defendem a presença de ações coletivas para a realização de objetivos comuns, permitindo às sociedades alcançarem melhorias na sua qualidade de vida. Essa perspectiva é defendida por Narayan e Pritchett (1999), ao constatar a existência de elevados níveis de participação em ações conjuntas, orientadas para a melhoria da vida de toda a comunidade, permite um desenvolvimento socioeconômico mais rápido das localidades. Subjacente a essa dimensão está a utilização do capital social como estratégia de combate à pobreza, defendida por Durston (2002, 2006), e a importância da confiança institucional como variável promotora de relações mais dinâmicas e positivas entre cidadãos, governos, instituições e representantes políticos, uma vez que toda e qualquer instituição gera expectativas e sentimentos em seus usuários e, assim, influencia na vida cotidiana das pessoas (CHANG, 2007).

As questões acerca da qualidade de vida dos entrevistados foram escolhidas com base em dois motivos. O primeiro, em razão da forma como os dados foram coletados, incentivando os respondentes a descreverem seus sentimentos em relação à sociedade onde vivem, tais como felicidade, satisfação, confiança e realização, em moldes similares aos elaborados por Campbell, Converse e Rodger (1976). A segunda razão provém do fato das interrogações sobre qualidade de vida corresponderem às mesmas variáveis utilizadas por estudiosos como Helliwell (2004) e Veenhoven (2008). O primeiro autor se destaca por pesquisar a relação entre capital social e qualidade de vida, enquanto que o segundo possui relevância por relacionar variáveis como felicidade à qualidade de vida das populações.

2.2 A população

A população pesquisada se localiza no estado do Rio Grande do Sul, que ocupa aproximadamente 3% do território brasileiro (282.062 km²) e abriga 6% de sua população total²¹. Em relação à economia do estado, essa representa cerca de 7% do PIB nacional, se

²¹ Sendo o quinto Estado mais populoso do Brasil com 10.963.219 habitantes.

posicionando como o 4º melhor PIB per capita do país, estando abaixo apenas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (IBGE, 2005).

Segundo o PNUD (2005), o RS conta com o quinto maior IDH brasileiro. Em aspectos sociais, a região se caracteriza por possuir índices inferiores à média nacional de mortalidade infantil, taxas mais elevadas de expectativa de vida (superior a 74 anos) e 92% da sua população alfabetizada. Assim, numa análise economicista, a região se estrutura como uma das mais bem desenvolvidas em termos de qualidade de vida do país. Todavia, esses dados não são suficientes para garantir uma homogeneidade econômica e social no interior do estado²².

Visando investigar e combater as diferenças sócio-econômicas que assolam a região gaúcha desde sua origem, o Governo do Estado em 1991 dividiu o RS em 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Os conhecidos COREDEs, criados sob o governo de Alceu Collares, são delimitações territoriais calculadas com base em dados econômicos. Em âmbito nacional, esse período foi marcado pela implementação da constituição de 1991²³ e pelo incentivo à descentralização. Entretanto, os COREDEs foram criados apenas no RS.

O período de criação desses Conselhos era de forte mobilização social no RS, e em nível federal, pela adoção de medidas descentralizadoras dos recursos públicos e suas funções. Tais medidas federais visavam contribuir para conferir maior autonomia aos estados e municípios, fortalecendo os governos locais e a otimização dos recursos públicos através de um contato mais aberto e direto entre os agentes representativos e suas comunidades. Essas medidas vão ao encontro dos objetivos dos recém criados COREDEs, cujo propósito era possibilitar aos governos municipais e estadual melhor compreensão da realidade socioeconômica onde esses estavam inseridos. Assim, facilitar-se-ia a aproximação entre representantes, instituições e cidadãos, através da otimização da atuação e da gestão dos governos através de um programa de desenvolvimento integrado.

A principal atividade desses Conselhos Regionais é assessorar o Governo do Estado do RS no planejamento de diretrizes gerais para o desenvolvimento regional e estadual, focando na diminuição das desigualdades socioeconômicas entre as regiões. Dessa forma, busca-se promover avanços na qualidade de vida dos cidadãos, o combate às desigualdades sociais, o desenvolvimento local, o desenvolvimento econômico e a preservação consciente

²² Para maiores informações ver Pedro Bandeira em: O capital social e a atuação dos conselhos regionais de desenvolvimento no RS. Tese defendida em 2003 na UFRGS.

²³ Enfatizando que a criação destes em 1991 é legalmente oficializada no ano de 1994. Divisão inicialmente composta por 22 COREDEs, e chega em 2007 com 27 Conselhos (FEE, 2007).

dos recursos naturais e do meio-ambiente, via articulação entre atores sociais, políticos e econômicos.

Com o objetivo de possibilitar um controle mais efetivo das mudanças econômicas e sociais dessas localidades, a Fundação de Economia e Estatística (FEE), desde o ano de 1999²⁴, vem elaborando relatórios anuais sobre os serviços de saúde, educação, saneamento/domicílio e renda dessas diferentes regiões. A avaliação desses blocos temáticos pela fundação permite a construção do índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE) e a distribuição dos COREDEs numa escala avaliativa que analisa e compara a evolução e as particularidades socioeconômicas de cada localidade. Esta dissertação considera tanto as delimitações geográficas desses conselhos, que foram respeitadas durante a aplicação dos *surveys* disponibilizados pelo NUPESAL, quanto os relatórios produzidos pela FEE durante o período 2000-2006 para os COREDEs examinados.

2.3 A amostra

O universo da pesquisa abrange o segmento populacional dos COREDEs²⁵ Metropolitano Delta do Jacuí, Colonial e Noroeste Colonial, cujas informações foram disponibilizadas pelo NUPESAL.

As amostras dos *surveys* aplicados são representativas da população de cada localidade permitindo generalizar os resultados encontrados descrevendo atitudes e comportamentos dos membros de uma comunidade, assim como, materializar comparações entre diferentes populações. A comparação entre os dados coletados nessas diferentes regiões é possível devido ao emprego de um instrumento de coleta de dados similar em todos os COREDEs. O questionário aplicado incluía perguntas de caráter atitudinal, avaliativo e comportamental em todas as regiões. Desse modo, segue-se a linha de pensamento de Almond e Verba que valoriza os aspectos subjetivos da população através de questões de ordem avaliativa, cognitiva e comportamental (ALMOND, 1966).

²⁴ No site da FEE (<http://www.fee.tche.br/sitefee>) estão disponibilizados os dados do período 2000-2006.

²⁵ Ver mapa das regiões no anexo A.

2.4 Os COREDEs

2.4.1 Noroeste Colonial

Situada na região norte do estado, é a segunda menor região em número populacional dentre as investigadas, apesar de composta por 32 municípios²⁶, perdendo para o COREDE Nordeste. Todavia, essa localidade possui maior espaço territorial e uma das taxas de analfabetismo mais elevadas em comparação com os COREDEs Metropolitano e Nordeste. A expectativa de vida e a mortalidade infantil dessa região são equivalentes às demais regiões comparadas.

Em termos econômicos, o COREDE N. Colonial apresenta as menores taxas de exportação e o segundo menor PIB per capita do RS. A taxa de urbanização dessa localidade é de 50-65% (IBGE, 2000), possuindo a menor taxa dentre os locais aqui analisados e por conseguinte, uma economia baseada no agronegócio.

2.4.2 Nordeste

Localizada na região norte, como o COREDE N. Colonial, é composta por 23 municípios²⁷, possui o menor número de habitantes e a menor densidade demográfica dentre as localidades estudadas. Em relação aos seus indicadores demográficos, esses apresentam a maior taxa de analfabetismo e de mortalidade infantil dentre os três COREDES que abarcam esta dissertação, e uma longevidade equivalente às demais regiões do estado.

Os dados econômicos apresentados pelo IDESE (FEE, 2000-2006) descrevem a região como possuidora do terceiro maior PIB per capita e a segunda menor taxa de exportação do RS. Essa localidade também se caracteriza pelo tamanho do seu território, segundo maior em

²⁶ Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

²⁷ No ano de 2005, quando esse survey foi aplicado, o COREDE era composto pelas seguintes cidades: Água Santa, André da Rocha, Barracão, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Esmeralda, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Muitos Capões, Paim Filho, Pinhal da Serra, Sananduva, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tapejara, Tupanci do Sul, Vila Lângaro.

PIB agrícola e sendo uma região de característica agropecuária. Entretanto, possui um grau de urbanização superior ao do COREDE N. Colonial, 65-81% (IBGE, 2000).

2.4.3 Metropolitano Delta do Jacuí

A localidade definida como COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, ou somente COREDE Metropolitano, é composta por apenas 10 municípios²⁸ da região Leste do RS, dentre esses a capital gaúcha. A região possui a menor dimensão territorial em comparação com os locais estudados. Entretanto, segundo a FEE (2006), trata-se do COREDE mais populoso do estado²⁹.

Em termos sociais, essa região detém a menor taxa de analfabetismo em relação aos outros dois COREDEs estudados, enquanto que os níveis taxas de longevidade e mortalidade infantil seguem a tendência dos demais COREDEs. No que tange à economia da região, seu PIB per capita é o mais elevado do estado, e sua taxa de exportação é um pouco inferior à da região do Vale dos Sinos, sendo a segunda mais elevada³⁰. Com altos níveis de urbanização, 81-97% (IBGE, 2000), possui uma economia baseada nos setores secundário e terciário.

2.4.4 Estratégias de pesquisa e análise

Com base nos objetivos e nas hipóteses desta pesquisa, se optou por desenvolver um estudo de natureza quantitativa. Esta pesquisa tem como base duas fontes de dados, FEE (2000-2006) e NUPESAL, cuja análise é realizada em duas etapas. A primeira, comparando as tabelas fornecidas nos relatórios de desenvolvimento socioeconômico da FEE com os dados empíricos coletados nos *surveys* utilizados. A segunda etapa é realizada com base na técnica conhecida como modelo de trajetória proposta por Bryman e Cramer (2005), cujo diagrama foi elaborado tendo como referência a bibliografia teórica utilizada e englobando todas as questões selecionadas no Quadro 1.

Para levar a cabo as análises propostas, as técnicas utilizadas foram: distribuição de frequências, testes de correlação entre variáveis (análise fatorial) e análise da trajetória (*path analysis*).

²⁸ Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo, Viamão. Porém a pesquisa de onde esses dados são provenientes abarca apenas a capital do estado.

²⁹ A capital gaúcha possui 1.438.830 habitantes (FEE, 2008).

³⁰ Porto Alegre é responsável por mais da metade da taxa de exportação desse COREDE. U\$ FOB 1.228.626.776 (FEE, 2008).

A distribuição de frequências tem como propósito apresentar as informações coletadas pelos questionários aplicados nos *surveys*. A técnica de análise fatorial permitiu averiguar a possibilidade de agregar variáveis de um mesmo indicador em um único fator, facilitando a construção e o cálculo do modelo de trajetória elaborado (Quadro 2). A técnica de análise de trajetória permitiu verificar a existência de correlação entre as variáveis de capital social e bem estar hedonista. Esse procedimento técnico parte da premissa de que a(s) variável(is) independente(s) impacta(m) na variável dependente de maneira direta, podendo ser reforçadas pelas de variáveis intervenientes do modelo.

De acordo com Asher (1976), essa forma de correlação permite evidenciar a relação entre duas ou mais variáveis, sendo uma prova da causalidade entre essas e permitindo ao pesquisador fazer afirmações descritivas e inferenciais sobre a realidade investigada. Nesse modelo, a diagramação das relações entre as variáveis tem sua estrutura e sentido definidos pelo pesquisador com base teórica, ou seja, o emprego da técnica busca explicitar modelos causais já formulados de maneira teórica, onde o objetivo é proporcionar estimativas quantitativas sobre as conexões entre um conjunto de variáveis empíricas através de diversos caminhos, *path diagram* (BRYMAN e CRAMER, 2005). O uso da técnica foi possível porque os *surveys* utilizados consideram o indivíduo como unidade primária da pesquisa e permitem examinar os efeitos diretos e indiretos sobre a variável dependente, bem como sua multicolinearidade³¹. O desenho desse diagrama pode ser visto no Quadro 2.

Para a construção do modelo, as questões do Quadro 1 foram classificadas da seguinte forma:

- i) variáveis exógenas: são aquelas que não sofrem influência das outras variáveis presentes nesse modelo: confiança interpessoal e confiança institucional;
- ii) variáveis intervenientes: são aquelas que se localizam entre as variáveis exógenas e a dependente, e podem reforçar ou não a correlação entre essas. São: solidariedade e participação em grupos ou associações;
- iii) variáveis endógenas: correspondem àquelas que podem ser determinadas pelas relações estabelecidas pelos grupos anteriormente descritos: dimensão de bem estar hedonista, que é composta pelas variáveis de felicidade, satisfação, realização e confiança.

³¹ Multicolinearidade diz respeito à relação de interdependência entre as variáveis. E sua existência não depende da existência da relação de dependência entre a variável dependente e a independente. A sua existência dentro das Ciências Humanas é uma regra porque não se trabalha com experimentos controlados. A sua existência implica que as variáveis estão linearmente correlacionadas através de vetores explicativos. MOREIRA, L. F. Multicolinearidade em Análise de Regressão. In: XII ERMAC - Encontro Regional de Matemática Aplicada e Computacional, 2008, Foz do Iguaçu. Anais do XII ERMAC. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2008/cadastro/artigos/temp/315.pdf>

CAPÍTULO 3

3 Revisão bibliográfica

Este capítulo tem como objetivo discutir as bases teóricas que definem os conceitos de capital social e qualidade de vida utilizados nesta dissertação. Esses conceitos serão abordados dentro de uma perspectiva histórica que considera suas origens e o seu desenvolvimento acadêmico.

3.1 Capital Social

O conceito de capital social se situa dentro da teoria da cultura política desenvolvida nos anos de 1960. A origem do marco teórico culturalista teve sua definição inicial estruturada nos estudos desenvolvidos por Almond e Verba (1963), na obra *The Civic Culture*. Esses autores não utilizam o conceito de capital social, mas estabelecem sólidos subsídios teóricos dentro da Ciência Política para que o termo se desenvolva, uma vez que a teoria por eles empregada considera os valores culturais das sociedades essenciais para a compreensão dos sistemas políticos. Desse modo, possibilita o emprego de variáveis cognitivas, avaliativas e comportamentais dos sujeitos sem minimizar a importância das instituições.

3.1.1 Origens do conceito

O capital social é um conceito de origem multidisciplinar³² e se aplica a diversas áreas e estudos das Ciências Sociais e Econômicas. Para compreendê-lo com profundidade, segundo Woolcock (2001), é necessário descrever sua origem, evolução, história e indicadores. Assim, o objetivo nesta primeira etapa é definir as bases norteadoras do conceito numa perspectiva histórica que considere as contribuições e as pesquisas de autores clássicos

³²Sobre a multidisciplinaridade do conceito ver: Durlauf, 2005 e Higgins, 2005.

e contemporâneos, bem como sua utilização por parte de organismos internacionais, como o Banco Mundial e Organização Mundial da Saúde.

Atualmente, a definição mais utilizada do capital social se enquadra dentro da teoria culturalista (1960) proposta por Almond e Verba. Em sua obra mais conhecida, os autores referem-se aos processos pelos quais os cidadãos estruturam suas relações sociais e políticas, estabelecendo variáveis culturais como explicativas de determinados padrões sociais de comportamentos políticos. Assim como no capital social, as bases teóricas que fornecem subsídios para o desenvolvimento dessa perspectiva antecedem aos anos de 1960, como pode ser observado na obra desses autores quando se utilizam de estudos clássicos da Ciência Política como os de Platão, Montesquieu, Maquiavel, Tocqueville, Hobbes, Locke e Rousseau. Os autores clássicos utilizados por Almond e Verba se destacam por contribuírem na compreensão do sistema político, social e econômico, empregando variáveis culturais e propondo uma explicação que considere os aspectos particulares de cada sociedade para sua descrição e compreensão³³.

As contribuições desses estudos clássicos vão desde o reconhecimento da importância da socialização política, defendida por Platão à significância da relação entre variáveis sócio-culturais e sua relação com a estratificação social de Aristóteles. Em Maquiavel (1513), destacam-se as variáveis político-culturais, os valores morais e os sentimentos de identidade e as virtudes cívicas das pessoas como necessárias para que uma sociedade prospere automaticamente. No que se refere à cultura de uma sociedade, Montesquieu propõe analisar a heterogeneidade ou homogeneidade dessa com vistas a compreender o sucesso de uma nação. Autores como Rousseau e Tocqueville também incorporam esses elementos em seus estudos. O primeiro, considerando a importância do temperamento dos habitantes para a manutenção e legitimidade política do sistema; e o segundo, reconhecendo a presença de variáveis culturais através da expressão *customs* no sentido de “regras tradicionais”, referindo-se à condição moral e intelectual total de uma pessoa (ALMOND, 1969)³⁴. Em suma, é em estudos clássicos da Ciência Política que Almond e Verba buscam as principais bases para sua teoria de cultura política.

³³ Para maiores informações ver Almond (1989).

³⁴ Tal relevância também pode ser percebida em autores clássicos da sociologia como Durkheim (1893) em seus estudos sobre valores e normas que regem as formas de comportamento (coesão social e integração), nos quais ele atribui valores às redes sociais, ou mesmo nos escritos de Weber sobre o desenvolvimento, em que o referido autor enfatiza variáveis culturais como significativas. Outra perspectiva dentro da área das Ciências Humanas está em trabalhos antropológicos sobre reciprocidade, desenvolvidos por Mauss (MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008. 224 p.

Embora geralmente a origem do capital social esteja associada ao desenvolvimento da teoria culturalista da Ciência Política, suas bases também utilizam a contribuição de trabalhos de outras áreas. Destacam-se nessas perspectivas estudos do campo da Sociologia, da Antropologia³⁵, da Economia e da Psicologia Social. Essa multidisciplinaridade é essencial para a compreensão da sociedade, pois pesquisas de outras áreas do conhecimento consideram elementos subjetivos, como normas, crenças e valores como fatores explicativos para a compreensão de atitudes e sentimentos dos cidadãos.

No que se refere a uma análise histórica do aparecimento do capital social Farr (2004) e Putnam (2001) sugerem que o conceito teve suas bases formadas num período anterior às décadas de 1970-1980. De acordo com os autores, o conceito foi empregado pela primeira vez nos escritos da educadora Lyda Hanifan³⁶, em 1916 (FARR, 2004 e PUTNAM, 2001). Nesses estudos o capital social foi aplicado como variável positiva no combate aos inconvenientes sociais e na solução das dificuldades causadas pelo aumento populacional em zonas rurais. A educadora vinculava o conceito a um conjunto de elementos tangíveis à vida cotidiana dos indivíduos, tais como: boa vontade, camaradagem e simpatia (FARR, 2004). Isso porque essas variáveis auxiliam no alcance a objetivos comuns, beneficiando toda comunidade tanto em âmbito social quanto econômico (HANIFAN, 1916 apud FARR, 2004).

Outro estudo analisado por Putnam (2001) e Farr (2004) é o da analista social Jane Jacobs, quarenta e cinco anos depois de Hanifan. Na sua obra *The Death and Life of Great American Cities* (1961), Jacobs estava preocupada em explicar as diferenças entre certas cidades norte-americanas, pois enquanto algumas pareciam estagnadas temporalmente, outras pareciam mais dinâmicas. Para ela, uma das razões mais importantes que explicava tais diferenças estava na forma como se estabeleciam as relações sociais entre os membros dessas localidades, podendo facilitar a promoção de modificações positivas através da existência de indicadores de capital social. A autora relaciona o capital social à importância de características como horizontalidade e voluntarismo nas relações sociais para que as pessoas se mobilizem e atinjam objetivos relacionados ao bem estar geral dos demais membros de uma sociedade de forma mais coletiva.

O período que segue a obra de Jacobs é intensificado por estudos acadêmicos acerca da aplicação do capital social, principalmente durante a década de 1970, com o aparecimento

³⁵ Ver: KUSHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.

³⁶ Educadora de uma região rural dos Estados Unidos que buscava encontrar soluções para os problemas que estavam surgindo em virtude da forte migração urbana (Farr, 2004).

da cultura política. Nessa tendência, os anos de 1980-1990, intensificam o emprego do conceito, quando este adquire respaldo internacional dos meios de comunicação, instituições políticas e atores sociais. Nesse período, o capital social, junto à teoria culturalista, se constitui numa valiosa abordagem para a compreensão dos movimentos comunitaristas e sociais que se intensificavam e não eram explicados adequadamente pelas teorias até então vigentes. Entre as principais contribuições do emprego desse conceito está o reconhecimento de variáveis indicadoras de reciprocidade, solidariedade e confiança como explicativas para as relações sociais (FARR, 2004).

3.1.2 O aparecimento do capital social

Como descrito, a primeira vez que se verificou a utilização do conceito de capital social data de 1916. Todavia, sua utilização passa a ser recorrente em estudos acadêmicos apenas nas décadas de 1970-1980. Segundo Higgins (2005), o uso do capital social ganha ênfase em virtude de dois pontos. O primeiro, por surgir como uma alternativa ao individualismo criado após o Consenso de Washington, passando a perceber os avanços sociais e econômicos em decorrência de ações coletivas. E o segundo, devido à emergência da teoria culturalista desenvolvida por Almond e Verba.

Em relação ao primeiro ponto destacado por Higgins, o autor enfatiza as políticas elaboradas pelo chamado Consenso de Washington (final da década de 1980 e início da década de 1990) que não atingiram seus objetivos específicos de promover e incentivar medidas que estimulassem e contribuíssem para um desenvolvimento justo e equitativo, assim, não resultando em melhorias substanciais para as pessoas envolvidas. No que tange à teoria culturalista de Almond e Verba, essa se destaca por reconhecer valores avaliativos e subjetivos dos atores sociais como importantes para a compreensão de sistemas políticos e das relações sociais. Dessa forma, essa perspectiva atribui significância à definição do capital social como um conceito que considera variáveis de confiança, solidariedade, participação e associativismo como significativas para que as pessoas estabeleçam redes sociais duradouras.

Outra razão que justifica o aparecimento do emprego do capital social vinculado à vertente culturalista é a compreensão de mundo defendida por esta perspectiva, que possuía como um de seus objetivos incluir nas análises sobre sociedade e desenvolvimento um contraponto à visão defendida pela teoria da modernização. Essa teoria, nas palavras de Lipset; Seong; Torres, (1993), define o caminho para a superação das desigualdades sociais e econômicas como algo endógeno ou linear, onde o desenvolvimento econômico seria o motor para a superação dos problemas. Essa linha de análise postula a promoção de políticas econômicas liberais e uma diminuição da capacidade de influência do Estado sobre a arena

econômica (medidas pós-consenso de Washington), privilegiando o individualismo mercantil, e não reconhecendo as ações dos atores sociais como significativas para a estruturação e alteração de políticas de amplo alcance.

A superação da visão modernista do desenvolvimento ocorreu de forma lenta e gradual, principalmente em decorrência de dois elementos: o aparecimento da perspectiva culturalista dos anos 1960 e o surgimento de rachaduras internas entre os autores que a defendiam. Esse segundo fato é observado nos escritos de Przeworki et al (2000) e Boix (2003), quando afirmam que o desenvolvimento econômico é constituído e materializado com base em aspectos multi-causais, e não como um processo endógeno ou linear, como proposto por Lipset; Seong; Torres (1993). Estes autores incluem em seus estudos variáveis que vão desde o acesso a bens e serviços, renda per capita, nível de industrialização e urbanização, até a presença de recursos fixos ou móveis numa determinada sociedade, que podem influir no seu sistema político (BOIX, 2003), sem, no entanto, chegar a considerar os aspectos sociais e culturais.

Outro argumento que questiona a validade da teoria modernista se estabelece em relação aos seus limites analíticos, principalmente em relação ao aparecimento das experiências comunitaristas nos anos de 1970, que alavancaram o desenvolvimento socioeconômico via processos e características culturais até então desconsideradas por muitos pesquisadores sociais. Exemplos dessa natureza são encontrados no caso de Villa el Salvador no Peru, nas Feiras de Consumo Familiar na Venezuela³⁷, e mais recentemente na cidade de Pintadas no nordeste brasileiro e no programa de irrigação em áreas rurais do Nepal (OSTROM, 1999). Essas experiências refletem a importância que alternativas comunitárias podem exercer na busca pela superação das desigualdades sociais e econômicas, principalmente por meio da existência de estoques positivos de capital social.

Nessa direção, um autor que sintetiza o debate em torno do surgimento da utilização do capital social é Norton (2000), em seu artigo intitulado *Social Capital and Civil Society: Some Definitional Issues*. Nessa publicação, o referido autor argumenta que o aparecimento cada vez mais freqüente do conceito de capital social em estudos e pesquisas provém de duas correntes principais. A primeira relacionada ao liberalismo econômico, ou de mercado, que defende a ideia de um mercado livre no tocante aos serviços básicos e essenciais, permitindo a sociedade civil e as entidades particulares atuarem em pontos que anteriormente eram exclusividade e obrigatoriedade do Estado. O segundo motivo decorre do aparecimento de

³⁷ Para o caso da Villa el Salvador, no Peru, e das feiras de consumo familiar na Venezuela, ver Kliksberg, 2000.

ações comunitárias, ou coletivas, que facilitam a superação do individualismo dos cidadãos agregando ao interesse desses indivíduos o sentimento de detenção de direitos e responsabilidades, facilitando ações coletivas. Para Norton, a existência de normas e regras coletivas facilita o trabalho de forma unida e torna o conceito de capital social relevante, pois este envolve características que fortalecem os laços e as redes sociais, aumentando a capacidade de produção da sociedade, inclusive entre pessoas que não se conhecem.

Em síntese, o aparecimento do capital social em pesquisas acadêmicas é justificado pelo cenário paradoxal do fortalecimento democrático com seus problemas sociais, que marcaram as últimas décadas. Entre os principais fatores, situam-se o aparecimento de diferentes mobilizações sociais como as comunitaristas, o questionamento a uma visão estritamente economicista do desenvolvimento social e a emergência da teoria culturalista. Com base nos argumentos debatidos e na valorização de aspectos subjetivos das pessoas, estudos que consideram os agentes sociais como o foco de análise adquirem espaço em pesquisas acadêmicas, em organizações internacionais, instituições políticas e meios de comunicação. As próximas seções dessa dissertação apresentam o desenvolvimento do debate em torno da utilização do capital social com base em autores clássicos e contemporâneos.

3.1.3 Autores clássicos

A atual definição do capital social contou com estudos de diferentes áreas das ciências sociais. Entre esses, destaca-se o sociólogo Mark Granovetter, especializado em redes sociais³⁸. Embora os estudos do autor não façam referência literal ao capital social, este forneceu bases para que o conceito adquirisse proeminência por volta dos anos de 1970.

Nos seus trabalhos, na década de 1970, Granovetter (1973) critica as visões de mundo onde os indivíduos são considerados seres atomizados ou incapazes de reconhecer as suas interações sociais e ações como importantes para a esfera econômica. Para ele, as relações sociais devem ser entendidas como fatores que incidem na esfera econômica e nas instituições, uma vez que o enraizamento social das pessoas está vinculado diretamente às atividades econômicas da população. Assim, não podem ser a economia e o contexto social de uma localidade analisados de forma separada. Fornecendo suporte em defesa de suas afirmações, Granovetter (1973) explicita três argumentos: i) a busca pela atividade econômica se confunde com as atividades não econômicas; ii) o contexto social afeta a motivação dos indivíduos; iii) as instituições econômicas, constituídas pelos atores sociais, são afetadas por aqueles que as constituíram, dessa forma, sendo afetadas pelas suas características.

Complementando seu posicionamento, Granovetter (1973) emprega o conceito de *embeddedness*, para propor uma visão otimista do ator social. A utilização do termo, que em português pode ser traduzido como *enraizamento cultural, inclusividade ou encapsulamento*, é sustentado por duas premissas: i) geração da confiança como um produto das relações sociais; ii) a consideração de que essa (confiança) é necessária, mas não suficiente, para a promoção de melhoria numa sociedade, uma vez que as pessoas podem se apropriar dessa característica de forma negativa. Tais premissas e a significância atribuída às ações sociais baseadas na confiança esclarecem as circunstâncias pelas quais o comportamento econômico pode ser modelado por atitudes fora da esfera formal, reconhecendo as ações sociais como

³⁸ Ver mais sobre as contribuições de Granovetter em Beckert, 1999.

parte do sistema econômico. Em relação às trocas mercantis, presentes nas relações sociais, o autor argumenta que essas são importantes, pois correspondem a três formas de racionalidade humana: valorativa, tradicional e afetiva. Desse modo, aproxima-se as relações sociais ao mundo dos negócios (Higgins, 2005).

Em síntese, é possível afirmar que mesmo sem utilizar o conceito de capital social de forma direta, Granovetter compreende o potencial e a importância da variável confiança para a promoção de relacionamentos cooperativos na busca por melhorias e resolução de dilemas socioeconômicos. Para o autor, sociedades com laços sociais fracos³⁹, ou seja, baixa confiança entre os agentes, são desprovidas de informações que afetam a relação das pessoas com o mercado, sua rentabilidade e capacidade organizacional (GRANOVETTER, 1973). Dessa maneira, o fortalecimento de tais laços de confiança implica na existência de normas de relações entre os atores sociais de maneira a influenciar a esfera econômica. Os estudos de Granovetter (1973) serviram de base para trabalhos posteriores acerca do capital social, como os desenvolvidos por Bourdieu, Coleman e Putnam, o que não resulta, entretanto, numa total convergência entre as ideias desses autores sobre a temática⁴⁰.

No campo sociológico, o primeiro autor a empregar o conceito de capital social foi Pierre Bourdieu, quando em 1979 destaca a existência de mais de uma forma de capital, entre esses o econômico, o cultural e o social. No que se refere ao emprego do capital social, o autor define o conceito como a soma de recursos decorrentes de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizado no campo social. Bourdieu afirma que o acúmulo de capital, seja social, cultural ou econômico, permitirá que no futuro os sujeitos mais bem dotados destes tipos de capitais obtenham vantagens via imposição, legitimação ou hierarquia proveniente do seu status adquirido. Predomina, dessa forma, uma lógica de hierarquia social resultante da relação do indivíduo na sua cultura e estrutura social, que para o autor é um reflexo do capital adquirido (BOURDIEU, 1986). E é com base nesse argumento que Bourdieu relaciona o capital social à dimensão simbólica, constituindo seu acúmulo como uma *quase-propriedade* do indivíduo ou da sociedade, que permite às pessoas mais bem dotadas de capitais obterem maior êxito na competição social (BOURDIEU, 1992). Desse modo, adquirem-se vantagens que se materializam na forma de benefícios de ordem privada e individual, como acesso a informações, melhores trabalhos, favores, benefícios institucionais, entre outros (Bourdieu, 1980).

³⁹ No original em inglês: *weak ties* (Granovetter, 1973).

⁴⁰ Para maiores informações ver MILANI, Carlos R. S. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Organizações & Sociedade, Salvador, v. 11, n. edição especial, p. 95-113, 2004.

Nesse contexto, o sociólogo compreende as desigualdades sociais como consequência da má distribuição das diferentes formas de capital, uma vez os diferentes tipos de capitais simbólicos funcionam como um instrumento pelo qual os atores, considerados racionais para Bourdieu, visam manter ou reforçar seu *status* na sociedade onde vivem.

Outra importante contribuição sociológica para o debate sobre capital social está nos escritos de James Coleman, que define três formas de capital: humano, físico e social (COLEMAN, 1990). De acordo com a ótica desse autor, o conceito de capital social remete a uma lógica estrutural da vida coletiva que facilita aos indivíduos alcançar objetivos mais facilmente, via normas e redes sociais que incentivam a presença de obrigações, expectativas, confiabilidade e senso de reciprocidade (COLEMAN, 1988, 1990). Nesse cenário, é importante a presença de medidas de repressão e sanções a atitudes individuais que vão contra os interesses de todo o grupo e da manutenção da ordem social. Para Coleman, o capital social se caracteriza pela sua função de facilitador de ações coletivas, podendo ser adquirido através do investimento em uma habilidade que só será capital humano quando gerar retorno futuro, sendo um recurso que auxilia ações cujo resultado depende da maneira pela qual o indivíduo a utiliza (COLEMAN, 1988).

Coleman não trabalha o conceito de capital social como um valor coletivo, mas individual. Assim, afirma que as pessoas agem em decorrência de uma racionalidade que busca antes de tudo atingir objetivos pessoais, numa ótica individualista próxima à proposta por Bourdieu, defendendo uma perspectiva diferente da de Granovetter. Para Coleman, o estabelecimento de obrigações nas relações sociais tem a finalidade de obter vantagens pessoais futuras, principalmente através de geração de benefícios econômicos via aquisição de habilidades específicas (Coleman, 1988, p. 95). Granovetter (1973), por seu turno, se foca num problema mais específico: saber o que pode garantir a confiança e a lealdade nas relações sociais que por sua vez impactam na esfera econômica.

Saindo do campo sociológico para a Ciência Política, um autor de destaque é Robert Putnam (1993). O pesquisador adquire espaço acadêmico em torno do conceito com a publicação do seu estudo: *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tal obra tem como finalidade apresentar os resultados obtidos pelo autor na sua pesquisa no país italiano durante a década de 1970. Entre os resultados encontrados está a constatação da existência de uma "comunidade cívica", que na perspectiva de Almond (1963) está relacionada ao potencial de apoio das pessoas de uma localidade a ações coletivas baseadas na confiança interpessoal, é proveniente de duas fontes principais: reciprocidade e participação

cívica. Dessa maneira, Putnam propõe uma superação da premissa da escolha racional e da teoria dos jogos, afirmando ser o capital social e seus indicadores a chave para a ação coletiva, dentro de uma lógica não individualista onde o ator social está em busca de objetivos comuns.

A visão não individualista de Putnam diferencia seus trabalhos daqueles desenvolvidos por Coleman e Bourdieu, pois não define o capital social como uma propriedade particular do indivíduo. Outro ponto que distingue Putnam de Bourdieu é que o primeiro não pressupõe a divisão da sociedade por classe ou *status* de acordo com o acúmulo de capital adquirido por cada indivíduo, mas como algo coletivo. Para Putnam, capital social serve de chave para a compreensão das formas de participação e engajamento político dos cidadãos, ações essas que influenciam no desempenho das instituições políticas.

Buscando verificar a existência de estoques de capital social na sociedade italiana, Putnam utiliza indicadores de confiança, reciprocidade e normas compartilhadas consideradas por ele reguladores do convívio social e das redes de associativismo. Para o autor, esses elementos atuam como facilitadores na promoção de organizações sociais com laços horizontais, organizações verticais em contextos coletivos e estabelecendo uma equação causal para a construção de um Estado efetivo. Segundo o autor, isso ocorre porque uma comunidade *abençoada* por estoques positivos de capital social incita a reciprocidade e facilita o surgimento da confiança, fatores que incidem diretamente sobre a estrutura e a cultura política de uma sociedade, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico mais equitativo (PUTNAM, 1993).

Nessa perspectiva Putnam mensura a existência de capital social na Itália por meio de três variáveis principais: i) comunidade cívica, composta pelos indicadores de densidade informacional (leitura de jornais e conhecimento de associações culturais) e de comportamento político dos cidadãos, através da preferência do voto e o aparecimento das pessoas em referendos; ii) desempenho institucional das regiões; iii) satisfação dos cidadãos em relação ao governo regional, dados coletados através de *surveys* (PUTNAM e HELLIWELL, 1999).

Nessa linha de análise, é importante ressaltar a participação das pessoas em organizações voluntárias que, para Putnam (1993), refletem a presença de normas de cooperação e hábitos cívicos que facilitam o desenvolvimento institucional e social das sociedades. Entretanto, para que isso seja possível, é necessário que as instituições sejam de caráter horizontal, não-hierárquicas e abertas a novos agentes, garantindo qualidade às

políticas públicas, e contradizendo a hipótese de que as organizações sociais reduzem a eficácia da ação estatal, mas incentivam o desenvolvimento político e econômico.

Com base nos trabalhos sobre capital social até então aqui analisados, percebe-se que independente da diferença na abordagem dos autores sobre o conceito há uma convergência em considerá-lo um “patrimônio não visível” (HIGGINS, 2005, p. 29). Contudo, enquanto que Bourdieu e Coleman se aproximam ao empregar o capital social como algo que oferece vantagens individuais às pessoas, Putnam e Granovetter propõem que a compreensão do horizonte ideológico do conceito emerge como um bem comunitário⁴¹. Dessa maneira, caracterizam a utilização do conceito na esfera acadêmica como um debate complexo e permeado por diferentes visões.

Todavia, independente dessas diferentes perspectivas entre os teóricos acerca do conceito, é possível observar que eles relacionam o capital social à esfera econômica, seja numa ótica que considera o ator social como um ser racional ou não. Como é feito por Bourdieu, quando critica a utilização de uma teoria econômica que considere apenas o capital conversível em matéria ou dinheiro, defendendo a necessidade de incluir ao debate sobre desenvolvimento outros tipos de capitais como o cultural e o social. Para o autor, a compreensão de outros capitais reflete as relações sociais e de poder que permeiam uma sociedade e influenciam na esfera econômica .

Dentre os estudos que contribuíram para o debate estão os trabalhos escritos por Coleman, que compreendem o capital social de maneira mais funcional, relacionando-o com os aspectos normativos responsáveis por auxiliar na coesão social. Entretanto, para esta dissertação, a perspectiva utilizada está mais próxima aos estudos conduzidos por Putnam e Granovetter, uma vez que os autores definem o capital social como um bem coletivo que somente adquire relevância para uma sociedade quando a maior parte dos seus cidadãos compartilham normas, valores e sentimentos próximos. A contribuição do cientista político Robert Putnam também provém do fato deste utilizar instrumentos empíricos no auxílio e na compreensão das diferenças sociais e políticas em regiões como a Itália, e posteriormente no interior dos Estados Unidos.

No próximo capítulo, também de caráter teórico, se descreve como o estudo do conceito de capital social se desenvolve após a década de 1980.

⁴¹ Uma síntese das diferenças conceituais entre esses autores é realizada por Portes, A. *Social Capital: its origins and applications in modern sociology* Annual Review of Sociology, n. 24, p.1-24, 1998.

3.1.4 Debates contemporâneos

Os estudos sobre capital social apresentados desencadearam uma ampla difusão do conceito pelo mundo acadêmico, principalmente nas décadas de 1980 e 1990⁴². Nesse período, se destacam os trabalhos de autores como: Fukuyama (1996 e 1999), Durston (2002 e 2006), Krishna (1999), Woolcock (2002), Knack e Keefer (1997), e Durlauf (2002), além do seu emprego em pesquisas específicas como as desenvolvidas pelo teórico Ostrom no Nepal (1999) e em trabalhos financiados por instituições como Banco Mundial (1998).

Nos trabalhos de Fukuyama (1996, 1999), o capital social é visto como um conjunto de valores ou normas informais que, quando compartilhado por membros da mesma sociedade, incentivam a cooperação e o alcance de objetivos comuns, próximo aos moldes de Putnam (1993, 2000), ou seja, considerando variáveis como confiança, lealdade, honestidade e reciprocidade. Dessa forma, o termo se constitui como um incentivo à cooperação entre indivíduos, melhorando a eficiência econômica da localidade em questão e ampliando a relação das pessoas com suas instituições. Cabe salientar que isso não anula a importância de leis, contratos e de uma racionalidade econômica (FUKUYAMA, 1996). Tal racionalidade encontra-se enraizada na vida social dos indivíduos, não podendo ser compreendida fora do contexto dos costumes, princípios morais e hábitos que moldam o comportamento humano, compondo o que o autor chama de virtudes sociais (FUKUYAMA, 1996). Isso porque, segundo essa perspectiva, antes da geração de riquezas, as pessoas devem compreender a importância do trabalho conjunto para a obtenção da prosperidade em nível econômico, social e político.

Para o autor, a criação desse cenário auxilia no suporte estatal para assuntos sociais e burocráticos através da chamada *sociabilidade espontânea* (FUKUYAMA, 1996). Segundo Fukuyama, o conceito está enraizado nos princípios anteriormente citados e na presença da coerção moral, física ou compensatória, como a prática do ostracismo social (DASGUPTA,

⁴² Ver Monastério 2002 e Higgins, 2005, p. 55.

2000). Deste modo, tal mecanismo contribui para evitar a infração de normas e o aparecimento da desconfiança, servindo de base para a discussão sobre políticas públicas, criação de bens públicos, direitos e seguranças sociais que promovam o capital social.

No que tange à esfera econômica, o autor discorda da teoria da escolha racional, afirmando que as pessoas não podem ser racionais em todas as escolhas de sua vida, pois elas sofrem influências e moldam suas atitudes através do contato com a cultura em que estão inseridas diariamente. Complementando essa afirmação, Fukuyama descreve a dimensão econômica como algo relacionado aos diferentes aspectos que compõem a vida humana, como a satisfação material, emocional e social dos indivíduos. Assim, o autor se coloca em parâmetros próximos aos defendidos por Durston (1999), quando afirma que a tomada de decisões dos cidadãos está relacionada à teoria que postula benefícios, ou compensações, como consequência da participação ou não participação dos agentes sociais.

Numa perspectiva mais estrutural, encontrada nas pesquisas desenvolvidas por Durston (2002 e 2006), está a afirmação de que relações sociais promovidas com base em características promovidas pela cultura compartilhada, como confiança, reciprocidade e cooperação, proporcionam benefícios a todos os cidadãos relacionados. Adicionalmente a essa afirmação, Durston introduz ao debate a importância que as instituições e organizações exercem na promoção dessas características compartilhadas, uma vez que a esfera institucional facilita na redução dos custos de transação, produção de bens públicos e na organização de bases sociais efetivas, pois, ao contrário dos homens, que vem e vão, as instituições permanecem (DURSTON, 1999).

Para este estudo, a principal contribuição dos trabalhos desenvolvidos por Durston (1999) está na introdução da ideia de operacionalidade ao conceito de capital social, que quando corretamente aplicado funciona como ferramenta de combate à pobreza e à exclusão política e social. Esses resultados podem ser obtidos, segundo o autor, construindo o que ele chama de *capital social comunitário*, onde os participantes buscam o bem estar coletivo por meio do compartilhamento de um discurso de cooperação e do bem estar (DURSTON, 1999). Estas atitudes são constituídas através da repetição e do incentivo à reflexão sobre as redes interpessoais entre governo e sociedade civil, que visem ao fomento de ações com retorno material e enfatizem a importância da existência da reciprocidade vertical. Durston destaca que, diferentemente do que postula Putnam (1993), as normas culturais são mais amplas e podem se adaptar e modificar com o tempo de maneira mais ágil.

Outra obra que agrega um conjunto de estudos e debates acerca da aplicação do conceito de capital social é organizada por Krishna (1999), intitulada *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Essa publicação apresenta um conjunto de artigos organizados pela autora que buscam explicitar a relação entre o capital social e a esfera econômica. Nessa mesma obra, outros autores que contextualizam essa relação, estão os artigos de Solow (1999) e Serageldin e Grootaert (1999), que defendem a aplicação do capital social como forma de interação entre a economia, construída via presença de estoques de capital social adquirido, e formas de comportamento humano baseadas na confiança. Os autores reafirmam parte do pressuposto escrito por pesquisadores como Putnam, e defendem a perspectiva de Durston de que instituições horizontais e hábitos de solidariedade contribuem para o melhoramento da sociedade.

De modo geral, os artigos que compõem a obra de Krishna enfatizam a importância do contexto social para o melhoramento da esfera econômica por meio de redes de relacionamento. Assim, o capital social é considerado um recurso que facilita as ações coletivas pautadas em obrigações e expectativas, que dependem da “confiança” no sistema social, do fluxo de informações e das estruturas e normas sociais que geralmente vêm acompanhadas por sanções (SOLOW, 1999).

Na mesma linha de pensamento, Stiglitz (1999), afirma que o capital social é um conhecimento tácito, que produz: i) coesão social; ii) redes de relacionamento; iii) redução dos custos de transação e produção; iv) aspectos organizacionais que facilitam a administração, o comando, práticas laborais, a resolução de conflitos e nas formas de comércio que afetam o desenvolvimento (STIGLITZ, 1999 e OSTROM, 1999). Nesse sentido, tornando possível produzir o que Krishna (1999) identifica como estoques de capital social. Segundo a autora, esses estoques podem ser promovidos tanto de forma institucional quanto relacional. Complementando esse pensamento, Uphoff (1999) argumenta que os estoques desse conceito englobam tanto uma dimensão estrutural ou instrumental, quanto uma dimensão cognitiva ou normativa. Nas palavras do autor, o primeiro elemento, estrutural ou instrumental, está relacionado à existência de uma organização prévia, de lideranças, conhecimento organizacional e operacional, pressupostos que tornam as ações dos indivíduos mais efetivas, constituindo um capital social estruturado onde as pessoas possuem determinados papéis e sofrem sanções. Para ele, o segundo elemento, relacional ou cognitivo, ocorre de maneira nata, baseado em idéias ou crenças que, reforçadas pela cultura, ideologia, normas ou valores, contribuem para a cooperação das pessoas. Para Krishna, essas duas

formas de promover a edificação de estoques de capital social são difíceis de serem encontradas em seu estado puro na realidade, pois são complementares, seja a partir de organizações formais ou informais.

Próximo ao pensamento de Krishna, na mesma obra, o artigo escrito por Turner (1999) corrobora para a utilização de capital social numa perspectiva que engloba a dimensão cognitiva (cultural) e a estrutural (regras formais), identificadas pelo autor como um composto de forças que aumentam o potencial econômico de uma sociedade via relações e organizações sociais necessárias para a construção de uma sociedade próspera. A constituição desse panorama, na concepção de Uphoff (p. 217, 1999), caracteriza o capital social e seus indicadores como uma forma de investimento atrativo para governos, agências financiadoras de programas de desenvolvimento e cidadãos. Assim, reconhece-se o Estado não mais sob uma visão demoníaca como no período pós Consenso de Washington, mas numa perspectiva institucionalista positiva, pela qual seriam implementadas políticas de grande impacto para a transformação social. Consequentemente, adiciona-se significância às instituições governamentais e internacionais para a formação do capital social nas sociedades e se possibilita o melhoramento da vida das pessoas em diversas localidades (OSTROM, 1999).

Nessa perspectiva, o trabalho de Kliksberg (2002) defende o capital social como ferramenta facilitadora para o alcance de melhorias econômicas e sociais numa sociedade. Nessa publicação, o autor demonstra empiricamente como a presença deste elemento pode incidir na produção dos comportamentos sociais, nas atitudes dos cidadãos, e nos resultados econômicos (KLIKSBURG, 2002, SOLOW, 1999). Entre os resultados e conclusões de Kliksberg, estão algumas experiências bem sucedidas onde a presença do capital social gerou coesão social, diversificação das redes de relacionamento entre as pessoas, redução dos custos de transação, facilidade na produção de bens, troca de informações e promoção de aspectos organizacionais que auxiliam na administração e no comando de práticas laborais, assim como na resolução de conflitos.

Em síntese, segundo os relatos de Kliksberg (2002), os melhoramentos nas cidades observadas surgiram em decorrência da existência de sentimentos de confiança e coletividade entre a população, que auxiliaram na difusão de ações coletivas próximas àquelas identificadas por Krishna (1999). Dessa forma, tanto Krishna (1999) quanto Kliksberg convergem a respeito da influência de indicadores de capital social no desenvolvimento socioeconômico das sociedades, melhorando a qualidade de vida das sociedades.

Entretanto, por mais que o conceito colabore para a compreensão das estruturas sociais e de diferentes sistemas, sua contribuição não é observada da mesma maneira em todas as sociedades, e nem igualmente vista por pesquisadores, uma vez que no período posterior a 1980 até os dias atuais, se verifica a produção de um vasto conjunto de críticas à sua definição e aplicação.

Teóricos como Woolcock (2001) argumentam que tais críticas são esperadas, porque todo conceito que adquire tamanha dimensão não pode ser acompanhado somente por sentimentos e perspectivas positivas. Assim, seu estudo deve ser acompanhado de contrapontos que devem ser vistos como contribuições para seu aperfeiçoamento conceitual e metodológico.

Entre essas críticas está a feita por Woolcock (2001), que não se dirige diretamente à definição de capital social, mas à forma simplista na qual esse conceito tem sido utilizado em trabalhos acadêmicos, resultado daquilo que ele chama de *social scientific fad/buzz* (WOOLCOCK, 2001, p. 10). Essa nomenclatura diz respeito a todo um conjunto de pesquisas que utilizam o conceito mais como um instrumento de divulgação do trabalho de outros pesquisadores, sendo seu emprego usado mais como um estilo do que propriamente um conceito explicativo, apresentando aspectos incompletos e precários de afirmação empírica (WOOLCOCK, 2001). Dessa forma, esses estudos não se caracterizam como pesquisa científica, mas se aproveitam do espaço acadêmico adquirido pelo capital social.

Dentre as contestações mais relevantes feitas ao capital social, estão aquelas que dizem respeito ao método de pesquisa empregado e seus indicadores. No Brasil, se sobressaem aquelas que questionam o emprego da variável confiança como explicativa para a existência de capital social. Entre esses trabalhos estão os estudos conduzidos por Lúcio Rennó (2001) e Bruno Reis (2003).

As críticas realizadas por esses autores interrogam tanto a aplicabilidade do capital social bem como a forma como esse tem sido mensurado em diversos trabalhos. Em relação a sua aplicabilidade e indicadores, os questionamentos de Reis (2003) se direcionam à obra de Robert Putnam (1993), criticando a conotação voluntarista das variáveis sócio-culturais que o pesquisador emprega como importantes para a melhoria do desempenho das instituições políticas. Para Reis, a correlação positiva entre um índice de modernidade econômica e o índice comunidade cívica, como realizada por Putnam, não é consistente porque ele não define claramente o conceito de comunidade cívica que utiliza.

Em termos conceituais, Reis (2003) faz referência à abordagem da “escolha racional”, descrita por Olson (1971) para questionar o voluntarismo proposto por Putnam. Para o pesquisador brasileiro, a abordagem voluntarista empregada por Putnam não considera um pressuposto essencial, de que os cidadãos interagem não apenas pela existência de regras impessoais seguidas por todos, mas também por que são induzidos à cooperação por medo de retaliação, tornando-o um ser “racional” e, assim, corroborando para o dilema do prisioneiro (REIS, 2003). Nessa linha de pensamento, as ações sociais seriam o resultado de variáveis sócio-estruturais, da decorrência da previsibilidade do comportamento alheio, e da aplicação de sanções e recompensas. Desse modo, não poderia a confiança ser considerada uma variável explicativa em si mesma, pois sua capacidade de explicação para processos sociais seria duvidosa.

Complementando esse conjunto de críticas, Rennó discute acerca da perspectiva que considera a variável confiança como fator primário para a existência de ações coletivas dentro de uma sociedade, assumida por diversos autores. Convergindo com o pensamento de Reis, Rennó argumenta que esse ponto de vista tende a minimizar a importância das instituições nas sociedades. Em defesa desse argumento, ambos autores definem como vital a existência de instituições para a composição de uma comunidade cívica, pois antes da existência de tais características associativas entre as pessoas, é necessário um cenário onde seja possível produzir laços "horizontais" e de “reciprocidade” entre os habitantes (REIS, 2003). Entretanto, essas críticas não invalidam o uso do capital social, mas colaboram para que exista um maior cuidado conceitual e metodológico na sua utilização, da mesma maneira que dificultam o seu uso indiscriminado.

Entre as principais contribuições provenientes da bibliografia utilizada nesta dissertação, está o fato do conceito de capital social incluir na sua definição variáveis subjetivas que coletam informações sobre a avaliação que as pessoas fazem sobre as esferas que compõem sua vida cotidiana. Estão entre esses valores os que dizem respeito à confiança interpessoal e à confiança institucional, ambas necessárias para a existência de níveis positivos de participação, solidariedade e reciprocidade entre os atores sociais.

Nessa direção, a maioria dos autores explicitados emprega o conceito numa perspectiva que o considera como variável importante para a promoção de melhorias econômicas e sociais, seja numa visão onde os atores sociais são compreendidos como entes individualistas ou não. Destacam-se entre as principais contribuições dos estudiosos examinados: i) a verificação empírica que o capital social corrobora para a melhoria política,

social e econômica de diferentes sociedades; ii) o conceito de operacionalidade de Durston; iii) a perspectiva que defende uma visão onde os sentimentos que as pessoas nutrem sobre as instituições políticas e demais membros da sociedade são significativas.

Todavia, tais contribuições não possuem a pretensão de apontar uma definição única ou correta da aplicação e dos indicadores de capital social, tampouco partir do pressuposto de que esses são encontrados de forma literal ou, sempre positiva numa sociedade (DURLAUF, 2002 e FUKUYAMA, 1996). Dessa maneira, defende-se uma compreensão da sociedade diferente da ótica estrutural hierárquica de Bourdieu (1980), reconhecendo os valores subjetivos como um instrumento facilitador de ações conjuntas, seja por adesão voluntária ou coerção. Assim, considera-se a premissa defendida por Putnam (1993), de que a presença de uma sociedade cívica não minimiza o poder do Estado, mas serve como mecanismo de auxílio à legitimidade deste através da presença da confiança institucional.

Completando o referencial teórico desta dissertação, a próxima seção busca dois objetivos principais: i) definir o conceito de qualidade de vida e bem estar hedonista nos moldes do debate realizado para o capital social, ou seja, numa perspectiva histórica e multidisciplinar; ii) explicitar as razões pelas quais os indicadores de capital social podem ser utilizados para a melhor compreensão da qualidade de vida e do bem estar das pessoas.

3.2 Bem estar e qualidade de vida

Estudos sobre qualidade de vida e bem estar tem uma longa trajetória acadêmica. Contudo a maioria desses trabalhos compreende a mensuração da qualidade sob uma ótica essencialmente economicista onde indicadores instrumentais, como renda per capita e índices de desenvolvimento, servem como variáveis explicativas para o bem estar dos cidadãos. Todavia, nas últimas duas décadas, esse cenário tem se modificado na medida em que pesquisas sobre qualidade de vida passaram a salientar que além de dados econômicos é necessário incorporar a avaliação que os sujeitos sociais fazem do seu mundo cotidiano (MAYRAZ, WAGNER, SCHUPP, 2009).

Para Herculano (2000), por exemplo, a historicidade da mensuração da qualidade de vida deve ser realizada considerando quatro datas principais. A primeira, em 1947, quando se dissemina o emprego da medição do PIB (Produto Interno Bruto ou GDP- *Gross Domestic Product* em inglês) para a análise do desenvolvimento socioeconômico e, assim, da qualidade de vida das pessoas. A segunda, em 1960, quando se incluem no debate indicadores sociais para descrever as atividades econômicas de uma região (PIB). A terceira, e mais importante, em 1985, quando é realizado o seminário em Helsinki com o *World Institute for Development Economics Research* (WIDER) das Nações Unidas. A importância do evento se justifica pelo fato de ter aberto espaço para a discussão de temas que mais tarde Nussbaum e Sen (1988) utilizariam para a publicação da sua obra *Quality of life*. E mais recentemente, no ano de 1990, quando o PIB ganha novos indicadores, como, por exemplo, qualidade dos serviços de saúde, educação, anos de escolaridade e longevidade das pessoas, assim, conquistando mais espaço nas pesquisas de qualidade de vida como IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Em outras palavras, percebe-se que gradativamente nas últimas décadas a mensuração da qualidade de vida das pessoas passa a ser completada com dados que consideram aspectos sociais mais pontuais sobre a vida dos sujeitos pesquisados. No entanto, tais abordagens ainda não incluem no seu escopo os valores subjetivos de avaliação das pessoas em relação ao

mundo onde vivem. Dessa maneira, não alcançam os pressupostos que defendem a complementaridade entre dados econômicos e subjetivos como defendido na obra organizada por Sen e Nussbaum (1988).

A dimensão que incorpora valores subjetivos como relevantes para compreender o bem estar das sociedades deriva da filosofia utilitarista do século XVIII, cujo objetivo é “encontrar caminhos de promoção da felicidade de cada indivíduo” (BAQUERO, 2007, p. 163). Essa perspectiva ganha evidência nos séculos XX e XXI, quando a medição do bem estar passa a ser realizada com base nos sentimentos pessoais de cada cidadão. Dessa maneira, se propõe a superação do estudo do desenvolvimento do bem estar sob uma ótica estritamente econômica e instrumental, chegando a uma forma mais plena, composta por uma diversidade maior de elementos avaliativos do comportamento humano. Uma variável que exemplifica essa relação é a satisfação das pessoas que se configura como um composto que ultrapassa a esfera material e reconhece como importantes os interesses não tangíveis dos seres humanos.

Essa perspectiva adquire respaldo em anos mais recentes, com base na explicação de Schwartzman (1993), ao argumentar que a questão nos dias atuais é reconhecer o sistema econômico como algo que precisa crescer, porém, com os olhos voltados para a questão social, onde a qualidade de vida implique numa noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social que incorpore indicadores sociais⁴³ à percepção dos cidadãos. Assim, reconhece a significância dos sentimentos que as pessoas nutrem em relação às esferas que compõem a sua vida social, política e econômica. A aceitação desse ponto de vista permite o melhor direcionamento de políticas públicas e sociais de acordo com as necessidades da população.

A valorização das sensações/sentimentos que as pessoas possuem sobre sua vida converge em direção ao argumento defendido por Inglehart e Welzel (2003), para quem agregar níveis de valores subjetivos é significativa para a compreensão da sociedade em análise. Isso porque dados subjetivos de avaliação permitem compreender o bem estar orientado para a promoção da qualidade de vida refletindo uma ordem moral, que remete à valorização das pessoas em relação aos governos, sociedades e outras instituições da sociedade civil, como afirma Baquero (2006). Para ele, a responsabilidade da qualidade de vida se constitui de quatro fatores principais: políticos, econômicos, institucionais e desenvolvimento humano (BAQUERO, 2007).

⁴³ Ver Schwartzman em Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. Texto preparado para o "Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social", Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, 3 a 5 de setembro de 1973. Publicado em *Revista de Ciências Sociais* (Fortaleza) v. 5, n. 2, 1974. p. 101-111.

Segundo Sen e Nussbaum (1988), o julgamento que as pessoas fazem sobre as esferas que compõem sua vida cotidiana pode ser percebido pelo conceito de bem estar. Para os autores, a perspectiva é defendida pelo fato das dimensões de felicidade e satisfação, que Baquero (2007) complementa incorporando as variáveis de confiança e realização das pessoas com sua sociedade, serem sensações que agregam valor aos julgamentos que as pessoas fazem do mundo onde vivem. Dessa maneira, são coletadas informações sobre desenvolvimento humano e econômico. Para contextualizar a importância das informações subjetivas como significativa para a compreensão da qualidade de vida de sociedade, Sen e Nussbaum (1988) discorrem a respeito da proximidade entre Índia e China quando usado como referência o PIB desses países. Os autores destacam que a proximidade entre os PIBs dessas localidades acaba por gerar uma distorção da realidade das mesmas. Desse modo, surge a necessidade de incluir dados de desenvolvimento e qualidade de vida que exemplifiquem as diferenças entre as regiões.

Como alternativa para que essas interpretações inexatas não sejam tão frequentes, Sen e Nussbaum (1988) incentivam a inclusão do conceito de bem estar subjetivo às pesquisas. Nessa direção Herculano (2000) defende que a concepção de bem estar nos moldes formulados por esses autores é fundamental para a mensuração da qualidade de vida. Para a autora, estudos a respeito dessa temática devem ser realizados numa concepção ampla que agregue valores de bem estar individual dos cidadãos, ambientais e de desenvolvimento econômico. No que tange aos valores subjetivos de bem estar, estão aqueles sentimentos que dizem respeito à satisfação e à felicidade das pessoas com sua vida. A importância dessas sensações está no fato delas englobarem o julgamento dos cidadãos quanto às esferas econômica, social, cultural e política, assim como a capacidade desses mesmos cidadãos em realizar suas vontades, potencialidades, terem acesso a bens, informações e a sua relação com os demais membros e com as instituições da sua sociedade (HERCULANO, 2000).

Igualmente, Allardt e Erikson (1988) empregam três palavras chaves para compreensão do bem estar: *ser*, *amar* e *ter*. Para eles, o primeiro verbo, amar, se refere à forma como as pessoas se relacionam numa sociedade (pessoas em geral, amigos e família), gerando interações sociais que refletem no sentimento de felicidade. Em relação ao verbo *ser*, este tem a ver com a capacidade dos seres humanos em se desenvolver num ambiente, assim, remetendo à idéia de capacitação de Sen e Nussbaum (1988). E por último a concepção do verbo *ter*, que se refere a condições materiais que refletem a satisfação entre o que as pessoas possuem e o que elas almejam.

A respeito da dimensão material da vida das pessoas, a definição é estabelecida por Minayo, Hartz e Buss (2000) para quem:

O patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem estar e realização individual e coletiva. (MINAYO, HARTZ E BUSS, 2000)

Os autores defendem que a avaliação que as pessoas fazem da sua vida engloba desde os elementos mais básicos de sobrevivência, como a satisfação com sua renda, governo, instituições políticas e sociedade em geral, até aspectos mais complexos como a relação dos cidadãos com suas esferas políticas. Desse modo, os referidos autores vão além de uma análise economicista e instrumental do bem estar dos indivíduos.

Em artigo recente, outro autor que defende a inclusão de valores subjetivos para compreensão da qualidade de vida é Giannetti (2002), ao argumentar que essa mensuração não deve abranger apenas dados numéricos. Para ele, a qualidade de vida precisa ser compreendida como um composto das variáveis que compõem a dimensão de bem estar hedonista e dos dados instrumentais coletados por organismos oficiais. Tal perspectiva atualmente também é assumida por organismos internacionais como a OMS (Organização Mundial da Saúde, 2006), ao relacionar a satisfação individual, o bem estar físico, material, mental, espiritual e social das pessoas à qualidade de vida como um todo.

De acordo com o documento da WHOQOL (*World Health Organization Quality Of Life Group*, 1998) o posicionamento da OMS foi utilizado pela primeira vez no ano de 1964, pelo então presidente norte-americano Lyndon Johnson, ao afirmar que para se medir o alcance de “objetivos” é preciso ir além dos dados apresentados pelas instituições bancárias (referindo-se a dados estritamente econômicos) e considerar aspectos como as avaliações que as pessoas fazem desses “objetivos”. Assim, o autor propõe “valorizar parâmetros mais complexos e que compreendem as necessidades dos indivíduos de maneira mais ampla, considerando aspectos materiais básicos à sua sobrevivência, reprodução social e bem estar” (JANNUZZI, 2004, p. 19 apud FRANKEN, 2007).

Na mesma linha de pensamento, Seidl & Zannon (2004) defendem a mensuração da qualidade de vida subjetiva das pessoas por meio de estudos empíricos, onde a menor distância entre a expectativa individual e a realidade reflete o maior bem estar das pessoas (MARQUES, 2007; WHOQOL, 1998). Desse modo, aborda-se o bem estar de um grupo social pela forma como seus membros vêm e interagem com as esferas que constituem a sua

vida diária como, por exemplo, em relação à sua satisfação pessoal sobre serviços que lhe são oferecidos. O autor referencia a prosperidade geral das sociedades como construto que se define através da “percepção do indivíduo e de sua posição na vida, no contexto da cultura, no sistema de valores no qual vivem, na relação com os seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1995, p. 1406). Portanto, esse tipo de perspectiva permite ao indivíduo relatar suas expectativas, satisfações e bem estar (FRANKEN, 2007).

Nesta dissertação, defende-se o termo qualidade de vida como um composto das condições que afetam a percepção dos sujeitos. Essa perspectiva ganha destaque com os escritos de Minayo (2000) e da WHOQOL (1998), que consideram questões sobre a satisfação das pessoas com as condições mais primárias e fundamentais da vida humana, como as relacionadas ao condicionamento econômico, social, de saúde física e mental dos sujeitos.

As esferas que compõem o bem estar das pessoas são definidas como:

- i) **Objetivas:** que refletem a sensação de satisfação e conforto dos seres humanos através de fatores que supram as necessidades mais elementares da sociedade. Esse aspecto geralmente se constitui na forma de bens materiais a serem usados ou consumidos, como acesso a saneamento básico, alimentação, habitação, trabalho, transporte, educação, saúde, emprego e lazer (MARQUES, 2007).
- ii) **Subjetivas:** que dependem do equilíbrio entre fatores físicos, psicológicos, sociais, espirituais e como esses são percebidos pelos indivíduos. A mensuração da satisfação das pessoas com esses elementos é feita via valores emocionais e da expectativa dos sujeitos em relação à sua realização individual e coletiva (MARQUES, 2007; PILATTI, 2007).

Considerando essas esferas para a compreensão do bem estar, e este como um reflexo da qualidade de vida, se torna possível utilizar essa dimensão de bem estar hedonista como a variável endógena desta dissertação. Nessa perspectiva, compreende-se o conceito de bem estar hedonista em moldes similares ao empregado por Baquero (2007) que vincula a promoção do bem estar das pessoas a aspectos subjetivos que podem ser traduzidos pelos sentimentos de felicidade, confiança, satisfação e realização, assim, compondo a referida dimensão.

Os dados empíricos que fornecem informações sobre a dimensão de bem estar possibilitam estabelecer um vínculo entre o capital social e a qualidade de vida, uma vez que a

forma de mensuração utilizada nos *surveys* (NUPESAL 2005-2006) converge com o modelo utilizado por Campbell, Converse e Rodger em 1976. Esses pesquisadores defendem a escolha de uma metodologia de pesquisa que se utilize de variáveis que remetam a sentimentos com significados opostos ao respondente (CAMPBELL; CONVERSE; RODGER, p. 31, 1976). O propósito dessas questões, onde o entrevistado é confrontado a lidar com dimensões extremas e opostas, exige que ele classifique sua vida de forma positiva ou negativa, tornando possível a construção de escalas avaliativas opostas.

Após a descrição de como o conceito de bem estar é empregado nesta dissertação, o próximo capítulo tem como objetivo descrever relatos empíricos que demonstram a influência da presença de capital social para a promoção de uma melhor qualidade de vida em diferentes sociedades.

3.3 Capital social para a promoção da qualidade de vida

O capital social possui um papel fundamental na estruturação de atitudes e comportamentos das sociedades, pois incentiva a cooperação e, assim, o desenvolvimento social e econômico. Essa afirmação adquire respaldo através da análise de pesquisas empíricas que demonstram como o conceito tem auxiliado na promoção do bem estar das pessoas, através de melhorias materiais e não materiais. Nesse sentido, esta seção apresenta evidências empíricas que ilustram a importância do conceito em um universo que engloba tanto estudos acadêmicos como não acadêmicos que empregam o capital social como ferramenta propulsora do desenvolvimento e, assim, da qualidade de vida.

Entre os trabalhos acadêmicos que destacam a relação entre capital social e melhorias econômicas, está em Durston (1999) quando descreve a experiência da comunidade de Chiquimula na Guatemala. Nesse estudo, o autor demonstra os benefícios de se considerar os aspectos culturais da própria comunidade para potencializar a cooperação entre as pessoas. Buscando otimizar a presença de fatores que facilitam a promoção de características coletivas entre os membros da comunidade, o autor enfatiza que o capital social também é potencializado através da presença de organismos externos. Para o pesquisador, as instituições promovem a criação e a manutenção de programas que ajudam na capacidade organizacional das pessoas e na proteção de instituições comunitárias locais.

Outro exemplo na mesma direção é contextualizado por Ostrom (1999, p. 198), quando reforça a importância da ação de organismos externos para a complementaridade entre capital social, físico e humano, no alcance de objetivos que visam melhorar a vida de uma localidade. A articulação entre sociedades e organizações é observada no estudo de Ostrom sobre o sistema de irrigação de água no Nepal, que obteve melhorias significativas via ações decididas em conjunto pela população, permitindo a um número maior de fazendeiros acessar serviços de água potável para suas plantações. Tal iniciativa trouxe benefícios em termos de

qualidade de vida, aspectos sociais e econômicos, minimizando os efeitos das enchentes e possibilitando a prevenção de outros tipos de desastres naturais (Ostrom, 1999).

Na área da saúde pública, destacam-se os estudos da Escola de Saúde Pública de Harvard (1997), que constatou que a presença de confiança em relações interpessoais aumenta a expectativa de vida das pessoas. Souza e Grundy (2004), nessa direção, atestam que a melhoria da saúde local interfere no crescimento econômico da mesma. Nessa linha de análise, defende-se a ideia de que para se promover uma saúde de qualidade é necessária a existência de uma base social consciente, incidindo no combate à pobreza e à desigualdade. Dessa maneira, o capital social emerge como um facilitador de ações coletivas que abrem caminhos em direção à construção de um futuro mais saudável. Na mesma linha de argumentação, Kushner e Sterk (2005) explicitam que a qualidade da saúde de uma sociedade sofre influência direta de suas características culturais, pois os estoques de capital social estão diretamente relacionados à saúde, constituindo-se uma base de bem estar.

No contexto brasileiro um importante trabalho é desenvolvido por Milani (2004) em Pintadas, no Nordeste. O referido autor chama a atenção para como o bem estar da população foi incrementado através da existência da confiança interpessoal e institucional, estimulada por organismos internacionais e entidades religiosas locais. Essa iniciativa permitiu a articulação e a formação da *redes pintadas*, fundada no ano de 2000. Nesse panorama, a fé religiosa dos indivíduos serviu como promotora de capital social, estimulando o sentimento de pertencimento de grupo e o cumprimento de leis e normas sociais, o que facilitou a promoção da confiança interpessoal e, assim, refletindo na qualidade de vida da população local.

Citando exemplos mais conhecidos, tem-se o ganhador do Nobel da Paz em 2006, Muhammad Yunus, com o seu trabalho descrito na obra *O banqueiro dos pobres*, que não faz uso direto do conceito de capital social, mas utiliza-se de seus indicadores (confiança, reciprocidade e acesso à informação) como variáveis cruciais para o surgimento de alternativas ao combate à desigualdade social. Yunus afirma que a existência e a promoção de tais atributos foram aspectos essenciais para a materialização do seu projeto (SERAGELDIN; GROOTAERT, 1999).

Entre outros trabalhos que contribuem para o debate acerca da influência do capital social na qualidade de vida das pessoas, está o artigo produzido por Knack e Keefer (1997). O trabalho desses autores utiliza como base a pesquisa de Putnam publicada em 1993 sobre a Itália. Knack e Keefer (1997), assim como Putnam, defendem que a cooperação cívica está

associada a um desempenho econômico mais forte e que a confiança em normas cívicas é mais forte em sociedades com instituições formais efetivamente protegidas e marcadas pela presença e direitos de contrato. A análise realizada por Knack e Keefer (1997) também faz referência aos estudos de Narayan e Pritchett sobre a Tanzânia, onde é possível observar empiricamente a relação positiva entre maior incidência de participações associativistas, baseadas na confiança e retornos econômicos mais altos.

Os anos que seguiram a década de 1980 também foram marcados pela ampliação do debate acerca da utilização do conceito de capital social fora da esfera acadêmica. Entre essas contribuições se destacam os trabalhos e pesquisas desenvolvidos por organismos internacionais como os do Banco Mundial⁴⁴. Os projetos e eventos financiados por essa organização se caracterizam, segundo Higgins (2005), por utilizar uma perspectiva menos suspeita do Estado e por empregar o conceito de forma a incorporar valor às relações não econômicas no debate sobre desenvolvimento.

Utilizando como base estudos acadêmicos, destaca-se o emprego do conceito por órgãos internacionais como Banco Mundial (BM), FAO⁴⁵, CEPAL⁴⁶ e a OCDE⁴⁷.

Para o Banco Mundial (1998), que aplica o conceito numa perspectiva eminentemente instrumental, a utilização do capital social diz respeito a relações e normas sociais que aumentam a qualidade das interações sociais, potencializando a eficiência individual de cada pessoa. Essa instituição reconhece fatores subjacentes às interações sociais que promovem coesão social, obediência às leis e resolução pacífica de conflitos, e resulta numa sociedade mais aberta e democrática. A perspectiva defendida pela organização vai ao encontro da visão institucional de Durston e, assim, define como um dos seus principais objetivos trabalhar diretamente com aquilo que eles classificam como as raízes formadoras do capital social, por exemplo, família e sociedade civil. Incentivando o aparecimento de ações e organizações que sejam capazes de fortalecer as características coletivas entre as pessoas que promovem o desenvolvimento social e econômico.

O BM trabalha financiando atividades que incentivam a criação de redes e conexões sociais como ações que geram benefícios principalmente para o futuro das pessoas a longo prazo, pois para ele o incentivo à criação de redes sociais facilita o desenvolvimento do capital humano. A definição do capital social para o BM se refere às normas e redes que

⁴⁴ Detalhes sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Banco Mundial serão discutidos na próxima seção.

⁴⁵ *Food and Agriculture Organization*.

⁴⁶ Comissão econômica para a América Latina.

⁴⁷ Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento.

incentivam ações coletivas cuja coesão serve de alívio e superação da pobreza, promoção do desenvolvimento sustentável, humano e econômico⁴⁸. Nas palavras do Banco:

El capital social se refiere a las instituciones, relaciones y normas que conforman la calidad y la cantidad de las interacciones sociales de una sociedad. Estas relaciones permiten a los actores movilizar recursos y lograr metas comunes, que pueden beneficiar a la sociedad en su conjunto o a un determinado grupo” (BANCO MUNDIAL, 2003).

Na visão do Banco, o conceito também é incentivado por processos ligados a fatores ideológicos, pois reforça o uso da idéia de que não bastam direitos e deveres para que “vícios se transformem em virtudes” (BOWLES e GINTIS, 2000, apud MONASTÉRIO, 2002). Assim, postula-se que o ambiente político e social auxilia na eficiência produtiva e dinâmica do capital social, podendo, desse modo, ser o conceito um sinônimo de boas instituições (MONASTÉRIO, 2002).

Na linha de pensamento dos trabalhos financiados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2002), o capital social é empregado de maneira diferente à do BM. A OCDE atua, principalmente, via elaboração de seminários com formuladores de políticas públicas e projetos de medição do capital social, e não por meio de programas desenvolvidos diretamente com a sociedade, como os promovidos pelo BM.

Os eventos realizados e financiados pela OCDE englobam variáveis como confiança, reciprocidade e acesso à informação, que, na visão da instituição, compõem o conceito de capital social e facilitam a cooperação entre as pessoas. Os eventos promovidos pelo grupo utilizam como referência principal o seu livro publicado no ano de 2002, intitulado *The Well-Being of the Nations: The Role of Human and Social Capital*. Essa publicação dedica-se a não tratar o conceito de capital social como um fim em si mesmo, mas como um recurso a ser usado em busca do desenvolvimento econômico e social (OCDE, 2002).

A obra organizada pela OCDE possui como objetivo explicitar a importância da compreensão e definição do capital social como significativa, pois permite um desenvolvimento que vá além da esfera econômica e a longo prazo. De acordo com a OCDE, isso é possível porque o conceito está vinculado a valores subjetivos do bem estar humano, como a satisfação. Assim, é atribuído significado às relações sociais baseadas em normas e valores culturais construídos ao longo da vida do ser humano e na relação desse com sua família e demais indivíduos. Para a organização, o capital social em si demora a ser

⁴⁸ Para maiores informações ver: www.bancomundial.org.

constituído, sendo necessária a existência de capital humano, próximo aos moldes de Bourdieu, para que as pessoas possam prosperar e se desenvolver.

Seguindo a linha de trabalhos desenvolvidos por instituições não acadêmicas, outro organismo internacional de destaque é a FAO⁴⁹ (2003, 2004), para quem o capital social também se refere a fatores que promovem a coesão social e, assim, define a sociedade como algo mais do que apenas o somatório de indivíduos. A partir desse argumento, o objetivo da instituição ao usar o conceito é promover avanços na qualidade de vida das pessoas, principalmente em sociedades pouco desenvolvidas ou em grupos socialmente excluídos e em áreas rurais (FAO, 2003, 2004). Numa visão institucionalista, a organização tem como um de seus propósitos incentivar o desenvolvimento institucional e de mecanismos de participação através do empoderamento dos cidadãos, motivando estes a participar das tomadas de decisões e de redes sociais. Essa definição do capital social se aproxima da perspectiva adotada pela CEPAL⁵⁰, para quem o capital social diz respeito à capacidade de mobilizar as pessoas por meio de redes sociais na busca de soluções para a pobreza urbana, melhoramento de políticas públicas e sustentabilidade ambiental e econômica.

Entre os estudos promovidos pela CEPAL, destaca-se o trabalho organizado de Atria e Siles (2003), intitulado *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. O conjunto de artigos que compõem o livro reafirma a importância do tema e que as potencialidades do uso do capital social facilitam a geração de recursos, instrumentos e ações que apoiam políticas sociais, em especial aquelas de combate à pobreza, como é visto no trabalho de José Antonio Ocampo (2003) na mesma obra. O artigo desse autor aborda a deficiência das tentativas feitas até hoje na busca de uma distribuição mais equitativa de bens e serviços e para a superação do problema da desigualdade social e econômica.

Ocampo argumenta a respeito da necessidade de possuir uma visão concentrada em dois focos principais do desenvolvimento. Para ele, o primeiro ponto diz respeito à busca do equilíbrio entre mercado e interesse público, e o outro relaciona-se a uma nova abordagem à concepção de políticas públicas como mecanismos de promoção de ações que visem o bem coletivo. O autor afirma que essas ações não dependem apenas de condutas estatais, mas também da participação da sociedade, incluindo a presença de instituições políticas, não políticas, e até mesmo externas à sociedade. Os trabalhos publicados na obra de Atria e Siles

⁴⁹ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

⁵⁰ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

(2003), assim como Durston (1999) e Monastério (2002), defendem o significado que fatores externos a uma sociedade podem possuir para o desenvolvimento dos indicadores de capital social, como aqueles financiados e apoiados pelo Banco Mundial.

O conjunto de obras e trabalhos examinados até esta etapa da dissertação ilustra a contribuição que o conceito pode exercer para o avanço da compreensão do bem estar de uma localidade. Os estudos apresentados contribuem tanto para o aperfeiçoamento de debates teóricos e metodológicos, no que tange à sua mensuração numa ótica instrumental, da lógica da ação racional, como numa perspectiva comunitarista que valoriza as normas coletivas em detrimento dos interesses individuais. Assim, defende-se o emprego de uma linha de pesquisa que compreenda as particularidades que fazem com que o ator social seja considerado como um ente protagônico na tomada de decisões, e suas avaliações, significativas para o entendimento do seu bem estar. Dessa forma, se postula os sentimentos dos sujeitos como um reflexo da sua qualidade de vida.

De modo geral, as análises descritas contribuem para a afirmação de que estoques positivos de capital social influenciam no bem estar da população. Contudo, defende-se que nem sempre a relação é encontrada em todas as sociedades da mesma maneira. Dessa forma, nesta dissertação busca-se realizar uma observação do contexto social de cada localidade pesquisada, avaliando e analisando se a presença de confiança e ações coletivas influencia no sentimento de bem estar das pessoas. E, conseqüentemente, possibilitando a construção de um cenário de desenvolvimento que conduza a avanços na qualidade de vida dessas populações por meio da avaliação subjetiva dos seus membros. Cabe enfatizar que nem sempre a presença de indicadores de confiança e solidariedade acarreta nas mesmas formas de ação e interação social entre os membros de diferentes sociedades. Igualmente, destaca-se que o entendimento da existência de capital social entre as pessoas não funciona como uma “receita” que quando bem aplicada gera os resultados esperados.

Em outras palavras, as pesquisas descritas nessa etapa demonstram que estoques de capital social servem como ferramenta propulsora para a superação de dificuldades entre os cidadãos. Assim como a compreensão de tais estoques servem de instrumento para a coleta de informações que caracterizam as relações Estado-sociedade, instituições-sociedade e dos indivíduos com seus iguais, através da mensuração da confiança da população em relação a tais esferas.

Tendo como referência as constatações empíricas descritas nesse capítulo, acerca da importância do capital social para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, compreende-

se o conceito como significativo para o entendimento da qualidade de vida. Assim, buscou-se complexificar e complementar a relação entre capital social e qualidade de vida através do entendimento do bem estar das pessoas como uma dimensão que diz respeito a questões de ordem social, política e econômica.

3.4 Felicidade, satisfação, bem estar e participação

Do ponto de vista empírico, o emprego do conceito de bem estar diz respeito a uma relação saudável entre os cidadãos, instituições representativas e demais membros, uma vez que os sentimentos que as pessoas nutrem por essas esferas podem ser responsáveis por parte do bem estar das mesmas. Assim, incluir confiança interpessoal e institucional como variáveis independentes na relação entre capital social e bem estar se torna profícuo, pois estas influenciam na forma como as pessoas estruturam suas relações e auxiliam na potencialização de ações que intensificam o sentimento de felicidade e/ou satisfação entre os sujeitos, seja como variável causal ou explicativa para o bem estar das pessoas (HELLIWELL, 2004).

A relação entre capital social e bem estar também é defendida por Knack e Keefer (1997), Putnam (1993) e Fukuyama (1996), ao argumentarem que a existência de pré-requisitos sociais e culturais conduzem à prosperidade. Com base em dados provenientes de pesquisas empíricas, Woolcock (2007) e Trigilia (2001, p. 428), esclarecem a importância de tal relação para o cultivo de um sistema econômico mais produtivo e inclusivo. Assim, tornar-se-ia possível promover o desenvolvimento local através de políticas públicas apropriadas e da valorização das associações livres entre os sujeitos.

Um autor que tem produzido pesquisas nas últimas décadas sobre a importância do sentimento de felicidade para as pessoas é Ruut Veenhoven⁵¹. Nos seus estudos, o pesquisador desenvolve o argumento de que a felicidade, quando mensurada de forma subjetiva através de dados empíricos, é importante para a compreensão da qualidade de vida. Em uma de suas obras mais recentes (VEENHOVEN, 2008) o autor estabelece uma comparação entre o Zimbábue e a Dinamarca, cujo objetivo foi observar se localidades materialmente mais bem resolvidas, caracterizadas por um bom desenvolvimento econômico, liberdade individual, direitos, leis e um bom governo, tendem a ser mais felizes. Nesse artigo,

⁵¹ Desde 1984 esse autor se dedica a estudos sobre felicidade e bem estar. Para maiores detalhes ver Ruut Veenhoven em: <http://www2.eur.nl/fsw/research/veenhoven/> e <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/>.

Veenhoven constata que o associativismo e a facilidade das pessoas em fazer amizades induzem a uma maior felicidade.

Nesse trabalho, o pesquisador afirma que não existe uma concepção única de felicidade, e destaca a significância dessas variações para a compreensão da população em análise. Contudo, apesar dessas diferenças na definição do conceito, este pode ser mensurado via componentes afetivos e cognitivos que refletem a distância entre o que as pessoas possuem e o que elas desejam para suas vidas (VEENHOVEN, 2008). De acordo com essa definição, o conceito de felicidade deve ser considerado como um princípio universal que varia de acordo com as diferentes culturas e deve ser compreendido como a forma pela qual os cidadãos apreciam sua vida como um todo, sendo a soma resultante dos aspectos agradáveis e desagradáveis do seu cotidiano.

Assim como Veenhoven (2008), Campbell, Converse e Rodger (1976) também estudam a respeito da relação entre as condições econômicas e o estado psicológico dos indivíduos. Para eles, as avaliações que as pessoas fazem de sua vida servem como um complemento para as análises a respeito da sua qualidade de vida, tomando o indivíduo como foco de estudo. Dessa forma, o sentimento de satisfação das pessoas pode ser usado como sinônimo das diferenças entre o que elas possuem e aquilo que almejam, enquanto que a sensação de felicidade dos indivíduos se associa tanto a valores materiais como a acontecimentos que impactam a vida das pessoas como, por exemplo, crises econômicas, escândalos políticos e violência. Assim, os sentimentos de felicidade e satisfação aparecem como aspectos complementares, pois ambos indicam como as pessoas veem sua vida e a sociedade onde moram.

Considerando esses sentimentos para a compreensão do bem estar, passa-se a descrever o trabalho desenvolvido por Putnam e Helliwell (2004) que, via dados empíricos, estudam a relação do capital social com os sentimentos de bem estar das pessoas. Para eles, as variáveis que compõem a dimensão de bem estar hedonista refletem os quesitos materiais, econômicos, mentais e psicológicos dos sujeitos sociais. Dessa maneira, não reforçam o emprego de uma perspectiva estritamente econômica e quantitativa para a compreensão do bem estar.

Entre as principais evidências empíricas destacadas pelos autores, está a relação positiva entre a presença de relações interpessoais com os sentimentos de bem estar. Helliwell e Putnam (2004) empregam o capital social como algo que facilita a construção e a manutenção de redes sociais e promove o bem estar. Entre outros resultados destacados por

eles, com base nos dados disponibilizados pelo *World Values Survey*, está a existência de causalidade positiva entre renda, estabilidade no trabalho, família, amigos, romances, saúde, confiança interpessoal e a existência de uma atmosfera comunitária e de bem estar. Em outras palavras, a presença de tais circunstâncias indica um maior grau de satisfação e felicidade entre as pessoas (HELLIWELL; PUTNAM, 2004).

No que tange os níveis de participação, seja em algum grupo ou organização, quanto mais presentes esses forem numa sociedade, mais satisfeitas as pessoas tendem a estar em relação a suas vidas. Desse modo, ampliam-se as chances de, em lugares onde existe uma maior conexão entre os cidadãos via confiança, existam avaliações positivas quanto ao bem estar das pessoas que inclusive não participam ativamente em redes sociais de participação (HELLIWELL; PUTNAM, 2004).

Nessa direção, Woolcock (2001) defende que é a partir da década de 1990 que o desenvolvimento econômico passa a ser compreendido como algo que pode ser influenciado por aspectos sociais como as *formas pelas quais*⁵² as relações entre os cidadãos se estruturam e pelos seus mecanismos de produção. Assim, falar de desenvolvimento, seja social ou econômico, faz referência à construção de estratégias para o avanço de grupos sociais numa perspectiva local e macro de longo prazo. Nessa direção, torna-se necessário empregar variáveis que ultrapassem uma dimensão puramente econômica, tornando vital reconhecer a existência de quesitos de ordem social, institucional e cultural no auxílio e na distribuição das conquistas alcançadas, impactando diretamente no incremento qualitativo da qualidade de vida e do bem estar dos atores sociais de maneira coletiva (MILANI, 2004).

Essa perspectiva torna pertinente incluir variáveis que indicam a existência de participação coletiva em grupos ou organizações como um reflexo da coesão social na população. Conforme Baquero (2003), o reconhecimento dessas variáveis implica na aceitação da importância dos valores subjetivos dos sujeitos da mesma forma que amplia a necessidade de evitar a fragmentação social e a legitimidade dos sistemas políticos, não restringindo, portanto, sua compreensão dentro dos limites ortodoxos da participação convencional. Essa ampliação permite entender como os cidadãos interagem com sua realidade social, econômica e política, que pautada na teoria da cultura política, é fortificada quando existem estoques positivos de confiança e participação nesse local (BAQUERO, 2003).

⁵² Termo original em inglês: *ways of life* (Woolcock, 1997)

A dimensão que avalia a importância da participação das pessoas é composta por três quesitos: i) formal ou convencional, como votar em eleições; ii) não-convencional, que engloba meios extra-institucionais; iii) comunitária, presente em níveis locais (ALVES e VISCARRA, 2005, p.170). Esses modelos de participação dizem respeito à forma na qual as pessoas e as instituições se estruturam para ampliar a comunicação entre Estado e sociedade, permitindo à população interagir e/ou alterar a realidade em que vivem, revelando a necessidade que os indivíduos possuem de alcançar objetivos que, na sua maioria, não seriam atingidos de maneira isolada (CREMONESE, 2006, p. 266).

Esta seção apresentou trabalhos de estudiosos que utilizam dados empíricos para afirmar a possível relação entre os estoques de capital social e a capacidade desses em auxiliar na promoção da qualidade de vida. Assim, feitas essas considerações sobre os conceitos utilizados nessa dissertação, e seus indicadores, o próximo capítulo discute analiticamente a relação entre capital social e qualidade de vida no RS

CAPÍTULO 4

4. O Rio Grande do Sul como foco de análise

Esse capítulo tem como objetivo descrever e caracterizar através de dados empíricos as três regiões do RS estudadas, COREDE Metropolitano, Nordeste e Noroeste Colonial, em relação à presença de estoques de capital social e qualidade de vida. A análise dos dados e as técnicas empregadas nesta etapa da dissertação tem como finalidade testar as hipóteses desta pesquisa. O objetivo central que norteia o trabalho é o de verificar a existência de relação entre as variáveis de capital social e a dimensão de bem estar das pessoas, averiguando se os níveis de desenvolvimento socioeconômico, como abordados pela FEE, permitem uma mensuração detalhada sobre a qualidade de vida dos moradores das regiões estudadas. Subjacentes a esse objetivo, os testes de hipóteses realizados buscam averiguar: i) se a confiança interpessoal e institucional impacta no sentimento de bem estar das pessoas; ii) se a presença de solidariedade e reciprocidade influencia no bem estar das pessoas.

Para melhor compreensão do Estado do RS e da situação dos seus habitantes, serão utilizados os relatórios de desenvolvimento econômico da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2000-2006) e a comparação desses com os dados empíricos sobre qualidade de vida e capital social fornecidos pelo NUPESAL (2005, 2006). A comparação entre esses dados permite esclarecer como os moradores dessas localidades percebem seu cotidiano, através de questões avaliativas do seu dia-a-dia, e verificar se as respostas encontradas acompanham os dados oficiais de desenvolvimento social e econômico da sua região.

Essa análise se estrutura em três seções distintas. A primeira, realizada com base na leitura das respostas coletadas nos *surveys* disponibilizados pelo NUPESAL (2006, 2007), que constroem um panorama sobre a existência de estoques de capital social e as diferenças entre os COREDEs pesquisados. Essa descrição é feita através das questões utilizadas para mensurar a existência, ou não, de confiança interpessoal, confiança institucional, sentimento

de solidariedade e de participação entre os membros de cada localidade (Quadro 1). Desse modo, descreve-se a existência de ações coletivas por meio de questões atitudinais, avaliativas e comportamentais.

A segunda seção examina a qualidade de vida dos moradores dessas localidades, considerando tanto os relatórios desenvolvidos pela FEE sobre desenvolvimento socioeconômico como os dados empíricos de percepção das pessoas sobre seu bem estar (NUPESAL, 2006-2007). A utilização dessas duas fontes de dados permite comparar se os dados de percepção subjetiva dos indivíduos acompanham os índices de desenvolvimento socioeconômico de sua região (FEE, 2000-2006). Dessa forma, investiga-se se as regiões mais desenvolvidas econômica e socialmente, segundo dados oficiais, são as que apresentam os níveis mais elevados de bem estar hedonista. Isso porque a coleta de informações acerca da qualidade de vida dessas populações é feita por meio de questões de ordem subjetiva que avaliam como as pessoas percebem sua vida diária.

A última seção do capítulo aprofunda a descrição dos dados de capital social e da qualidade de vida subjetiva por meio da construção de um diagrama (*path diagram*), cuja finalidade é verificar a existência de causalidade entre as questões de capital social e de bem estar em cada região.

As análises elaboradas nesta dissertação descrevem o RS evidenciando as formas como as diferentes localidades estudadas se estruturam em termos de estoques de capital social, qualidade de vida e bem estar, assim como verifica a existência de causalidade entre os sentimentos que os indivíduos nutrem em relação aos demais cidadãos, a esfera política e institucional, bem como se a presença de solidariedade e de uma cidadania ativa influencia na satisfação das pessoas com seu bem estar. Nesse sentido, considera-se a presença do capital social numa perspectiva que fortalece os laços sociais entre os indivíduos e correlaciona o comportamento individual à estrutura na qual o sujeito pertence (MARTELETO, 2004).

O propósito desta etapa é tanto mapear os estoques de capital social através do conjunto das variáveis de confiança interpessoal, confiança institucional, associativismo, participação em grupos ou associações, como caracterizar os níveis de bem estar hedonista nas regiões presentes neste estudo. Dessa forma, caracterizando-se como uma pesquisa descritiva que compara diferentes localidades, COREDEs Metropolitano, Nordeste e Noroeste Colonial, do RS.

A apresentação inicial dos dados empíricos utilizados será disposta em forma de frequência simples para cada região. As informações que dizem respeito ao Corede Metropolitano se referem apenas à capital do estado do RS, enquanto que os demais dados foram coletados num conjunto de cidades representativas de cada região. Com o propósito de introduzir os COREDES analisados, a Tabela 3 apresenta dados socioeconômicos e geográficos que caracterizam as localidades.

Tabela 3- Dados socioeconômicos dos COREDES

Corede	Noroeste Colonial	Nordeste	Metropolitano*
População Total (IBGE, 2007): hab.	305.207	125.188	2.448.514 1.436,123* (2009)
Área (2006): km ²	9.911,3	9.063,6	5.652,1 496,827*
Densidade Demográfica (2006): hab/km ²	30,9	14,9	429,5 2.878*
Analfabetismo (2000): %	8,28	9,47	4,36
Expectativa de Vida ao Nascer (2000): anos	71,00	70,78	72,07
Coefficiente de Mortalidade Infantil (2007): por mil nascidos vivos	12,61	11,66	12,53
PIBpm (2006): R\$ mil	3.500.184	1.768.641	45.568.167 33.434.026*
PIB per capita (2006): R\$	11.502	13.337	18.074
Exportações Totais (2007): U\$ FOB	12.959.059	23.034.406	2.985.331.482 23.534,00*
Taxa de urbanização (IBGE, 2000)	50-65%	65-81%	81-97%

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados da Fee, 2006,2007.

*Dados referentes à cidade Porto Alegre.

De acordo com as informações contidas na Tabela 3, o Corede N. Colonial é o que possui a maior dimensão territorial dentre os analisados, assim como uma população quase três vezes superior ao Corede N. Colonial. Em relação aos dados econômicos (PIBpm, PIB per capita e taxa de exportação), a região Colonial é a que apresenta os menores valores entre as três localidades comparadas. O COREDE Noroeste Colonial se localiza numa situação intermediária em termos de urbanização e de dados econômicos de PIB e exportação. Por conseguinte, o último COREDE é o que detem tanto a taxa de urbanização mais elevada quanto de exportação e PIB. No que tange aos dados sociais sobre analfabetismo, expectativa de vida e expectativa de vida ao nascer, as três regiões apresentaram níveis similares.

Após discorrer sobre essas informações, a próxima seção introduz os dados produzidos pela FEE e pelo NUPESAL sobre capital social e qualidade de vida.

4.1 Capital social no RS

Para melhor compreensão dos dados empíricos usados sobre capital social, esta seção analisa por meio de tabelas simples as respostas coletadas pelo questionário aplicado. A descrição inicial se refere à utilização das questões que indicam a presença de estoques de confiança interpessoal.

O debate sobre a importância do capital social para este estudo pode ser sintetizado nas palavras de Dasgupta (2000), quando a autora define o conceito como um indicador da crença que as pessoas estabelecem umas nas outras. Para ela, a confiança nos membros de uma sociedade é adquirida com base em repetições de ações positivas ao longo do tempo que quando presente de forma positiva e em um número elevado de indivíduos da mesma sociedade incentiva ações conjuntas, cívicas e a disseminação de informações (LA PORTA, et al, 1999), configurando-se, assim, como parte do conceito de capital social.

Os dados sobre confiança interpessoal são apresentados na Tabela 4:

Tabela 4- Porcentagem positiva de confiança interpessoal (%)⁵³

	N. Colonial	Nordeste	Metropolitano
Família	98	98,7	97,6
Vizinhos	85,1	93,8	84,9
Pessoas em geral	27,4	32,9	19,2

Fonte: Nuposal 2005, 2006.

n: família: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500; Vizinhos: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500; Pessoas em geral: C. Metropolitano 420, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 480.

As frequências da Tabela 4 descrevem como os gaúchos dessas três localidades estruturam sua relação com a família, vizinhos e pessoas em geral. Os dados caracterizam a existência de uma relação familiar permeada pela confiança entre todos os respondentes dessas regiões. Em relação aos vizinhos, um forte cenário de confiança também é visualizado, todavia com porcentagens inferiores àquelas referentes à família. Nessa variável se destaca o

⁵³ Questão original: Gostaria de saber se o/a Sr/a confia muito, pouco ou não confia no/a: i) família; ii) vizinhos; iii) pessoas em geral.

COREDE Nordeste com quase 95% de respostas positivas. Assim, essas informações sugerem uma quase inexistência da desconfiança na família e nos vizinhos.

A respeito da confiança dos respondentes nas pessoas em geral a Tabela 4 sinaliza um cenário com baixos estoques de confiança interpessoal, pois embora as respostas apresentem uma porcentagem positiva, elas são significativamente inferiores às questões anteriores, principalmente no COREDE Metropolitano. Em relação ao COREDE N. Colonial e Nordeste, o panorama é um pouco mais positivo, entretanto o número de moradores que confiam nos demais membros da sua sociedade não ultrapassa a margem dos 33%, com apenas uma diferença de cinco pontos percentuais, com destaque para o COREDE Nordeste.

Em relação a confiança interpessoal nessas sociedades, foi constituído um índice com as questões estudadas⁵⁴. Essa técnica foi empregada com o propósito de sintetizar as informações coletadas e, assim, descrever o grau da confiança interpessoal em cada COREDE. A construção dessa escala também foi realizada com o propósito de facilitar a montagem do modelo de trajetória que relaciona as variáveis de capital social e de bem estar hedonista (Quadro 2).

A materialização de tal índice foi realizado por meio da agregação das três questões de confiança em um único fator. Isso foi possível devido a duas razões: a primeira, pelo fato das perguntas de confiança interpessoal estarem teoricamente relacionadas umas com as outras; e a segunda, com base nos resultados obtidos pela análise fatorial (ver apêndice A). A técnica conhecida como análise fatorial verifica o comportamento de uma variável, ou grupos de variáveis, em relação a outras, testando modelos de associação entre essas e servindo como procedimento estatístico para que se possa agrupar tais variáveis em um número menor de fatores sem que esses percam sua capacidade de interpretação e análise.

Abaixo, segue o índice de confiança interpessoal elaborado:

Tabela 5- Índice de confiança interpessoal (%)

	N. Colonial	Nordeste	Metropolitano
Alta	60,3	53,0	42,0
Baixa/média baixa	39,7	47,0	58,0
n	420	500	500

Fonte: Nuposal 2005, 2006.

As respostas consideradas para a construção desse índice permitiram encontrar valores que variassem de zero a três, onde o menor resultado, zero (0), se refere ao grupo de

⁵⁴ Ver sobre a construção do índice no apêndice B.

respondentes que afirmou não confiar em todos os grupos sociais questionados (família, vizinhos e pessoas em geral). Enquanto que o maior número, três (3), reflete a dimensão mais positiva, ou seja, a quantidade de pessoas que confiam tanto na sua família, nos vizinhos, como nos indivíduos em geral. De acordo com a Tabela 5, as respostas indicam a existência de duas dimensões (alta e baixa/média confiança), isso ocorre pela inexistência de um conjunto de respostas totalmente negativas, devido ao fato da confiança na família estar presente em 98% das respostas dos entrevistados.

As frequências da Tabela 5 demonstram que a localidade com maior estoque de confiança interpessoal é a região do COREDE N. Colonial, seguida pelo COREDE Nordeste e, por último, pelo COREDE Metropolitano. Comparando as respostas coletadas nas questões individuais sobre a confiança na família, nos vizinhos e nas pessoas em geral, tal resultado era esperado, uma vez que os COREDEs N. Colonial e Nordeste apresentam porcentagens mais altas nas questões individuais de confiança interpessoal.

Neste trabalho a mensuração do conceito de capital social, no que tange à confiança *latu-senso*, é formada por duas dimensões: confiança interpessoal e confiança institucional. Dessa maneira, as próximas tabelas complementam o estudo sobre o conceito discorrendo a respeito da confiança institucional. No que tange a confiança institucional, essa foi mensurada com base em duas perguntas. A primeira, que questiona se os entrevistados concordam com a afirmação de que todos os políticos são corruptos, e a segunda, por sua vez, busca descrever como a população dessas localidades julga a administração dos recursos públicos por parte do Estado.

Entre as razões que justificam a utilização de tais questões como indicadores de confiança política estão os argumentos defendidos por Power e Jamison (2005), que definem como causas da desconfiança o fraco desempenho econômico de regimes políticos, escândalos de corrupção e o uso indevido das instituições políticas por políticos. Esse argumento vai em direção a perspectiva defendida por Norris (1999) quando classifica a desconfiança política como um conceito multidimensional que diz respeito ao bom desempenho administrativo e político do regime. A visão defendida por Power e Jamison (2005), que utiliza como base os estudos conduzidos por Pharr no Japão e Seligson na Nicarágua, Bolívia, Paraguai e El Salvador, evidencia que aspectos relacionados a má conduta e administração dos representantes eleitos conduz à desconfiança por parte dos eleitores.

Recentemente, outro artigo que desenvolve a multidimensionalidade do conceito de confiança política é desenvolvido por Moisés e Piquet (2008). Para os autores, dentre as

dimensões que dizem respeito e afetam a confiança política está a opinião dos cidadãos sobre seus representantes e a sua satisfação com as instituições. Com base em dados da América Latina as análises conduzidas por Moisés e Piquet (2008) evidenciam que o grau de percepção de corrupção dos indivíduos é acompanhada pelo sentimento de desconfiança. Desse modo, conduzindo a resultados que afirmam a existência de relação entre corrupção e baixo estoque de capital social político. Nessa dimensão o artigo de Della Porta (2000) apresenta dados de diferentes países onde se constata que a incidência de níveis mais altos de corrupção vieram acompanhados de maior descrença por parte dos cidadãos com sua esfera política. Todavia tais argumentos não conduzem a compreensão da corrupção e má administração como sinônimo de desconfiança política, mas como indicativo desse. Desse modo, as questões empregadas neste estudo auxiliam a caracterização da presença de descrença política, ou capital social político, nas pessoas.

A opção de se utilizar questões sobre corrupção para descrever a relação entre cidadãos, instituições políticas e seus representantes encontra respaldo nas palavras de Amorim (2009). Para a autora, o atual cenário de forte desconfiança política na América Latina e, por conseguinte, no Brasil, se deve em maior escala à percepção que as pessoas possuem do funcionamento de suas esferas políticas. Desse modo, a corrupção não seria um sinônimo da desconfiança política, mas um indicativo desta.

Em artigo recente, Moisés (2009) apresenta o problema da corrupção como um dos mais severos do Brasil, pois este envolve o abuso do poder público, vantagens pessoais e troca de favores entre parlamentares. De acordo com o autor, a constatação desses fatos por parte da população desqualifica a relação Estado/sociedade e compromete a cooperação social com as instituições e seus representantes, afetando a confiança depositada nestes.

Os dados que indicam a presença de confiança institucional são apresentados na Tabela 6:

Tabela 6- Porcentagem e pessoas que concordam com as seguintes afirmações (%)⁵⁵

	Todos são corruptos (sim)	O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos (não)
N. Colonial	78,1	12,3
Nordeste	84,3	15,6
Metropolitano	77,3	12,9

Fonte: Nuposal 2005, 2006.
n: C. Metropolitano 420, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 480.

As frequências observadas na Tabela 6 descrevem um cenário preocupante em relação à confiança das pessoas em suas esferas política e institucional, pois se verifica a existência de um elevado sentimento de ceticismo que reflete a desconfiança na esfera política, via percepção da corrupção, entre os cidadãos e seus representantes e uma baixa crença na eficiência administrativa do Estado.

No tocante à sensação de confiança das pessoas nos seus representantes políticos, que julgam estes corruptos, as porcentagens destacam uma relação permeada pela desconfiança superior aos 77% em todas as localidades. Este cenário merece destaque na região Nordeste, onde 84% de respostas concordam com tal afirmação. Os resultados dos demais COREDEs também se mostraram elevados, entretanto, em nível inferior ao do Nordeste.

As informações que dizem respeito à segunda questão, interrogando os moradores acerca da eficiência da administração do Estado, novamente destacam um elevado nível de descrença por parte da população. A porcentagem de respostas concordando com a incapacidade do governo de administrar adequadamente os recursos públicos foram superiores a 84% nas três localidades, com destaque para os COREDEs N. Colonial e Metropolitano, que possuem as dimensões mais negativas.

Com base nesse cenário de forte descrença política por parte dos riograndenses com seus representantes e na eficiência de suas instituições políticas e administrativas, optou-se por complementar o estudo construindo um índice de confiança institucional que descrevesse a relação dos cidadãos com suas esferas políticas institucionais. Tal índice considerou a avaliação das pessoas em relação às seguintes instituições⁵⁶: Congresso Nacional, Governo Federal, Assembléia Legislativa, Governo Estadual, Câmara Municipal, Governo Municipal e Partidos Políticos.

⁵⁵ Questão original: Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: a) Todos os políticos são corruptos; b) O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos.

⁵⁶ A questão original é: Em relação às instituições que vou ler, gostaria de saber se você confia muito, pouco ou não confia: Congresso Nacional, Governo Federal, Assembléia Legislativa, Governo Estadual, Câmara Municipal, Governo Municipal e Partidos Políticos.

Seguindo os mesmos passos utilizados na construção do índice de confiança interpessoal, o índice de confiança institucional considerou apenas as respostas positivas⁵⁷ de confiança. O somatório das respostas que compreendem esse índice varia de 0 a 7, onde zero (0) representa o número de cidadãos que responderam não confiar em todas as instituições questionadas, e sete (7) o conjunto de sujeitos que afirmaram confiar em todas as instituições avaliadas. A Tabela 7 apresenta os resultados:

Tabela 7- Índice de confiança institucional (%)

	N. Colonial	Nordeste	Metropolitano
Baixa confiança (0-1)	81,0	52,0	86,6
Média confiança (2-5)	17,8	46,0	10,1
Alta confiança (6-7)	1,2	22,0	3,4
n	400	500	420

Fonte: Nupesal 2005, 2006.

n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500.

A análise comparada acerca da confiança institucional das pessoas entre as regiões evidencia que o COREDE Nordeste detém os resultados mais positivos, todavia, mais da metade da sua população respondeu não crer nos seus órgãos representativos.

As informações contidas na Tabela 7 podem servir de explicação para a predominância de entrevistados no COREDE Nordeste, N. Colonial e Metropolitano que responderam respeitar as leis por obrigação ou medo de sofrer alguma coerção, e não por crerem na capacidade administrativa das instituições políticas⁵⁸. Nesse contexto, as questões de confiança institucional explicitadas anteriormente e a razão pela qual os cidadãos obedecem as leis convergem para o mesmo ponto e caracterizam um elevado sentimento de descrença da população perante as decisões tomadas por suas instituições e representantes.

Como definido no marco teórico, a definição de capital social também é composta por variáveis indicativas de sentimentos de solidariedade, coletividade e de participação política dos cidadãos. A mensuração da presença desses quesitos foi realizada com base em três questões. A primeira, que questiona qual seria a reação do entrevistado caso fosse solicitado a participar em um projeto que não lhe traria benefícios diretos, mas sim a outras pessoas. A segunda, que interroga se no último ano o respondente auxiliou ativamente em algum projeto local com as demais pessoas. E por último, a terceira questão refere-se à participação ativa do entrevistado em algum grupo ou organização no período da aplicação do questionário. A Tabela 8 apresenta os resultados.

⁵⁷ Foi atribuído peso igual a 1 à resposta *confia* e peso igual 0 às respostas *não confia* ou *confia pouco*.

⁵⁸ Porcentagem de respondentes que afirmaram obedecer às leis por obrigação: Nordeste 64,6, Metropolitano 68,7 e N. Colonial 65,7.

Tabela 8- Participação em ações comunitárias ou em organizações (% positiva)

	N. Colonial	Nordeste	Metropolitano
Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas. Você contribuiria?*	95	95	93,2
Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?***	66,7	61,4	28,9
Participa de algum grupo ou organização?***	67,3	56,3	15,7

Fonte: Nuposal 2005, 2006.

n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500; **n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500; *** n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500.

De acordo com a Tabela 8, as questões que medem a presença de solidariedade, reciprocidade e o nível de participação em grupos/organizações dos moradores desses COREDEs são feitas de maneira a considerar tanto uma perspectiva avaliativa, perguntando como eles se comportariam frente a uma situação específica, quanto atitudinal, questionando como esses agiriam numa determinada situação nos últimos meses. Desse modo, constitui-se uma análise mais aprofundada da existência de sentimentos indicativos de capital social entre as pessoas.

Em relação à intenção dos entrevistados em participar caso requisitados para alguma atividade que não lhes beneficia diretamente, percebe-se um cenário positivamente homogêneo nos três COREDEs, com porcentagens positivas superiores a 93%, existindo, portanto, alto percentual de capital social latente. Buscando avaliar atitudinalmente a reação das mesmas pessoas frente a uma situação semelhante, se complementou a leitura desses dados com questões de ordem atitudinal.

Confrontando as respostas da primeira pergunta com as que dizem respeito à participação ativa do entrevistado na resolução de algum problema local nos últimos 12 meses, um panorama diferente é percebido. Isto porque as frequências positivas diminuem mais de trinta pontos percentuais em cada localidade. Contudo, tal queda não descarta a importância dos resultados, pois os COREDEs N. Colonial e Nordeste mantêm porcentagens superiores a 60% de entrevistados afirmando que participaram ativamente na resolução de algum problema local no último ano. No que tange à região Metropolitana, observa-se uma situação diferente, pois a intenção das pessoas em participar não chega aos 30%. Tal fato sinaliza uma nítida diferença entre a intenção que os respondentes têm em participar e a sua participação ativa em alguma ação coletiva. Desse modo, configura-se um contexto mais propenso à materialização de ações solidárias nos COREDEs N. Colonial e Nordeste.

Uma análise mais aprofundada sobre a intenção e a participação dos cidadãos dessas localidades é realizada quando adicionada a resposta referente ao atual pertencimento dos entrevistados em algum grupo ou associação, pois tal participação permite ter uma idéia mais clara da continuidade de ações coletivas e participativas entre as pessoas.

De acordo com a Tabela 8, os resultados que dizem respeito à atual participação dos moradores ilustram que o percentual de indivíduos participativos da região COREDE N. Colonial é praticamente o mesmo daqueles que auxiliaram na materialização de algum projeto nos últimos meses dentro da sua comunidade. Na região COREDE Nordeste, a porcentagem de respondentes que participa em alguma organização ou grupo é a segunda mais elevada, correspondendo a mais da metade da sua população. E é no contexto Metropolitano que se observa a maior queda, pois menos de 16% dos respondentes respondeu positivamente a essa pergunta.

A leitura dos dados sobre a participação das pessoas nessas localidades esclarece que as regiões COREDE N. Colonial e Nordeste são as que possuem os níveis mais altos de respostas positivas, principalmente em relação à participação institucionalizada. Esse fato é importante, uma vez que tal forma de participação possui quatro objetivos principais: i) decidir; ii) incentivar outras mobilizações, aumentar a comunicação entre as pessoas e resolver conflitos; iii) incentivar o auto-respeito; iv) a satisfação com os outros (UPHOFF, 1999, p. 228). Assim, pode-se pressupor que quanto mais elevada for a freqüência de participantes em grupos ou organizações, maiores são as chances dessas pessoas estarem cientes da realidade onde vivem e, assim, agirem em busca de avanços para o seu bem estar e dos demais membros de sua comunidade.

Em síntese, é possível afirmar que os dados empíricos coletados pelas pesquisas de opinião do NUPESAL caracterizam a existência de estoques de capital social como: confiança interpessoal, solidariedade e participação. Entre as principais conclusões dos dados examinados estão: i) o fato da região Metropolitana apresentar os estoques mais baixos de confiança interpessoal, solidariedade e participação; ii) os níveis de desconfiança interpessoal em relação ao Estado, que foi equivalentemente alto em todas as localidades; iii) a baixa confiança das pessoas nos seus representantes políticos, principalmente nos COREDEs Metropolitano e N. Colonial.

Essas conclusões, numa perspectiva que defende a compreensão da qualidade de vida composta por valores materiais e não materiais, instigam a realização de uma análise que verifique a relação desses dados com a forma pela qual as pessoas avaliam seu bem estar.

Assim, assume-se o pressuposto de que os componentes e os indicadores de capital social, como confiança, reciprocidade e associativismo, influenciam no sentimento de bem estar e, desse modo, na qualidade de vida dos grupos sociais. Todavia, antes de averiguar a correlação entre as variáveis estudadas, é necessário descrever como a qualidade de vida é vista pelos habitantes dos três COREDEs pesquisados.

Objetivando uma melhor compreensão e descrição da realidade dessas localidades, a próxima seção examina os dados econômicos provenientes dos relatórios da FEE e os dados subjetivos que dizem respeito à qualidade de vida dessas populações, de forma a gerar subsídios para o teste das hipóteses formuladas.

4.2 Bem estar e qualidade de vida no RS

Buscando articular os pressupostos teóricos que embasam esta dissertação, com os dados empíricos utilizados, visando construir uma explicação ampla e consistente acerca do bem estar das localidades em estudo, este capítulo compara as informações de duas fontes de dados. Uma com base nos dados econômicos agregados sistematizados e disponibilizados nos relatórios da FEE sobre saúde, saneamento/domicílios, educação e renda, que compõem o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS entre os anos de 2000-2006. E o outro, com base nas informações provenientes dos *surveys* disponibilizados pelo NUPESAL nos anos de 2005-2006.

A primeira etapa dessa seção considera os aspectos que dizem respeito à dimensão de bem estar subjetivo dos entrevistados com base nos bancos de dados disponibilizadas pelo NUPESAL (2006-2007). A Tabela 9 apresenta os resultados para cada COREDE:

Tabela 9- Qualidade de vida subjetiva (%)⁵⁹

	N. Colonial	Nordeste	Metropolitano
Feliz*	79	88,3	66,9
Satisfeito**	63,7	77	46,4
Realizado ***	58,2	64,6	47,3
Confiante****	51,3	57,5	45

Fonte: Nuposal 2005-2006.

*n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500; **n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500; ***n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500; ****n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500.

De acordo com as frequências apresentadas, observa-se que o maior número de respostas positivas que compõem a dimensão de bem estar localiza-se no COREDE Nordeste, seguido pelo N. Colonial e por último, pela região Metropolitana. Realizando uma leitura individual de cada questão, verifica-se que aquela com maior número de respostas positivas

⁵⁹ A questão original é: Quanto ao/a Sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade: feliz/ infeliz; satisfeito/ insatisfeito; realizado/ frustrado; confiante/inseguro.

diz respeito ao sentimento de felicidade das pessoas com a sociedade onde vivem, seguida pela satisfação, realização e confiança.

Visando uma melhor compreensão das informações apresentadas na Tabela 9 e a simplificação do cálculo do modelo de trajetória a ser apresentado no Quadro 2, optou-se por agregar os indicadores de bem estar subjetivo dentro de uma única dimensão, assim, compondo o índice de bem estar hedonista.

A montagem desse índice seguiu os mesmos passos empregados no desenvolvimento do índice anterior. Assim, a primeira medida foi realizar uma análise fatorial que indicasse a possibilidade de agregar as quatro questões de bem estar subjetivo em um único fator (apêndice A), de bem estar hedonista, uma vez que teoricamente esses já estão relacionados. Constatando estatisticamente tal possibilidade, o passo seguinte foi atribuir valor positivo um (1), às respostas selecionadas e zero (0), às não selecionadas (negativas). Esse procedimento possibilitou o somatório das respostas escolhidas, cujo resultado variou de zero (0) a quatro (4), onde o menor número reflete o conjunto de respostas totalmente negativas, e o maior, o grupo de resultados totalmente positivos fornecidos pelos entrevistados (ver apêndice B).

A Tabela 10 apresenta os resultados desse índice:

Tabela 10- Índice de bem estar hedonista (%)

	N. Colonial	Nordeste	Metropolitano
Alto	52,2	69,3	25,1
Médio	13,8	16,9	13,4
Baixo	34,0	13,8	61,5

Fonte: Nuposal 2005, 2006.

n: C. Metropolitano 500, C. N. Colonial 420, C. Nordeste 500.

Os dados da Tabela 10 confirmam as linhas anteriores, afirmando ser o COREDE Nordeste aquele com níveis mais elevados de bem estar hedonista, pois dentre as quatro questões utilizadas quase 70% da sua população respondeu positivamente a três ou mais questões. No tocante ao COREDE N. Colonial, esse cenário não é tão forte, entretanto significativo, uma vez que mais da metade dos entrevistados respondeu de maneira majoritariamente positiva às mesmas questões. Para o COREDE Metropolitano, o cenário observado se inverte, isto porque passa de 60% o número dos que responderam negativamente a todas essas perguntas, ou apenas uma.

Após verificar empiricamente como essas populações avaliam subjetivamente seu bem estar, adiciona-se à análise os dados econômicos fornecidos nos relatórios da FEE entre os anos de 2000 e 2006. A metodologia empregada pela FEE utiliza 12 indicadores para compor os blocos avaliativos de: educação, renda, saúde e saneamento/domicílios. Os dados coletados

por cada indicador utilizado são transformados em índice onde o resultado varia de zero (0), que representa um desenvolvimento nulo, a um (1), que classifica a localidade como totalmente desenvolvida. A Tabela 11 sintetiza tais informações:

Tabela 11- Desenvolvimento socioeconômico no RS

		N. Colonial		Nordeste		Metropolitano	
IDESE	2000	18°	0,71	7°	0,737	2°	0,791
	2001	14°	0,725	8°	0,737	2°	0,789
	2003	14°	0,731	5°	0,752	2°	0,792
	2004	15°	0,731	17°	0,731	2°	0,793
	2005	16°	0,728	17°	0,723	2°	0,803
	2006	16°	0,729	17°	0,726	1°	0,804
Educação	2000	9°	0,842	16°	0,824	7°	0,844
	2001	4°	0,854	17°	0,826	6°	0,847
	2003	3°	0,783	16°	0,841	10°	0,857
	2004	3°	0,873	16°	0,847	8°	0,859
	2005	3°	0,87	17°	0,842	6°	0,858
	2006	3°	0,871	17°	0,842	6°	0,859
Renda	2000	10°	0,727	14°	0,698	2°	0,796
	2001	6°	0,759	14°	0,704	3°	0,785
	2003	6°	0,871	10°	0,758	5°	0,788
	2004	8°	0,771	9°	0,769	5°	0,791
	2005	9°	0,743	12°	0,73	2°	0,826
	2006	8°	0,756	7°	0,764	2°	0,83
Saneamento e Domicílios	2000	17°	0,424	5°	0,57	2°	0,682
	2001	17°	0,428	6°	0,569	2°	0,684
	2003	17°	0,431	6°	0,572	2°	0,686
	2004	20°	0,432	16°	0,466	2°	0,681
	2005	19°	0,434	16°	0,467	2°	0,682
	2006	19°	0,435	16°	0,468	2°	0,683
Saúde	2000	14°	0,849	13°	0,856	19°	0,841
	2001	8°	0,859	14°	0,849	16°	0,841
	2003	14°	0,84	16°	0,835	15°	0,836
	2004	13°	0,849	18°	0,84	19°	0,84
	2005	6°	0,865	11°	0,855	17°	0,849
	2006	11°	0,855	22°	0,726	17°	0,844

Fonte: FEE 2000-2006.

As informações contidas nessa tabela permitem observar que a qualidade de vida na região Metropolitana é mais elevada, seguida pelo COREDE N. Colonial e, por último, o COREDE Nordeste. Seguindo a ordem disposta na Tabela 10, inicia-se a análise descrevendo o COREDE N. Colonial.

No tocante a essa localidade, COREDE N. Colonial, os dados da Tabela 10 caracterizam a localidade com índice médio⁶⁰ de desenvolvimento socioeconômico, que sobe duas posições ao longo do período estudado. No entanto, a melhoria indicada nas últimas pesquisas da FEE não é suficiente para que se observe um avanço significativo, pois a região continua fazendo parte dos oito COREDEs menos desenvolvidos do RS.

Avaliando isoladamente os blocos de renda, saúde, educação, saneamento e domicílios desse COREDE, observa-se que o último quesito é o mais negativo, com resultados inferiores a 0,499. No tocante à renda da população, os dados apresentam um nível de qualidade satisfatório, localizando-se entre os 10 melhores do RS. A respeito dos indicadores de saúde e educação, esses se caracterizam como relativamente satisfatórios, uma vez que sua avaliação aumenta nos últimos anos, principalmente em relação à educação, que sobe seis pontos chegando em 2006 como o terceiro melhor do Estado. Contudo, tais melhorias permitiram à localidade subir apenas duas posições, 16ª nos anos de 2005 e 2006 em comparação com o restante do RS.

Comparando essa localidade com as outras duas examinadas, verifica-se que o IDESE do COREDE N. Colonial se localiza perto do calculado para a região Nordeste nos últimos anos, o próximo a ser analisado.

Os blocos temáticos que compõem o IDESE do COREDE Nordeste, e o próprio índice, indicam um cenário cujas avaliações sofreram as mais fortes oscilações ao longo do período de 2000-2006. Esse fato é perceptível pela drástica queda de dez posições da região no seu IDESE entre 2000 e 2006. Nesse panorama, destacam-se os anos de 2003 e 2004, quando a localidade, que estava em quinto lugar, cai doze posições e deixa de fazer parte dos oito COREDEs mais bem desenvolvidos para integrar a lista dos oito menos do RS, próximo ao COREDE N. Colonial.

A leitura dos blocos que compõem o IDESE do COREDE Nordeste justifica tal queda, principalmente nos setores de saúde e saneamento. No caso da saúde, nota-se uma redução de nove posições entre os anos de 2000 e 2006. Em relação ao saneamento e domicílios, esse

⁶⁰ Média dos resultados do IDESE nessa localidade durante os 5 anos de pesquisa: 0.725.

questo baixou 10 lugares durante os anos observados. No que se refere à educação, este fator se mantém equilibrado, enquanto que os dados sobre renda sobem sete posições. Todavia, o equilíbrio na educação e a melhora na saúde não foram suficientes para estagnar a queda da avaliação geral do IDESE da região, aproximando esse ao COREDE N. Colonial.

Por último, é examinado o COREDE Metropolitano, onde os dados da FEE evidenciam um cenário mais equilibrado durante todo o período estudado (2000 a 2005). Tal constância permitiu a localidade se manter como a segunda⁶¹ melhor do RS durante praticamente todos os anos, quando em 2006 passa a ocupar o primeiro lugar no *ranking* do IDESE. Um dos pontos que justifica essa estabilidade é o fato de nenhum dos componentes do IDESE se localizar abaixo de 0,682 (saneamento e domicílios), assim como pelo fato da oscilação nos dados de saúde e educação chegarem em 2006 com índices superiores a 2000. Em relação a renda, esta também oscilou, ainda que na maioria dos anos tenha se mantido na segunda colocação (2000, 2005, 2006).

Comparando as informações disponibilizadas nos relatórios da FEE com os dados referentes à avaliação subjetiva dos sujeitos em relação à sociedade onde vivem, (NUPESAL, 2005, 2006) verifica-se que o COREDE Nordeste é o que apresenta a porcentagem mais alta de respondentes qualificando sua vida como feliz, realizada, confiante e satisfeita. Desse modo, descreve um cenário diferente daquele observado nos dados oficiais que avaliam a região com baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico.

Seguindo essa tendência, a descrição dos dados econômicos em comparação com os dados empíricos de avaliação subjetiva das pessoas em relação ao seu bem estar permite notar a existência de dois cenários. O primeiro, tendo como base os dados empíricos que caracterizam os COREDEs N. Colonial e Nordeste, apresenta o maior grupo de indivíduos se considerando felizes, realizados, satisfeitos e confiantes com a sociedade onde vivem. E o segundo, que descreve o COREDE Metropolitano com os menores níveis de bem estar (NUPESAL 2006, 2007). Desse modo, os níveis de bem estar das localidades N. Colonial e Nordeste aparecem como superiores aos da região Metropolitana, que é avaliada pela FEE como a melhor do Estado em termos sociais e econômicos. O outro cenário, apresentado pela FEE, ilustra uma situação inversa onde os COREDEs N. Colonial e Nordeste se posicionam dentre os oito menos desenvolvidos do RS em termos sociais e econômicos, enquanto que as informações subjetivas os classifica como detentores de um sentimento de bem estar superior ao COREDE Metropolitano.

⁶¹ O COREDE Serra obteve o primeiro lugar durante todas essas pesquisas até 2005.

Os cenários descritos, por meio da comparação entre essas duas fontes de informação, não minimizam a importância dos relatórios dos dados oficiais, mas ressaltam a diferença entre como esses visualizam cada localidade e como as pessoas a percebem. Assim, a análise entre os dados subjetivos de avaliação dos respondentes e os dados econômicos agregados adquire significado e pertinência pelo fato de complexificar o estudo acerca da qualidade de vida ao incluir as avaliações dos sujeitos sociais como objeto de análise. Isto porque os diferentes níveis de felicidade refletem o contentamento da vida das pessoas como um todo, considerando as avaliações que essas nutrem em relação aos valores materiais e não materiais que compõem seu mundo (CAMPBELL, CONVERSE; RODGER, 1976). Da mesma forma, a variável satisfação pode ser empregada como sinônimo das discrepâncias entre as aspirações das pessoas e aquilo que elas possuem, sendo um resultado da sua experiência diária (CAMPBELL, CONVERSE, RODGER, 1976).

Em síntese, as informações sobre capital social e qualidade de vida descritas nesses dois capítulos permitem concluir que: i) dados puramente econômicos não refletem o sentimento de bem estar das pessoas; ii) as localidades com a pior posição, segundo o *ranking* do IDESE, são aquelas que possuem o maior número de pessoas felizes, satisfeitas, confiantes e realizadas com sua sociedade de acordo com os dados empíricos; iii) os COREDEs que apresentaram índices menos positivos de desenvolvimento social e econômico foram os mesmos que apresentaram as frequências mais elevadas de confiança interpessoal, participação em associações ou grupos e a presença de solidariedade entre seus membros.

Essas conclusões justificam a necessidade de examinar a possível relação entre os indicadores de capital social e sentimentos que refletem o bem estar das pessoas e sua qualidade de vida. Assim, objetiva-se perceber se a forma pela qual os membros de uma certa localidade estruturam sua relação com os demais indivíduos e o sistema político influencia no seu bem estar, uma vez que fatores não tangíveis, como sentimentos e avaliações, fazem parte do mundo cotidiano dos seres humanos caracterizando tanto as relações sociais como as relações que os cidadãos estabelecem com as esferas políticas que fazem parte de sua sociedade.

A próxima seção desta dissertação desenvolve um modelo de trajetória com base nas variáveis de capital social e bem estar que objetivam vincular a teoria com os dados examinados e testar as hipóteses.

4.3 O modelo de trajetória

O propósito deste capítulo é verificar a existência, ou não, de uma relação inferencial entre as variáveis de capital social e bem estar hedonista nas localidades pesquisadas. Desse modo, objetiva-se estabelecer uma relação entre a teoria utilizada e os dados empíricos coletados por meio da técnica conhecida como modelo de trajetória⁶². A aplicação dessa técnica permite tanto esclarecer a relação causal entre as variáveis estudadas como tornar possível a mensuração do quanto uma variável pode servir de explicativa para a compreensão de outra, de forma direta e indireta.

A técnica conhecida como análise da trajetória (*path analysis* no original), é uma forma superior de regressão múltipla que pode ser usada quando se parte do pressuposto de que as respostas de uma variável são influenciadas por outras variáveis (BABBIE, 1999). Com base em referencial teórico, um dos primeiros passos para a formulação do modelo causal é descrever o diagrama (*path diagram*) que relaciona as variáveis utilizadas. As variáveis do diagrama são compostas por três grupos: i) independentes, que diz respeito as que não são impactadas pelas demais variáveis do modelo; ii) intervenientes, que se localizam ao longo do caminho entre a exógena e a dependente; iii) a dependente, que se refere a que sofre influência pelas demais variáveis do modelo. Assim, diagramando uma rede de relações cuja direção é definida previamente pelo pesquisador com base no referencial teórico utilizado.

A construção do diagrama que expõe o modelo de trajetória usado nesta dissertação utiliza as doze questões descritas no capítulo anterior. Dessas, cinco são empregadas de forma individual como, por exemplo, as de confiança no Estado, confiança nos políticos, participação em grupos ou associações, e duas de solidariedade, enquanto que as outras sete perguntas compõem os dois índices elaborados com base no resultado da análise fatorial (Tabela 4 e 5). O primeiro diz respeito à confiança interpessoal e engloba a percepção dos

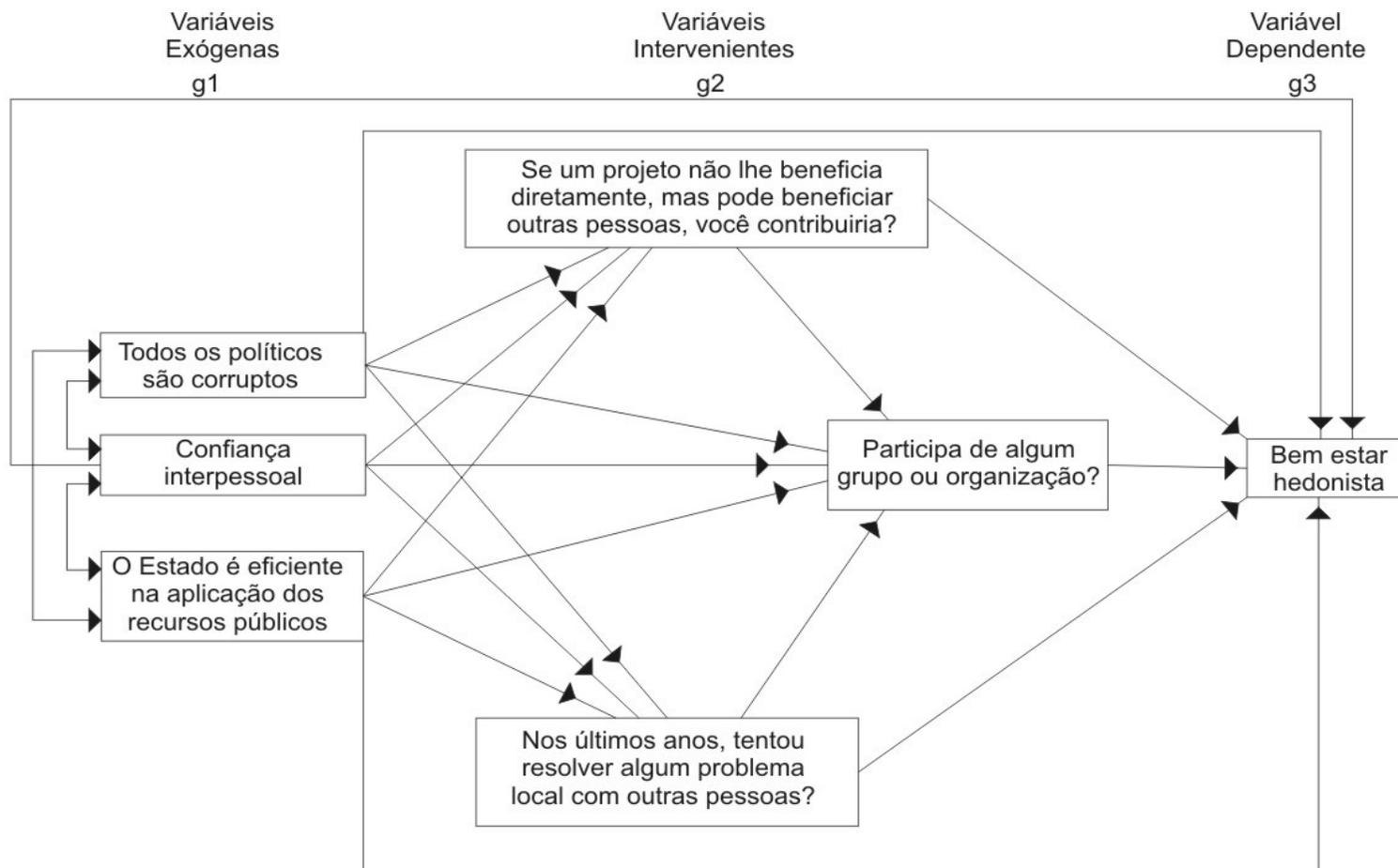
⁶² No original em inglês: *path analysis*.

entrevistados sobre suas famílias, vizinhos e a população em geral. O segundo, por sua vez, compõe a variável dependente do modelo a ser apresentado, que é constituída pelas questões de felicidade, satisfação, confiança e realização, compondo a dimensão de bem estar hedonista. Ambos índices visam o propósito de otimizar a eficiência do modelo causal elaborado, evitando, assim, a utilização de um número elevado de variáveis, o que dificultaria a análise.

O Quadro 2 expõe o diagrama elaborado (*path diagram*) para a operacionalização do modelo de trajetória deste trabalho. O cálculo desse modelo foi realizado de igual forma para todas as regiões que compõem essa dissertação. As setas dispostas indicam a direção da relação a ser calculada, cujos caminhos foram estruturados com base no referencial estudado.

O propósito do diagrama desenhado é explicar como a teoria culturalista do capital social pode ser estudada com base nos dados empíricos disponibilizados pelo *survey* aplicado nas três regiões que essa pesquisa analisa, bem como sua relação com o sentimento de bem estar das pessoas.

Quadro 2- Modelo de trajetória



Fonte: Modelo elaborado pela autora com base nas pesquisas de percepção do NUPESAL 2005-2006.

Como observado no Quadro 2, as questões utilizadas (ver Quadro 1) estão dispostas de forma a ilustrar o modelo teórico proposto. Para facilitar a leitura dos caminhos percorridos entre as variáveis, optou-se por dividi-las em três grupos. O primeiro, (g1), engloba o índice de confiança interpessoal e as duas questões sobre confiança institucional: credibilidade no Estado e confiança nos políticos. Esse conjunto, composto pelas variáveis exógenas, diz respeito àquelas que são determinadas por condições exteriores ao modelo, ou seja, não são influenciadas pela presença das demais variáveis do diagrama.

O segundo grupo, (g2), formado por três questões, avalia a presença de ações participativas, a intenção de participar e a presença de solidariedade entre os respondentes. As perguntas que compõem esse grupo de variáveis intervenientes ou endógenas são: i) Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar os outros, você contribuiria? ii) Participa em algum grupo ou organização? iii) Nos últimos anos, você tentou resolver algum problema local com outras pessoas?

O último grupo, (g3), é composto apenas pelo índice de bem estar hedonista, considerado como a variável dependente do modelo. Em outras palavras, é a que se pressupõe ser impactada pelas relações estabelecidas pelas variáveis que compõem os outros dois grupos anteriormente descritos.

A escolha das questões usadas no diagrama é explicada pela teoria culturalista que defende o emprego do conceito de capital social como significativo para a compreensão das sociedades e suas características. A definição de capital social utilizada nessa dissertação argumenta que a relação entre variáveis de confiança institucional e interpessoal (g1) afeta a forma na qual os cidadãos se relacionam com os demais membros de sua sociedade e, assim, com a forma de participação desses (g2). Da mesma maneira, considera que o entendimento da qualidade de vida das pessoas sob uma ótica onde sentimentos e avaliações que os cidadãos nutrem acerca da sua vida diária estabelecem uma ponte entre o capital social e o bem estar hedonista (g3).

Dessa forma, o diagrama esclarece teoricamente a relação causal entre os indicadores de confiança interpessoal e institucional (g1) e as variáveis de participação e solidariedade (g2), assim como a causalidade que esses dois grupos de variáveis exercem sobre o bem estar (g3). As relações desenhadas no diagrama compõem o conjunto de efeitos totais que descrevem os caminhos percorridos entre as variáveis

exógenas e endógenas, de maneira direta ou indireta. Essa última diz respeito ao caminho que considera as variáveis intervenientes (g2).

O primeiro passo para calcular o efeito total sobre a variável dependente é considerar o valor do caminho direto entre essa e a variável exógena adicionando os resultados dos efeitos causados quando passam pelas variáveis intervenientes. O resultado dos efeitos indiretos é calculado através da multiplicação de cada caminho percorrido entre as variáveis endógenas até chegar à exógena. O efeito total é o resultado da soma da multiplicação dos trajetos que passam pelas variáveis intervenientes mais o resultado do efeito do caminho direto (anexo C).

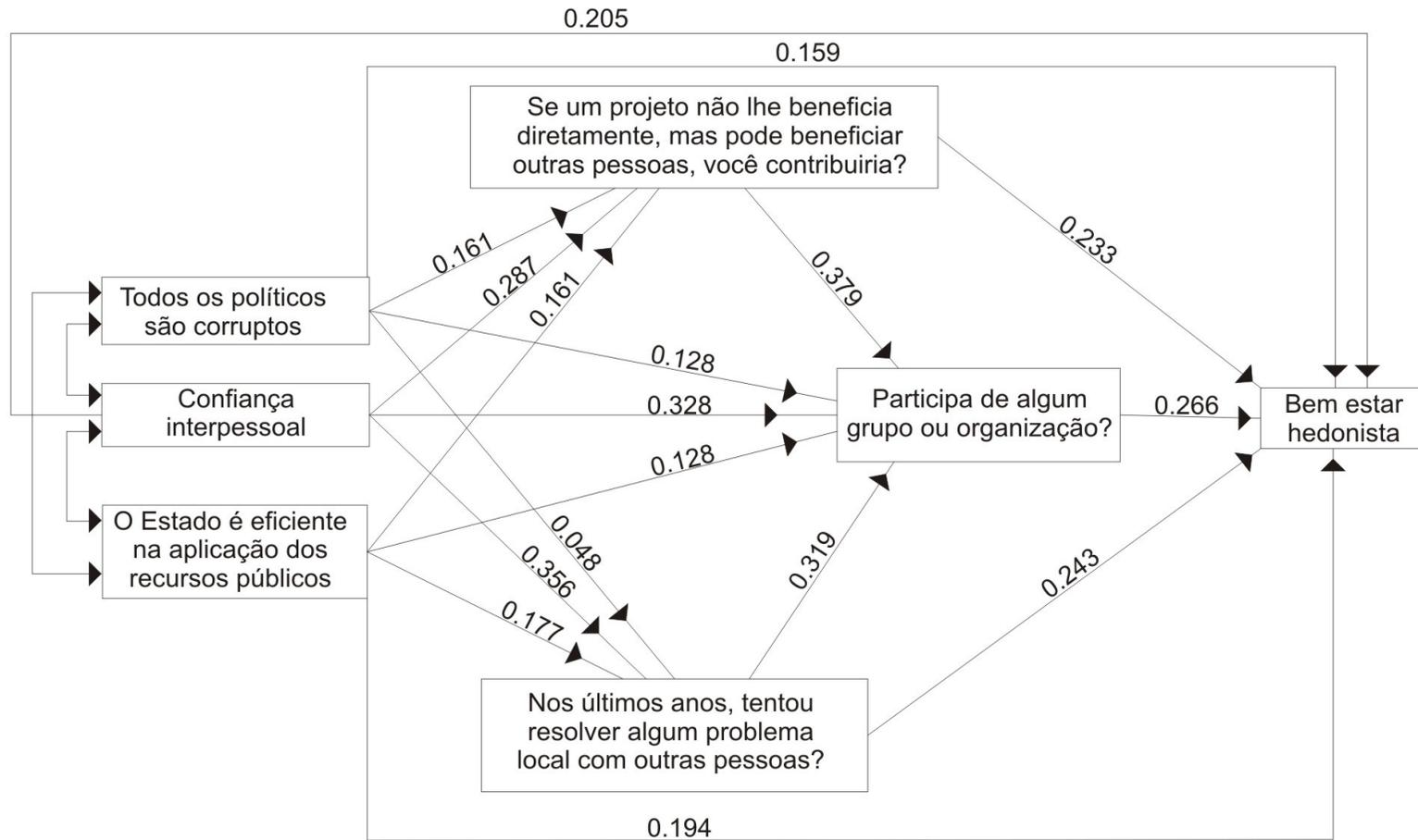
A análise dos resultados do modelo de trajetória desenvolvido foi realizado em quatro partes. As três primeiras, examinado cada COREDE individualmente (N. Colonial, Nordeste e Metropolitano). Em cada uma dessas seções os resultados são apresentados em uma tabela composta por três colunas principais. Uma delas denominada “efeito direto”, que corresponde ao valor encontrado no caminho entre a variável exógena e a dependente, sem considerar os resultados das variáveis intervenientes. E a outra, que diz respeito aos efeitos de cada caminho percorrido até a variável de bem estar hedonista, passando pelas variáveis intervenientes. E por último, a coluna de efeitos totais que apresenta o resultado do somatório de todos os caminhos percorridos entre as variáveis exógenas, endógenas e a dependente, considerando as variáveis intervenientes.

A última parte deste capítulo compara os efeitos calculados para cada COREDE e, assim, explicita as diferenças e similitudes encontradas nessas três localidades.

4.3.1 A análise da trajetória no COREDE N. Colonial

Os resultados apresentados nesta etapa da dissertação dizem respeito à região do COREDE Noroeste Colonial, cujos resultados são apresentados no Quadro 3:

Quadro 3- Modelo de trajetória calculado no COREDE N. Colonial



Fonte: Modelo elaborado pela autora com base nas pesquisas de percepção do NUPESAL 2005-2006.

Objetivando facilitar a leitura dos efeitos calculados em cada caminho percorrido (Quadro 3), os resultados são apresentados na Tabela 12:

Tabela 12- Efeitos diretos, indiretos sobre a qualidade de vida, COREDE N. Colonial

<i>Variável causal</i>	<i>Efeito direto</i>	<i>Efeito da variável interveniente</i>	<i>Efeito total</i>
Confiança nas pessoas em geral	0,205 Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,287	0.487
	Participa de algum grupo ou organização?	0,328	
	Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,356	
Confiança nos políticos*	0,159 Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,161	0.253
	Participa de algum grupo ou organização?	0,128	
	Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,048	
Confiança no Estado**	0,194 Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,161	0.308
	Participa de algum grupo ou organização?	0,128	
	Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,177	
Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,233 Participa de algum grupo ou organização?	0,379	
Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,243 Participa de algum grupo ou organização?	0,319	
Participa de algum grupo ou organização?	0,266		

* Questão original: Todos os políticos são corruptos.

** Questão original: O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Quadro 3.

De acordo com a Tabela 12, observa-se que o caminho direto entre a variável exógena e a dependente que se mostrou mais forte diz respeito ao sentimento de confiança interpessoal dos moradores dessa localidade e a dimensão de bem estar da

população. Cabe ressaltar que essa é também a trajetória que adquire maior relevância quando são consideradas as três variáveis intervenientes de participação e solidariedade.

No tocante à correlação entre a confiança das pessoas na capacidade de administração do Estado e seu bem estar, de forma direta, essa se mostrou significativa, entretanto, em menor intensidade quando comparada com a confiança interpessoal, mesmo quando considerados os efeitos das variáveis intervenientes. Cabe também ressaltar que dentre as três variáveis exógenas estudadas, a que apresentou resultados menos elevados ou explicativos para a compreensão do sentimento de bem estar das pessoas desse COREDE foram as referentes à confiança dos cidadãos nos seus políticos.

Os efeitos obtidos através do caminho que percorre as variáveis intervenientes ilustram que essas variáveis intensificam as correlações analisadas. Dentre os caminhos que consideram as variáveis intervenientes destacam-se as trajetórias que passam pelas questões de solidariedade e participação em grupos e associações.

Em síntese, os resultados da Tabela 12 afirmam que a sensação de bem estar das pessoas dessa localidade podem ser explicados em maior intensidade pelos sentimentos que os indivíduos nutrem em relação aos demais membros que compõem sua sociedade, sendo essa correlação intensificada pela presença de solidariedade entre a população e da participação dos indivíduos em algum grupo ou organização.

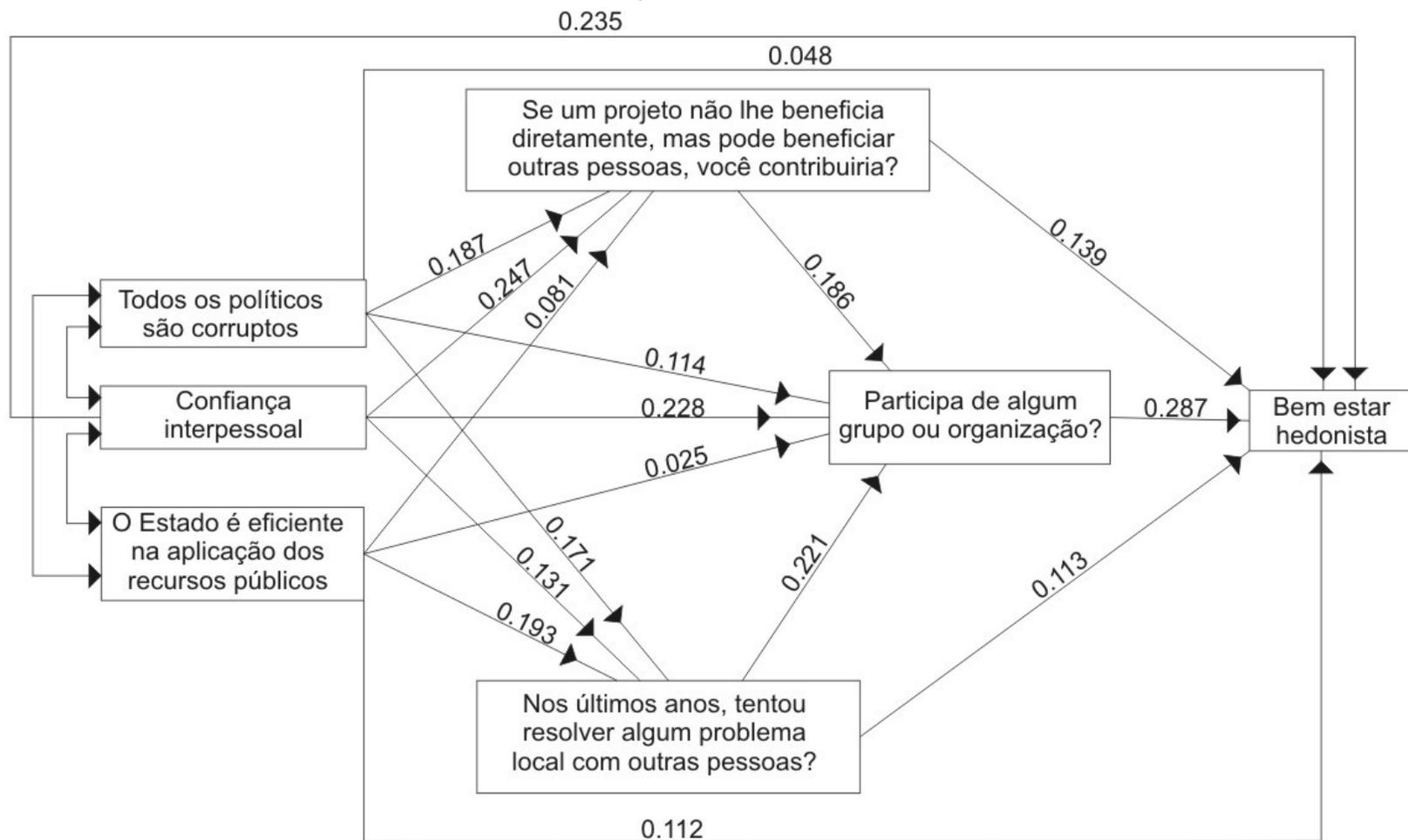
Cabe enfatizar que essa região é aquela onde se observou o segundo maior número de moradores definindo a sua relação com a sociedade onde vivem como feliz, realizada, confiante e satisfeita. Além do mais, a região do COREDE N. Colonial é a que detém os níveis mais elevados de confiança interpessoal, participação ativa em grupos, associações e de solidariedade nos últimos 12 meses. Entretanto, de acordo com o relatório de desenvolvimento socioeconômico da FEE, esse COREDE se localiza apenas na 16ª posição em comparação com o restante do Estado do RS.

A próxima seção examina os efeitos calculados no COREDE Nordeste.

4.3.2 A análise da trajetória no COREDE Nordeste

Para essa região, os resultados calculados estão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 4- Modelo de trajetória calculado no COREDE Nordeste



Fonte: Modelo elaborado pela autora com base nas pesquisas de percepção do NUPESAL 2005-2006.

Da mesma maneira que na seção anterior, os coeficientes apresentados no Quadro 4 estão dispostos na Tabela 13, assim facilitando a leitura das informações.

Tabela 13- Efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida no COREDE Nordeste

<i>Variável causal</i>	<i>Efeito direto</i>	<i>Efeito da variável interveniente</i>	<i>Efeito total</i>
Confiança nas pessoas em geral	0,235	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria? Participa de algum grupo ou organização? Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,247 0,228 0,131 0,369
Confiança nos políticos*	0,048	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria? Participa de algum grupo ou organização? Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,187 0,114 0,171 0,136
Confiança no Estado**	0,112	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria? Participa de algum grupo ou organização? Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,081 0,025 0,193 0,168
Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,139	Participa de algum grupo ou organização?	0,186
Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,113	Participa de algum grupo ou organização?	0,221
Participa de algum grupo ou organização?	0,287		

* Questão original: Todos os políticos são corruptos.

** Questão original: O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Quadro 4.

Os resultados observados na Tabela 13 indicam para essa localidade a existência de uma relação direta mais robusta entre a variável exógena de confiança interpessoal e a variável dependente de bem estar das pessoas. De forma menos intensa, outra correlação positiva é observada entre os sentimentos que as pessoas nutrem em relação à administração do Estado e o seu bem estar. Em relação à confiança das pessoas nos

seus representantes políticos, essa trajetória mostrou a resposta positiva menos significativa, tanto de forma direta quanto indireta.

Analisando essas mesmas relações, todavia, adicionando os efeitos causados pelas variáveis intervenientes de participação e solidariedade, percebe-se que o caminho entre a confiança interpessoal e o bem estar da população se torna ainda mais explicativo, do mesmo modo que a relação entre a confiança no Estado e a variável endógena se intensifica. No tocante aos sentimentos que as pessoas nutrem pelos seus representantes políticos, se observa que quando considerados os caminhos que passam pelas variáveis intervenientes, o efeito total se eleva, o que significa afirmar que as variáveis intervenientes do modelo auxiliam na compreensão dos sentimentos de bem estar dos indivíduos. Assim como, observar que a maior intensidade de ações participativas entre os moradores de uma localidade intensifica os sentimentos que avaliam a qualidade de vida das pessoas como positiva. No entanto, essa relação continua sendo a mais fraca dentre todas as testadas no modelo.

Dentre os caminhos percorridos entre as variáveis intervenientes de participação e solidariedade até o bem estar hedonista, percebe-se que os efeitos mais elevados são encontrados na questão que mensura a participação dos cidadãos em grupos ou organizações. Constata-se, assim, um resultado próximo ao encontrado no COREDE N. Colonial, todavia menos expressivo.

Com vistas a sintetizar a leitura dos dados descritos na Tabela 13, verifica-se que para a localidade do COREDE Nordeste a relação entre confiança interpessoal e o bem estar hedonista foi a mais intensa dentre as variáveis exógenas, seja de forma direta ou indireta, seguida pela confiabilidade das pessoas na administração dos recursos públicos por parte do Estado e por último, na relação entre a população e seus representantes políticos. Tal constatação se aproxima daquela vista na região no COREDE N. Colonial, no entanto com efeitos menos explicativos.

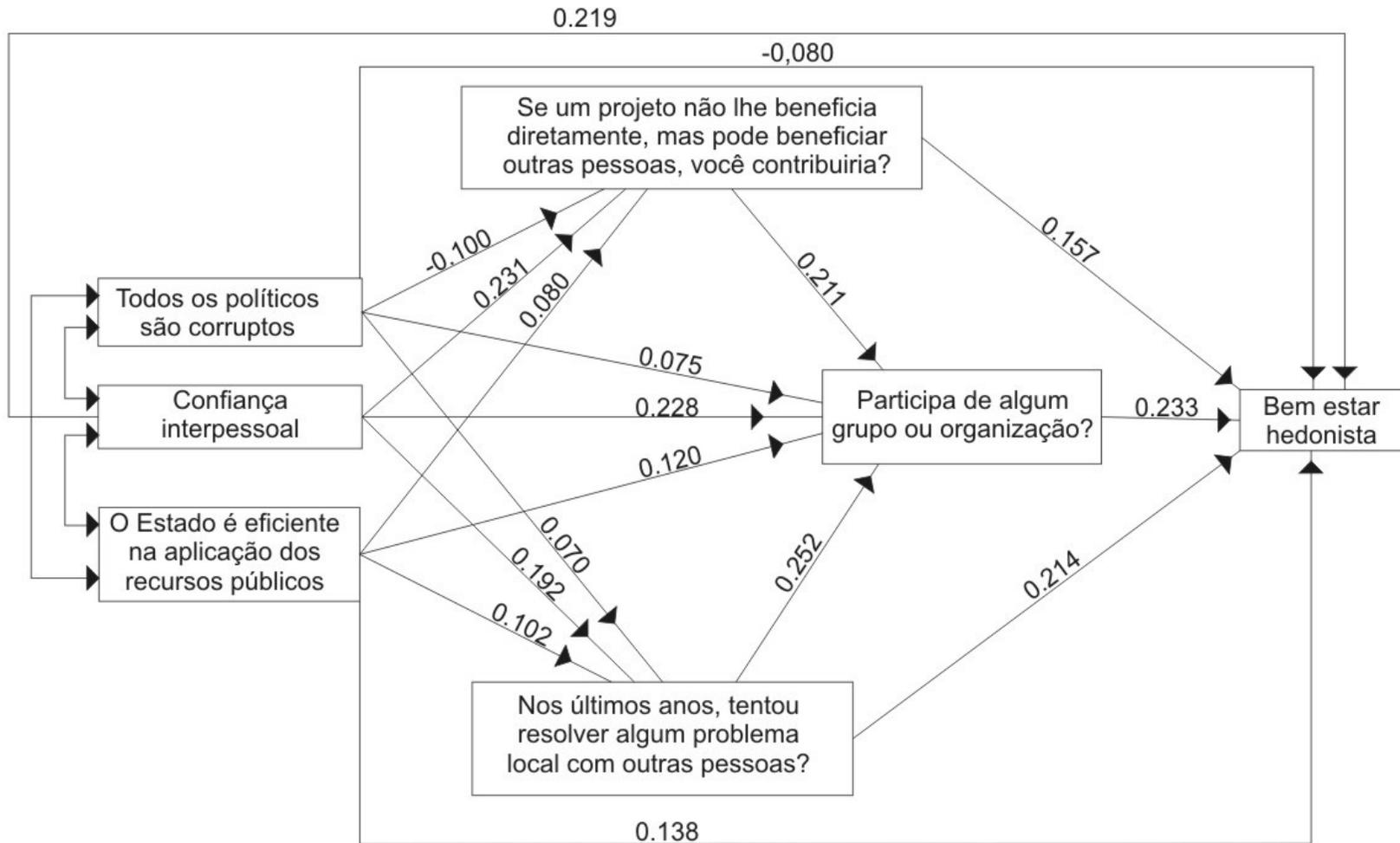
Adicionando a essas constatações os dados empíricos de capital social e qualidade de vida, observa-se que nessa localidade se apresentam os níveis mais elevados de bem estar, com quase 70% de respostas positivas. Além dos segundos níveis mais elevados de moradores que participam de algum grupo ou organização e que afirmaram ter ajudado sua comunidade nos últimos 12 meses. Cabe lembrar que de acordo com o IDESE (FEE 2000-2006) essa é uma das oito regiões menos desenvolvidas do RS.

A próxima seção examina os resultados obtidos no que diz respeito ao COREDE Metropolitano.

4.3.3 A análise da trajetória no COREDE Metropolitano.

Os resultados do modelo de trajetória calculado para essa localidade são observados no Quadro 5.

Quadro 5- Modelo de trajetória calculado no COREDE Metropolitano



Fonte: Modelo elaborado pela autora com base nas pesquisas de percepção do NUPESAL 2005-2006.

Seguindo a forma de apresentação dos dados nas seções anteriores, os resultados calculados estão dispostos na Tabela 14.

**Tabela 14- Efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida, COREDE
Metropolitano**

<i>Variável causal</i>	<i>Efeito direto</i>		<i>Efeito da variável interveniente</i>	<i>Efeito total</i>
Confiança nas pessoas em geral	0,219	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,231	0,359
		Participação em algum grupo ou organização?	0,228	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,192	
Confiança nos políticos*	-0,080	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	-0,100	-0,06
		Participação em algum grupo ou organização?	0,075	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,070	
Confiança no Estado**	0,138	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,080	0,182
		Participação em algum grupo ou organização?	0,120	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,102	
Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,157	Participação em algum grupo ou organização?	0,211	
Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,214	Participação em algum grupo ou organização?	0,252	
Participa de algum grupo ou organização?	0,233			

* Questão original: Todos os políticos são corruptos.

** Questão original: O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Quadro 5.

De acordo com a Tabela 14, o caminho direto entre as variáveis exógenas e a dependente descreve que o sentimento de bem estar dos moradores da região é explicado em maior intensidade pela presença de confiança interpessoal entre os membros da sociedade, seguindo a tendência dos COREDEs anteriores. O segundo trajeto direto mais significativo diz respeito a confiança institucional, em relação ao

Estado, e a avaliação do bem estar das pessoas e, novamente, em último lugar, aparece a relação entre corrupção, indicativa de baixa confiança nos políticos e o sentimento que as pessoas nutrem acerca do seu dia-a-dia.

Realizando uma descrição dos resultados obtidos que agregue os efeitos das variáveis intervenientes, percebe-se que a significância entre os caminhos percorridos das variáveis exógenas até a dependente é intensificada, contudo, seguem na mesma ordem. Assim, ainda é mais explicativa a correlação entre a confiança interpessoal e o bem estar das pessoas dessa localidade. No tocante aos caminhos que percorrem as variáveis intervenientes de ações participativas por parte da população, os coeficientes demonstram que a participação ativa dos indivíduos nos últimos 12 meses e em grupos ou organizações no período da pesquisa são as que mais intensificam o caminho até a dimensão de bem estar.

De forma a sintetizar os efeitos parciais e diretos apresentados na Tabela 14, argumenta-se que esses são, na sua maioria, menos significativos do que aqueles encontrados nos outros dois COREDEs pesquisados. Todavia, os resultados do COREDE Metropolitano mostram a mesma ordem de significância entre as variáveis exógenas e a dependente do que no COREDE N. Colonial e Nordeste, sendo o caminho entre a confiança interpessoal até a dimensão de bem estar o mais intenso. No que se refere às variáveis intervenientes de participação e solidariedade, aquela que mais intensifica os caminhos percorridos é a que questiona a atual participação dos respondentes em grupos ou organizações.

Adicionando a leitura da Tabela 13 os dados referentes à presença de estoques de capital social, é importante enfatizar o fato dessa região ser onde se encontram os menores números de indivíduos participativos, solidários e satisfeitos com a sociedade onde vivem. Comparando os resultados obtidos no modelo de trajetória calculado com os relatórios da FEE, verificou-se que a região Metropolitana é avaliada como a melhor do RS em termos de desenvolvimentos socioeconômico, uma vez que a localidade aparece num extremo contrário aos COREDEs N. Colonial e Nordeste, alcançando nas últimas pesquisas da FEE o primeiro lugar do *ranking* dos COREDEs mais desenvolvidos social e economicamente no RS (FEE 2000-2006).

Em síntese, os dados examinados descrevem um cenário onde as regiões com as correlações mais significativas entre as variáveis exógenas e a dependente, principalmente de confiança interpessoal, são as mesmas que a FEE avalia como as

menos desenvolvidas. Cabe acrescentar a observação de que nessas mesmas localidades o percentual de moradores que respondeu positivamente ao bloco de questões sobre seu bem estar é mais elevado, enquanto que o panorama no COREDE Metropolitano é inverso, pois os dados dessa localidade apontam efeitos menos intensos entre as variáveis exógenas e a dependente, assim como as porcentagens mais baixas de pessoas realizadas, satisfeitas, felizes e confiantes com a sociedade onde vivem, ao mesmo tempo em que os dados da FEE definem o COREDE Metropolitano como detentor dos melhores níveis de desenvolvimento social e econômico.

Objetivando aprofundar a análise entre as variáveis e localidades pesquisadas, a próxima seção faz uma comparação mais aprofundada dos resultados obtidos.

4.4 As diferenças entre as regiões

Os resultados dos dados apresentados nas seções anteriores destacam tanto as similitudes como as diferenças entre os COREDEs estudados. Uma leitura comparada dos efeitos calculados para as regiões permite visualizar dois cenários.

O primeiro cenário é descrito levando em consideração as informações coletadas e publicadas pela FEE. Compostos por dados econômicos agregados (de renda, educação saúde e saneamento), os relatórios dessa instituição descrevem o desenvolvimento socioeconômico dos COREDEs posicionando as regiões N. Colonial e Nordeste dentre as oito menos desenvolvidas do RS, enquanto que o COREDE Metropolitano se configura entre os melhores do Estado no mesmo período.

O outro cenário observado tem suas características definidas com base nos dados empíricos fornecidos pelo NUPESAL (2005-2006). A análise desses dados, que descrevem como as pessoas dessas três localidades avaliam sua qualidade de vida, evidencia um panorama diferente daquele descrito pelos relatórios da FEE. Isto porque as respostas coletadas nas pesquisas de opinião utilizadas posicionam os moradores das regiões menos desenvolvidas social e economicamente, segundo dados oficiais, como aquelas com os mais altos níveis de bem estar subjetivo.

A comparação entre as informações provenientes dessas duas fontes de dados e tais constatações servem de estrutura para a defesa da complementaridade entre dados empíricos e econômicos para a compreensão do bem estar dos indivíduos, permitindo uma avaliação da qualidade de vida de uma localidade de forma plena, pois enquanto a FEE avalia o COREDE Metropolitano como a região mais bem desenvolvida em termos socioeconômicos, nos outros COREDEs, N. Colonial e Nordeste, a situação é inversa, apresentando esses últimos as populações com os níveis elevados de bem estar subjetivo (NUPESAL 2005-2006). São essas as diferenças que justificam as razões pelas quais se busca evidenciar a necessidade de incluir valores não tangíveis como a importância da sensação de bem estar das pessoas ao debate.

Tal evidência não questiona a validade das diferentes fontes de informações utilizadas, mas propõe uma forma diferenciada de percepção da qualidade de vida, nos moldes defendidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2006). Defende-se, dessa forma, que os valores necessários para uma compreensão plena da qualidade de vida das pessoas estão presentes nos indicadores que fazem parte do conceito de capital social.

Objetivando aprofundar as razões pelas quais as pessoas julgam mais ou menos positivo seu bem estar, foi calculada a relação entre a dimensão de bem estar e os indicadores de capital social, de confiança, de solidariedade e de participação (caminho percorrido entre os grupos g1, g2 e g3 - Quadro 2). O modelo de trajetória que interliga tais variáveis permitiu analisar se a presença de estoques positivos de capital social explicam o sentimento de bem estar das pessoas. No contexto desta reflexão, a próxima tabela esclarece de forma resumida e comparada os efeitos calculados no modelo de trajetória utilizado:

Tabela 15- Efeitos totais

Caminho percorrido do g1 ao g3.	N. Colonial	Nordeste	Metropolitano
Confiança nas pessoas em geral	0,487	0,369	0,359
Confiança no Estado	0,308	0,162	0,182
Confiança nos políticos	0,256	0,136	-0,060

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A Tabela 15 apresenta comparativamente as diferenças e as similaridades que caracterizam as três localidades estudadas no que diz respeito à trajetória entre as variáveis exógenas e a dependente, considerando as variáveis intervenientes (Quadro 2). Dessa forma, realiza-se uma análise que permite observar a influência de indicadores de capital social na qualidade de vida em diferentes sociedades no interior do RS.

De acordo com a Tabela 15, o COREDE N. Colonial é a localidade que apresentou o maior número de relações causais positivas entre os indicadores de capital social e bem estar subjetivo. Adiciona-se a isso o fato de que essa região também foi onde se observaram os maiores níveis de confiança interpessoal (60%), de participação

institucionalizada e a segunda melhor avaliação das pessoas em relação ao seu bem estar, perdendo para o COREDE Nordeste. As constatações observadas ao longo da dissertação e os dados da Tabela 15 confirmam a hipótese de que o bem estar das pessoas nessas localidades está relacionado à presença de estoques positivos de capital social.

No tocante ao COREDE Nordeste, as análises realizadas ao longo deste estudo esclarecem que essa localidade é aquela onde se encontram os segundos estoques mais elevados de capital social, principalmente no que tange à presença de solidariedade entre os membros desse grupo social. Adicionando-se a essas observações as evidências observadas na Tabela 14, constata-se, assim como no COREDE anterior, que a relação mais elevada se estabelece entre a confiança interpessoal e o sentimento de bem estar das pessoas, entretanto de maneira menos intensa. As demais variáveis exógenas possuem uma correlação menos significativa que a confiança interpessoal, sendo a confiança no Estado segunda mais elevada e em último lugar a confiança nos políticos, medida através da existência de corrupção ou não por parte desses.

De acordo com os dados anteriores, o COREDE Metropolitano se configura por deter os menores estoques de capital social (confiança interpessoal, solidariedade e participação das pessoas em grupos ou associações) e por ser a região com os níveis positivos mais baixos de bem estar. E é dentro desse contexto que a Tabela 14 descreve a localidade Metropolitana com as relações causais menos significativas entre os indicadores de capital social e a dimensão de bem estar, mesmo considerando as variáveis intervenientes. Comparativamente com as outras localidades, os efeitos totais desse COREDE se aproximam aos da região Nordeste, no tocante à confiança interpessoal e na administração do Estado.

Considerando os resultados que dizem respeito aos efeitos totais percorridos dentre as variáveis exógenas à dependente, destaca-se o caminho entre a confiança interpessoal e o bem estar hedonista, com maior efeito de causalidade nas três localidades.

Discorrendo sobre as variáveis de confiança das pessoas na administração do Estado sobre os recursos públicos, observa-se que esta detém as segundas correlações mais elevadas com o bem estar dos cidadãos. O efeito total do caminho percorrido entre

essas variáveis foi, primeiramente, mais elevado no COREDE N. Colonial, seguido pelo Metropolitano e, por último, pelo Nordeste, com destaque para o fato de que esse foi o único caminho percorrido no modelo de trajetória em que o COREDE Metropolitano superou outro.

No tocante aos efeitos que descrevem a relação dos moradores dessas localidades com seus representantes políticos, é possível afirmar que esse caminho pouco explica os motivos pelos quais as pessoas se sentem satisfeitas, confiantes, realizadas e felizes no ambiente em que vivem. A esse respeito, verificou-se que os efeitos mais elevados estão nos COREDEs Nordeste e N. Colonial. Já no que se refere ao COREDE Metropolitano, essa relação se mostrou negativa, lembrando que essa localidade também foi onde se observou o nível mais alto de desconfiança plena. Em outras palavras, significa dizer que dentre as três variáveis exógenas utilizadas no modelo, confiança interpessoal, no Estado e nos representantes políticos, aquela que apresentou maior relação explicativa com a variável dependente de bem estar hedonista diz respeito à confiança interpessoal dos moradores. Tal caminho é ainda mais intenso quando consideradas as variáveis intervenientes de participação e solidariedade.

Analisando a importância das variáveis intervenientes que mensuram a existência de uma esfera solidária e participativa entre as pessoas, observa-se que essas possuem uma importância significativa em todos os COREDEs, com destaque para o COREDE N. Colonial, onde a relação causal mais significativa se estabelece entre o bem estar hedonista e as variáveis que mensuram a predisposição das pessoas em participar tanto em projetos que não lhes beneficiam diretamente, quanto da participação ativa dos cidadãos na resolução de problemas locais nos últimos anos. Em relação aos demais COREDEs, as variáveis intervenientes também exercem uma influência positiva, no entanto menos intensa.

Com base nessas constatações, é possível esclarecer as diferenças entre cada região pesquisada em termos de influência de capital social sobre a dimensão hedonista, onde os resultados alcançados apontam para a necessidade de se considerar as dimensões que fazem parte do capital social como explicativas para o bem estar das pessoas. Em outras palavras, significa afirmar que a sensação de felicidade, satisfação, confiança e realização das pessoas na sua sociedade é influenciada e explicada em parte pela forma como as pessoas interagem e se relacionam com as demais esferas que compõem seu cotidiano.

Os dados analisados e os resultados obtidos fornecem subsídios à necessidade de se ampliar os estudos sobre qualidade de vida e bem estar. Complementarmente, se defende que o conceito de capital social não age da mesma maneira em todas as localidades, sendo importante destacar dados socioeconômicos e culturais que caracterizam os locais estudados. Entre algumas das características que podem influenciar na presença de estoques de capital social está o grau de industrialização e urbanização das sociedades. A constatação que instiga o argumento é o fato do COREDE N. Colonial apresentar as menores taxas de urbanização segundo o IBGE (2000), os estoques mais elevados de confiança interpessoal, e o maior número de pessoas participando ativamente em grupos ou organizações. Cabe recordar que foi nessa localidade que se perceberam os resultados mais explicativos entre confiança interpessoal e bem estar hedonista, e onde a participação em associações foi mais significativa como variável interveniente.

Em termos de urbanização, destaca-se que o COREDE Nordeste numa situação intermediária, sendo mais urbanizado que o COREDE Colonial e menos que o Metropolitano, foi onde se constatou a segunda mais elevada relação causal entre as variáveis de capital social e bem estar hedonista e, da mesma forma, o nível mais elevado de estoques de confiança interpessoal que o COREDE Metropolitano.

Tais evidências sugerem incluir ao debate a importância que estudos como os desenvolvidos por Debertin (1998) sobre a diferença, em termos de capital social, entre regiões rurais e urbanas. Para o autor, localidades definidas como rurais geralmente são as que apresentam as relações interpessoais mais fortes, pois o nível de anonimato é menor que em centros urbanos. Assim, as pessoas são incentivadas a não infringir as normas sociais. Da mesma forma, potencializa-se a interação social entre indivíduos de diferentes classes sociais e renda. Debertin argumenta que enquanto uma localidade aumenta em número populacional e de urbanização, seus moradores tendem a manter relações com pessoas que possuem uma renda ou classe social próxima a sua, dificultando a interação entre grupos diferentes, o que não exclui a possibilidade de existência de relações mais fortes de confiança interpessoal e participação em determinados bairros das cidades, entretanto menos intensos (DEBERTIN, 1998).

Com base nos resultados expostos, é possível afirmar a existência de uma relação explicativa entre indicadores de capital social e a dimensão de bem estar

hedonista. Tal relação não segue um padrão explicativo igual para todas as regiões e depende da existência das particularidades do objeto de estudo. Entre tais particularidades estão a existência de fatores como confiança no governo, nas pessoas, de uma cidadania participativa que colabore para o aumento do sentimento de bem estar das pessoas, indo ao encontro do argumento teórico defendido.

Utilizando tais resultados do modelo de trajetória calculado, é possível evidenciar quais os indicadores que podem promover uma melhoria no sentimento de bem estar da população. Dessa forma, incentiva-se a manutenção e a promoção de políticas e ações que busquem intensificar as relações que melhor explicam o sentimento de bem estar, respeitando as particularidades e diferenças de cada localidade.

CAPÍTULO 5

5 Considerações Finais

Esta dissertação examinou a existência de estoques de capital social tais como confiança interpessoal, confiança institucional, solidariedade, participação e bem estar subjetivo dos moradores de três localidades do estado do Rio Grande do Sul: COREDE Colonial, Noroeste Colonial e Metropolitano. A disponibilidade de dados que mensuravam empiricamente a presença dessas variáveis permitiu elaborar um teste de correlação onde os indicadores de capital social representassem as variáveis exógenas e intervenientes e o sentimento de bem estar dos entrevistados, a variável dependente.

A relação estabelecida entre o conceito de capital social e a dimensão de bem estar hedonista teve como moldura teórica os trabalhos desenvolvidos por Almond e Verba (1963). Adicionalmente, a análise teórica e dos dados foram embasados nos pressupostos culturalistas desenvolvidos por autores como: Sen e Nussbaun (1988), Putnam (1993, 2000), Knack e Keefer (1997), Campbell, Converse, Rodger (1976), Veenhoven (2008), Bartolini, Bilancini e Sarracino (2009).

O referencial teórico utilizado forneceu subsídios para a introdução de valores subjetivos como complementares aos dados de desenvolvimento socioeconômicos para a compreensão da qualidade de vida dos moradores das localidades investigadas. Além disso, tornou possível examinar a relação entre indicadores de capital social e qualidade de vida, cujo pressuposto é que a existência de estoques de capital social influencia nos sentimentos de felicidade, satisfação, confiança e realização dos indivíduos.

A hipótese central que norteou esta pesquisa é a de que a existência de indicadores de capital social impacta no bem estar das pessoas. Assim, defendeu-se o exame de atitudes, comportamentos e a percepção dos indivíduos para a caracterização e a compreensão do seu bem estar subjetivo e qualidade de vida. Dentre os fatores que estimularam a construção desta investigação e da hipótese de pesquisa, estão a relevância do conceito de capital social, o crescimento de estudos que empregam este

conceito na Ciência Política e a verificação de poucas pesquisas comparativas dentro dessa temática no estado do RS.

Em termos analíticos, as comparações e as análises realizadas foram possíveis devido à disponibilidade de duas fontes de dados. Uma dessas fontes diz respeito aos dados empíricos provenientes dos bancos de dados fornecidos pelo NUPESAL (2005-2006), que continham no seu escopo questões sobre bem estar subjetivo e capital social nas três localidades estudadas. E em complementaridade a esses dados empíricos, o livre acesso aos relatórios sobre desenvolvimento socioeconômico nos COREDEs produzidos pela FEE nos anos de 2000-2006.

O emprego dessas duas fontes possibilitou a comparação entre como os moradores das localidades observadas avaliam sua qualidade de vida, através da dimensão de bem estar hedonista, e como essa é vista com base nas informações socioeconômicas oficiais do estado. Os resultados obtidos a partir dos dados dos *surveys*, com base em procedimentos como distribuição de frequências, análise fatorial e construção de índices, e das informações contidas nos relatórios de desenvolvimento social e econômico do RS (FEE 2000-2006) destacam a existência de fortes diferenças na avaliação da qualidade de vida dessas regiões.

Essa diferenciação é vista a partir da observação dos relatórios da FEE (2000-2006) que caracterizam o C. Metropolitano como o mais desenvolvido do RS em termos socioeconômicos, e localiza os COREDEs Colonial e Nordeste entre os oito menos desenvolvidos do estado. Ao mesmo tempo, os dados dos *surveys* caracterizam o C. Metropolitano com as frequências mais baixas de bem estar subjetivo e de capital social e as demais regiões com os níveis mais elevados de bem estar e capital social dentre as regiões observadas. Assim, indicando uma dicotomia entre os dados socioeconômicos da FEE e os dados de avaliação subjetiva dos *surveys*, o que incentiva a necessidade de se aprofundar o exame da qualidade de vida das populações via complementaridade entre variáveis socioeconômicas e de percepção subjetiva das pessoas.

Em outras palavras, significa afirmar que o contexto descrito por meio dessa comparação corrobora para a necessidade de se complementar os dados econômicos aos dados empíricos de percepção e avaliação das pessoas para a compreensão de uma realidade. Dessa forma, é atribuído valor aos sentimentos de solidariedade, confiança interpessoal e institucional como significativos para o aumento do nível de satisfação, realização e felicidade das pessoas.

Com base nessa análise, o objetivo foi explicar quais os fatores, dentre os indicadores de capital social utilizados, que mais contribuem para o sentimento de bem estar dos indivíduos entrevistados. A verificação de relação entre capital social e qualidade de vida subjetiva foi realizada a partir da técnica conhecida como modelo de trajetória. Para tal, elaborou-se um diagrama (*path diagram*) que ilustrasse a correlação entre as variáveis utilizadas de maneira teórica e que permitisse a introdução dos dados empíricos selecionados. A estruturação desse modelo considerou as informações sobre confiança interpessoal e institucional como variáveis independentes, as variáveis de participação e solidariedade como intervenientes, e o índice de bem estar hedonista como variável dependente.

A análise do conjunto de dados disposto no modelo evidenciou a existência de uma relação causal diferenciada entre as variáveis exógenas e endógenas para cada COREDE, produzindo duas constatações principais: a presença de fortes diferenças regionais no estado e a importância de estoques de capital social para a compreensão da qualidade de vida das pessoas.

Entre os resultados decorrentes desse procedimento está o fato do caminho entre a variável de confiança interpessoal e de bem estar hedonista ter apresentado a relação causal mais elevada nas três localidades investigadas, com destaque para o C. Colonial. No que tange aos caminhos percorridos entre as demais variáveis exógenas até a endógena, esses apresentaram resultados menos intensos, principalmente quando considerada a credibilidade dos cidadãos em seus representantes políticos, que foi a mais baixa em todos os COREDEs, chegando a ser negativa no C. Metropolitano.

Os resultados obtidos por meio do modelo de trajetória também levaram à constatação de que os locais com maiores estoques de capital social foram os que apresentam as relações causais mais intensas entre esses e o sentimento positivo de bem estar da população. Desse modo, ratifica-se a importância de sentimentos de confiança, solidariedade e participação para o bem estar das pessoas. Esse resultado reitera a importância do capital social como conceito explicativo e ferramenta de incentivo para melhorias socioeconômicas, pois fornece ao pesquisador instrumentos mais eficazes e substanciais para a elaboração de relatórios sobre a realidade estudada e gera subsídios para a materialização de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida de forma mais pontual.

As conotações resultantes dessa técnica reforçam a concepção de qualidade de vida como um conjunto de valores que são influenciados pelas relações que os cidadãos

estabelecem com as demais esferas que compõem seu mundo cotidiano, uma vez que os dados examinados evidenciaram uma predisposição positiva entre confiança interpessoal, participação e, em menor intensidade, de confiança institucional no bem estar das pessoas.

A pesquisa captou, também, as predisposições dos moradores de três localidades gaúchas a respeito da sua participação em ações coletivas, adesão a ações comunitárias, confiança interpessoal e institucional. Nessa análise observou-se que a existência de confiança, principalmente a interpessoal, auxilia na promoção de sentimentos positivos de felicidade, satisfação e realização entre as pessoas, sensações que são intensificadas pela presença de ações solidárias entre a população. Dessa forma, os resultados encontrados vão em direção aos pressupostos que defendem que a qualidade de vida das pessoas não depende apenas de dados e informações econômicas, mas também de mecanismos institucionais, governamentais e ações concretizadas via laços sociais.

Os resultados alcançados fornecem subsídios para a promoção de ações que fomentem a melhoria da qualidade de vida através do entendimento de fatores não econômicos, entretanto sem reduzir a significância deste e considerando os agentes sociais como atores ativos na sua sociedade. Assim, demonstrando a importância da relação entre capital social e qualidade de vida para promoção de sentimentos que promovam o bem estar, onde o capital social pode atuar, como por exemplo na organização social, estabelecendo normas, reciprocidade e ações coletivas.

Na esfera acadêmica, essas afirmações abrem espaço, principalmente no campo das Ciências Humanas, e pontualmente na Ciência Política para a introdução de conceitos como empoderamento e resiliência, cuja relevância está no fato de dizerem respeito à criação de ambientes que permitam as pessoas tomarem consciência de suas capacidades físicas e mentais para a interação e modificação do seu espaço social, político e econômico. A introdução desse debate e da promoção do capital social não visa minimizar o papel dos governantes políticos, ou carregar as pessoas com responsabilidade pelos seus problemas, mas torná-las conscientes de suas capacidades, direitos e obrigações, assim, aperfeiçoando a relação Estado-sociedade por meio da potencialização dos indivíduos e da superação dos seus problemas de forma individual e, principalmente, coletiva.

A constatação da hipótese formulada evidencia a importância de se ampliar a discussão sobre a qualidade de vida que considere os valores não materiais que constituem o cotidiano dos seres humanos. Assim, é importante incentivar o

reconhecimento de aspectos subjetivos e das relações sociais e políticas dos indivíduos para o entendimento de uma sociedade e para a promoção de melhorias sociais e econômicas, primando pelo desenvolvimento baseado na solidariedade, reciprocidade, cooperação e confiança (FARR, 2004). Nesse ponto, se utiliza novamente as palavras de Woolcock (2001) que sugere que o capital social não pode ser usado como variável explicativa única, pois isso seria uma versão hierarquizada das relações sociais.

Nesse contexto, os resultados incentivam a realização de futuras pesquisas que reconheçam as variáveis de avaliação subjetiva das pessoas como complementares aos dados econômicos e como facilitadores para o desenvolvimento social e econômico de uma localidade. Desse modo, abre-se espaço e superam-se as limitações deste trabalho através da introdução de mais variáveis relacionadas ao conceito de capital social e de diferentes formas de compreensão da qualidade de vida, uma vez que os resultados aqui obtidos não definem, ou defendem, a promoção de estoques de capital social como requisito único para o bem estar, mas abrem caminho para que novas pesquisas sejam realizadas sobre qualidade de vida.

Esta dissertação objetivou contribuir para o debate acerca do entendimento e compreensão da qualidade de vida através de variáveis indicativas de capital social. O esforço empreendido neste trabalho foi de instigar estudos sobre a temática de maneira a ampliar a compreensão da qualidade de vida considerando aspectos particulares do cotidiano dos indivíduos, entretanto sem reduzir a importância de informações econômicas. Assim, são fornecidas as bases para a materialização de pesquisas de caráter propositivo que forneçam elementos para a realização de trabalhos comparados que promovam futuras incidências na realidade.

Do ponto de vista da Ciência Política este estudo buscou proporcionar subsídios analíticos para a incorporação da teoria do capital social aos estudos sobre qualidade de vida num caminho que vincula-se a compreensão da satisfação e felicidade das pessoas como aspectos subjetivos de avaliação do seu dia-a-dia. Desse modo, atribuindo significância a valores como solidariedade, associativismo, confiança interpessoal e institucional e, assim, se desvinculando da esfera econômica tradicional de compreensão da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, Gabriel A. A developmental approach to political systems. In: FINKLE, Jason L.; GABLE, Richard. W. (Eds.). *Political development and social change*. New York: John Wiley & Sons, 1966. p. 17-83.
- ALMOND, Gabriel A. The intellectual history of civic culture concept. In: ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (Org.). *The civic culture revisited*. London: Sage, 1989. p. 1-36.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1963. 421p.
- ALVES, Douglas; VISCARRA, Simone. Capital social, satisfação e as diferentes formas de participação política. In: *Revista Debates* (impressa), Porto Alegre, v. 1. n. 1, Mar/Abr 2006.
- AMORIM, Maria Salete Souza de. *Confiança e cultura política no Brasil e Paraguai*. Apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009.
- ASHER, Hebert B. *Causal Modeling*. Califórnia: Sage University, 1976. 98p.
- ATRIA, Raúl. Capítulo XIX: Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo. In: ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo (Org.). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. 2003. Disponível em <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/11586/P11586.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 23 jan. 2009. cap. 19, p. 581-590.
- ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo (Org). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. 2003. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/11586/P11586.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 23 abr. 2009.
- BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 519 p.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. *O Capital Social e a Atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre, 2003.

- BAQUERO, Marcello. A (des)institucionalização da desigualdade: capital social, empoderamento e democracia na América Latina. *Relatório de pesquisa- Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile*. Porto Alegre, 2006.
- BAQUERO, Marcello. *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 221p.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. In: *Revista de Sociologia. Política*, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200007>. Acesso em: 23 mai. 2009.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Educação, capital social e democracia: buscando pontos de convergência. In: *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 77-83, mai./ago. 2005.
- BARTOLINI, Stefano; BILANCINI, Ennio; SARRACINO, Francesco. Sociability predict happiness: World Wide evidence from time series. In: *Quaderni del Dipartimento di economia política*, n. 579, p. 45, out. 2009. Disponível em: <<http://www.econ-pol.unisi.it/quaderni/579.pdf>>. Acesso: 23 out. 2009.
- BECCHETTI, Leonardo; GIACHIN, Ricca Elena; PELLONI, Alessandra. On the Causal Impact of Relational Goods on Happiness. In: *CEIS Working Paper. Vergata University*, Rome, n. 151, dez. 2009. Disponível em: < <ftp://www.ceistorvergata.it/repec/rpaper/RP151.pdf>>. Acesso: 23 dez. 2009.
- BECKERT, Jens. *Economic action and embeddedness: the problem of the structure of action*. Free University of Berlin, out. 1999. Disponível em: <<http://www.irlle.berkeley.edu/culture/papers/Beckert.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2009.
- BOIX, Charles. *Democracy and redistribution*. New York: Cambridge University Press. 2003. 264 p.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, Paris, Centro de Sociología Europeo. 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. 322p.

- BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, John. (Ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Nova York: Greenwood Press, 1986. 401p.
- BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan. *Quantitative Data Analysis with SPSS 12 and 13*. Great Britain: Routledge, 2005. 336 p.
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; RODGER, Willard L. *The quality of American life: perceptions, evaluations, and satisfactions*. New York: Russell Sage Foundation, 1976. 583p.
- CEPAL. *Panorama Social*. Disponível em: <www.cepal.org>. Acesso em : 12 mai. 2009.
- CHANG, Ha-Jonn. Understanding the Relationship between Institutions and Economic Development - Some Key Theoretical Issues. In: TEIXEIRA, Erly Cardoso; BRAGA, Marcelo J. (Org.). *Instituições e Desenvolvimento Econômico*. Viçosa: UFV, 2007. p. 3-23.
- COLEMAN, James S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Mass. Harvard University Press., 1990. 1001 p.
- COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, Supplement, p. S95-S120, 1988.
- COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail. *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington, DC, World Bank, 1999. p. 71-93.
- COUCH, Laurie L.; JONES, Warren H. Measuring Levels of Trust. In: *Journal of Research in Personality*, New York, v. 31, n. 3, p. 317-336, sept. 1997.
- CREMONESE, Dejalma. *Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí/RS*. 265 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Pós Graduação em Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail. Economic progress and the idea of social capital. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. Washington, DC, World Bank, 2000. p. 325-424.
- DEBERTIN, David. *A comparison of social capital in rural and urban settings*, 1998. Disponível em: <<http://www.uky.edu/~deberti/socsaec.htm>>. Acesso em: 24 mai 2009.

- Della Porta, Donatella. Social capital, beliefs in Government, and political corruption. In: PUTNAN, Robert; PHAAR, Susan. *Disaffected democracies: what is troubling the trilateral countries*.
- DURLAUF, Steve N. *On the empirics of Social Capital*. Department of economics, University of Wisconsin, 2002. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/econ/archive/wp2001-03R.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2009.
- DURSTON, John. Construyendo capital social comunitario: una experiencia de empoderamiento rural en Guatemala. In: *Serie Políticas Sociales*, Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina Y El Caribe, Santiago de Chile, n. 30, 1999.
- DURSTON, John. El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural: díadas, equipos, puentes y escaleras. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), *Publicación de las Naciones Unidas*, Santiago de Chile, 2002.
- DURSTON, John. Qué es el capital social comunitario?. In: *Serie Políticas Sociales*, CEPAL, Santiago do Chile, n. 38, 2000. 42 p.
- DURSTON, John; LÓPEZ, Eduardo. Capital social y gestión participativa en la cuenca de Pátzcuaro. In: *Revista de la CEPAL*. n. 90, dez 2006. p.105-118.
- ESTATUTO dos COREDEs. Disponibilizado em: <<http://www.ppp.rs.gov.br/portallppp>>. Acesso em: 23 mai. 2009.
- FAGUNDES, Bruno Flavio Lontra. Matrizes do Pensamento Culturalista: Tocqueville e Almond e Verba. *Lua Nova*, São Paulo, n.74, p. 131-150, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n74/06.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2009.
- FAO. Food and agriculture organization of the United Nations. Regional. *Promoting rural women's cooperative businesses in Thailand: a training kit*. Bangkok, 2004. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/004/ad499e/ad499e0.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- FAO. Food and agriculture organization of the United Nations. *Working with local institutions to support sustainable livelihoods*. Rome, 2003. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/006/y5083e/y5083e00.htm>>. Acesso em: 12 mar 2009.
- FARR, James. Social capital: A conceptual history. Political Theory. In: *Political theory*, v. 32, n. 1, p. 6-33, fev. 2004. Disponível em: <[http://www.paunite.org/Resources/Social%20Capital%20-%20A%20Conceptual%20History%20\(Jim%20Farr%202004\).pdf](http://www.paunite.org/Resources/Social%20Capital%20-%20A%20Conceptual%20History%20(Jim%20Farr%202004).pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2009.

- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, RESUMO ESTATÍSTICO RS – COREDEs. 2000. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em: 4 abr. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, RESUMO ESTATÍSTICO RS – COREDEs. 2001. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em: 14 abr. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, RESUMO ESTATÍSTICO RS – COREDEs. 2002. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em: 24 mai. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, RESUMO ESTATÍSTICO RS – COREDEs. 2003. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em: 11 abr. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, RESUMO ESTATÍSTICO RS – COREDEs. 2004. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em: 4 jun. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, RESUMO ESTATÍSTICO RS – COREDEs. 2005. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em: 22 mai. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, RESUMO ESTATÍSTICO RS – COREDEs. 2006. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em: 11 mar. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. IDESE metodologia. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso: 22 mar. 2009.

- FRANKEN, Ieda. *Qualidade de vida no contexto dos serviços públicos: um estudo das representações sociais com profissionais de saúde*. Trabalho apresentado na V Jornada Internacional e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais. Brasília, 31 de julho a 03 agosto de 2007.
- FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 456p.
- FUKUYAMA, Francis. *La gran ruptura*. 1 ed. Buenos Aires: Editorial Atlântida, 1999. 615p.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- GROOTAERT, Christiaan; SERAGELDIN, Ismail. Defining social capital: An integrating view. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington, DC, World Bank, 1999. p. 71-93.
- HELLIWELL John F.; BARRINGTON-LEIGH, Christopher P.; HARRIS, Anthony; HAIFANG Huang. International evidence on the social context of well-being. Working Paper. National Bureau of Economic Research, Feb. 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14720>>. Acesso em: 06 ago. 2009.
- HELLIWELL, John F. Well-Being and Social Capital: Does Suicide Pose a Puzzle? In: *Social Indicators Research*, v. 81. p. 455-496. Working Paper, Vancouver, 2007. Disponível em: <<http://wellbeing.econ.ubc.ca/helliwell/chronological.php>>. Acesso em: 11 ago. 2009.
- HELLIWELL, John F.; PUTNAM Robert D. The social context of well-being. In: *Philosophical transactions of the royal society*. Research paper, Vancouver, v. 29, p. 1435-1446, sept 2004. Disponível em: <<http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=1693420&blobtype=pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2009.
- HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene C. (Org.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.
- HIGGINS, Silvio Segundo Salej. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. 1. ed. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2005. 263 p.

- IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e estatística. Censo 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e estatística. Censo demográfico 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e estatística. Censo demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2009.
- INGLEHART, Ronald. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997. 440 p.
- INGLEHART, Ronald; and WELZEL, Christian. Political Culture and Democracy: Analyzing Crosslevel linkages. *European Journal of Political Research*, Cidade, n. 42. oct. 2003.
- JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random, 1961. 458 p.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Capital Social e Cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento*. PREAL-Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e o Caribe. Rio de Janeiro: PREAL, 2002. 63 p.
- KNACK, Stephen; KEEFER, Philip. Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation. *Working paper, The Quarterly Journal of Economics*, Massachusetts, v. 112, n. 4, p. 1251-1288, dec. 1997.
- KRISHNA, Anirudh. Creating and harnessing social capital. In: DASGUPTA, Partha e SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *A Multifaceted Perspective*. Washington, D.C.: World Bank, 1999. p. 71-93.
- KUSHNER, Howard I.; STERK, Claire E. The Limits of Social Capital: Durkheim, Suicide, and Social Cohesion. *American Journal of Public Health*, v. 95, n. 7, p. 1139-1143, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.ajph.org/cgi/reprint/95/7/1139>>. Acesso em: 18 jul. 2009.
- KUSHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista de Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.

- LIPSET, Seymour M.; SEONG, Kyoung-Ryung; TORRES, Charles. A Comparative Analysis of Social Requisites of Democracy. In: *International Social Science Journal*. v.45. n. 2. p.155-176, 1993.
- LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florêncio; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. The Quality of Government. In: *Journal of Law, Economics and Organization*. Oxford University Press, v. 15, n. 1, p. 222-279, Apr 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. (1513) Tradução de Maria Julia GOLDWASSER. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 182 p.
- MARQUES, Renato. F. R. Influência da tecnologia sobre a prática cotidiana de atividade física. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis; CARVALHO, Teresa Helena Portela Freire de; GONÇALVES, Aguinaldo. (Org.). *Qualidade de vida e novas tecnologias*. 1 ed. Campinas: IPES Editorial, 2007, v. 1, p. 139-148.
- MARTELETO, Regina Maria. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. In: *Ciência da Informação*. 2004. v. 33, n. 3, p. 41-49. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/518/471>>. Acesso em: 11 jan. 2009.
- MAYRAZ, Guy; WAGNER, Gert; SCHUPP, Jürgen. Life satisfaction and relative income: perceptions and evidence. *Discussion Paper Series*, Berlin, Sept. 2009.
- MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas Bahia, Brasil. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 11, n. edição especial. p. 95-113, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; HARTZ, Zulmira Maria de A.; BUSS, Paulo M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 21 mar. 2009.
- MOISÉS, José Álvaro. Corrupção política e democracia no Brasil contemporâneo. In: LASA – Latin American Studies Association. Rio de Janeiro: Universidade Católica, 11-14 jun. 2009.
- MONASTERIO, Leonardo. *Capital social e a Região Sul do Rio Grande do Sul*. 213 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Departamento de Desenvolvimento Econômico, UFPR, Curitiba, PR, 2002.

- NARAYAN, Deepa; PRITCHETT Lant. Cents and Sociability: Household Income and Social Capital in Rural Tanzania. In: *Journal of Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v. 47, p. 871–897. jul. 1999.
- NORRIS, P. Introduction: the growth of critical citizens?. In: NORRIS, P. (Org.). *Critical citizens: global support for democratic government*. New York: Oxford University Press, 1999.
- NORTON, Andrew. Social Capital and Civil Society: Some Definitional Issues. In: NORTON, Andrew; STURGESS, G.; STEWART-WEEKS, M. *Social Capital: the individual, civil society and the State*. Policy Forum, 14, The center for Independent studies, Sidney, 2000.
- NUPESAL, Núcleo de pesquisa sobre America Latina. *Bancos de dados de pesquisas sobre capital social e qualidade de vida*. Porto Alegre: UFRGS, 2005-2006.
- NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. *The quality of life*. ed. Oxford, United Kingdom, Oxford, 1988. 453 p.
- OCAMPO, José Antonio. Capital social y agenda del desarrollo. In: ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo (Org.). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. 2003. p. 25-33. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/11586/P11586.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>> Acesso em: 23 mar. 2009.
- OECD. Organization for economic co-operation and development. *The Well-Being of the nations: The role of human and social capital*. OECD 2002. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/36/40/33703702.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Harvard University Press, 1971. 190 p.
- OSTROM, Elinor. Social capital: a fad or a fundamental concept? In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Org.). *Social capital: a Multifaceted perspective*. Washington, D.C.: World Bank, 1999. p. 172-214.
- PILATTI, Luiz Alberto. Qualidade de Vida e Trabalho: Perspectivas na Sociedade do Conhecimento. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G.; CARVALHO, T.; GONÇALVES, A. (Orgs.). *Qualidade de vida e tecnologias*. IPES, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fef/espec/hotsite/gqve/publicacoes/tecnologia.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

- PNUD, Programa das nações unidas para o desenvolvimento. *Informe anual 2008*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pnud/>>. Acesso em: 11 mai. 2009.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Ranking do IDH dos Estados em 2005. *Programa das nações Unidas* (PNUD, Brasil). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde>. Acesso em: 22 mar. 2009.
- PORTAL dos COREDEs do RS. Disponibilizado em: <<http://www.nidus.org.br/COREDEsrs>>. Acesso em: 13 mar. 2009.
- POWER, Timothy J.; GONZALEZ, Júlio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. In: *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 51-69, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 dez. 2009.
- POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D.. Desconfiança política na América Latina. IN: *Revista Opinião. Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Mar. 2010.
- PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ Michael; CHEIBUB, José Antonio; and LIMONGI, Fernando. *Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University, 2000. 323 p.
- PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000. 541 p.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993. 260 p.
- PUTNAM, Robert; HELLIWELL, John. Economic Growth and Social Capital in Italy. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail. *Social Capital: A Multi-Faceted Perspective*, Washington, D.C.: World Bank, 1999. p. 253-268.
- REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 35-49, nov. 2003. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2009.

- RENNÓ, L. R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 33-59, mai. 2001.
- RIO GRANDE DO SUL. *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em 22 mar. 2009.
- SCHWARTZMAN, Simon. Repensando o desenvolvimento: educação, ciência, tecnologia. SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, São Paulo: Instituto Goethe, IDESP, 18-19 mai. 1993. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos/repensando-desenvolvimento-educacao/repensando-desenvolvimento-educacao2.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2009.
- SEIDL, Eliane Maria F.; ZANNON, Célia Maria L. Qualidade de vida e saúde: aspectos metodológicos e conceituais. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 580 - 589, 2004.
- SOLOW, Robert. Notes on social capital and economic performance. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Orgs.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington D.C.: World Bank, 1999. p. 6-12.
- SOUZA, Elza Maria de; GRUNDY, Emily. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1354-1360, set./out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n5/30.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2009.
- STIGLITZ, Joseph. Formal and informal institutions. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Orgs.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington D.C.: World Bank, 1999. p. 71-93.
- TARROW, Sidney. Making Social Science Work Across Space and Time: A Critical Reflection on Robert Putnam's Making Democracy Work. In: *American Political Science Review*, Washington, D.C., v. 90, n. 2, p. 389-397, Jul. 1996.
- TRIGILIA, Carlo. Social Capital and Local Development. In: *European Journal of Social Theory*. 2001. v. 4, n. 4, p. 427-442. Disponível em: <<http://est.sagepub.com/cgi/reprint/4/4/427>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

- TURNER, Jonathan. H. The formation of capital social. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington D.C.: World Bank, 1999. p. 94-146.
- UPHOFF, Norman. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington D.C.: World Bank, 1999. p. 215-252.
- VEENHOVEN, Ruut. How universal is happiness?. INTERNATIONAL DIFFERENCES IN WELL BEING. EUA: Princeton University, 12-14 out. 2008. Disponível em: <<http://mpira.ub.uni-muenchen.de/16853/>>. Acesso em: 01 nov. 2008.
- WHOQOL. World Health Organization quality of life. Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida. Organização Mundial de Saúde divisão de saúde mental grupo WHOQOL 1998. Disponível em <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol-publicacoes.html>>. Acesso em: 11 abr. 2009.
- WOOLCOCK, Michael. The Place of Social capital in Understanding Social and Economic Outcomes. In: Isuma. Canadian Journal of Policy Research/Revue canadienne de recherche sur les politiques. Ottawa: Government of Canada's Policy Research Secretariat. v. 2, n. 1. 2001. Disponível em: <<http://homepages.wmich.edu/~jbiles/woolcock.pdf>>. Acessado em: 21/06/2009>. Acesso em 22 abril 2009.
- WORLD BANK. *Social Capital for Development*. Washington, D.C. The World Bank Group. 2003. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/poverty/scapital>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

APÊNDICES

Apêndice A – O uso da análise fatorial

De acordo com Babbie (2005), a construção de índices é utilizada com o propósito de agregar um grupo de questões como representativas de uma variável mais complexa. Assim, o primeiro passo para a construção de um índice válido é verificar a correlação entre as variáveis que irão compô-lo. Para tal, antes da elaboração dos índices que compõem este trabalho foram realizadas análises fatoriais com as questões que se objetivava trabalhar. Esse procedimento torna possível agregar um conjunto de variáveis em um número menor de fatores e dimensões sem que esses percam sua interpretabilidade e coerência. Dessa forma, reduzindo um conjunto de elementos em grupos menores de igual capacidade explicativa (através das suas cargas).

Os passos usados na análise fatorial para a realização do cálculo da matriz de cargas no SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) se inicia nas opções *statistics*, *data reduction* e *fator*, localizadas na barra de ferramentas do programa. Após preencher as janelas abertas com os dados escolhidos, marcar a opção *Varimax* (responsável por minimizar o número de variáveis em cada fator) na janela *rotation*, e finalizar o processo. O resultado da extração de cargas obtidas por meio dessa técnica varia de zero (0) a um (1), onde a maior proximidade com um (1) indica uma maior correlação entre as variáveis.

Os resultados desse procedimento são apresentados em duas tabelas principais: a *Component Matrix* e a *Rotated Matrix*, resultante da opção de rotação *Varimax*. Entretanto, para a análise da correlação entre esses dados leva-se em consideração apenas os resultados das tabelas rotadas (*Rotated Component Matrix*), que apresentam o menor número de componentes (fatores).

As tabelas a seguir apresentam os resultados das análises fatoriais realizadas com os dados de confiança interpessoal e de bem estar das pessoas em cada COREDE estudado:

Metropolitano	Nordeste	N. Colonial																																	
<p>Rotated Component Matrix</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Component</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th>2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>26.l. Família</td> <td>,825</td> <td>-,175</td> </tr> <tr> <td>26.m. Vizinhos</td> <td>,783</td> <td>,242</td> </tr> <tr> <td>25. Se pode confiar nas pessoas</td> <td>50E-02</td> <td>,971</td> </tr> </tbody> </table> <p>Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. a. Rotation converged in 3 iterations.</p>		Component		1	2	26.l. Família	,825	-,175	26.m. Vizinhos	,783	,242	25. Se pode confiar nas pessoas	50E-02	,971	<p>Rotated Component Matrix</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th>Component</th> </tr> <tr> <th>1</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>25. Se pode confiar nas pessoas</td> <td>,882</td> </tr> <tr> <td>26.l. Família</td> <td>,707</td> </tr> <tr> <td>26.m. Vizinhos</td> <td>,821</td> </tr> </tbody> </table> <p>Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. a. Rotation converged in 3 iterations.</p>		Component	1	25. Se pode confiar nas pessoas	,882	26.l. Família	,707	26.m. Vizinhos	,821	<p>Rotated Component Matrix</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th>Component</th> </tr> <tr> <th>1</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>25. Se pode confiar nas pessoas</td> <td>,643</td> </tr> <tr> <td>26.m. Vizinhos</td> <td>,759</td> </tr> <tr> <td>26.l. Família</td> <td>,644</td> </tr> </tbody> </table> <p>Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. a. Rotation converged in 3 iterations.</p>		Component	1	25. Se pode confiar nas pessoas	,643	26.m. Vizinhos	,759	26.l. Família	,644	
		Component																																	
	1	2																																	
26.l. Família	,825	-,175																																	
26.m. Vizinhos	,783	,242																																	
25. Se pode confiar nas pessoas	50E-02	,971																																	
	Component																																		
	1																																		
25. Se pode confiar nas pessoas	,882																																		
26.l. Família	,707																																		
26.m. Vizinhos	,821																																		
	Component																																		
	1																																		
25. Se pode confiar nas pessoas	,643																																		
26.m. Vizinhos	,759																																		
26.l. Família	,644																																		
Metropolitano	Nordeste	N. Colonial																																	
<p>Rotated Component Matrix</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th>Component</th> </tr> <tr> <th>1</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade</td> <td>,847</td> </tr> <tr> <td>22.b. Satisfação</td> <td>,817</td> </tr> <tr> <td>22.c. Realização</td> <td>,826</td> </tr> <tr> <td>22.d. Confiança</td> <td>,728</td> </tr> </tbody> </table> <p>Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. a. Rotation converged in 3 iterations.</p>		Component	1	22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade	,847	22.b. Satisfação	,817	22.c. Realização	,826	22.d. Confiança	,728	<p>Rotated Component Matrix</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th>Component</th> </tr> <tr> <th>1</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade</td> <td>,730</td> </tr> <tr> <td>22.b. Satisfação</td> <td>,774</td> </tr> <tr> <td>22.c. Realização</td> <td>,751</td> </tr> <tr> <td>22.d. Confiança</td> <td>,641</td> </tr> </tbody> </table> <p>Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. a. Rotation converged in 3 iterations.</p>		Component	1	22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade	,730	22.b. Satisfação	,774	22.c. Realização	,751	22.d. Confiança	,641	<p>Rotated Component Matrix</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th>Component</th> </tr> <tr> <th>1</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade</td> <td>,847</td> </tr> <tr> <td>22.b. Satisfação</td> <td>,817</td> </tr> <tr> <td>22.c. Realização</td> <td>,826</td> </tr> <tr> <td>22.d. Confiança</td> <td>,728</td> </tr> </tbody> </table> <p>Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. a. Rotation converged in 3 iterations.</p>		Component	1	22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade	,847	22.b. Satisfação	,817	22.c. Realização	,826	22.d. Confiança	,728
		Component																																	
	1																																		
22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade	,847																																		
22.b. Satisfação	,817																																		
22.c. Realização	,826																																		
22.d. Confiança	,728																																		
	Component																																		
	1																																		
22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade	,730																																		
22.b. Satisfação	,774																																		
22.c. Realização	,751																																		
22.d. Confiança	,641																																		
	Component																																		
	1																																		
22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade	,847																																		
22.b. Satisfação	,817																																		
22.c. Realização	,826																																		
22.d. Confiança	,728																																		

Essas tabelas demonstram os resultados das extrações de cargas calculadas com a ajuda do SPSS, esclarecendo a possibilidade de agregar o conjunto de questões sobre confiança interpessoal e bem estar em um número menor de fatores, permitindo a construção dos índices propostos.

Com exceção da confiança interpessoal no COREDE Metropolitano, todas as demais análises fatoriais forneceram subsídios positivos para que as questões fossem incorporadas em um único fator. Entretanto, apesar desse resultado diferenciado no COREDE Metropolitano, optou-se por considerar todas as variáveis de confiança interpessoal como pertencentes a uma única dimensão. Tal opção é explicada por duas razões. A primeira, com base na teoria do capital social, que define as três variáveis utilizadas dentro da mesma dimensão de confiança interpessoal e a segunda, por sua vez, com o propósito de dar continuidade ao trabalho sem que esse perdesse sua capacidade de análise. Em síntese, os resultados corroboram para a construção dos índices de confiança interpessoal e bem estar das pessoas.

Apêndice B - Construção dos índices

De acordo com Babbie (2005), um índice é construído através do somatório dos escores atribuídos a respostas de questões específicas. Tal procedimento busca conhecer e mensurar o conceito pesquisado, cuja finalidade é medir a existência de aspectos pontuais do objeto em estudo. As respostas consideradas e os valores a essas atribuídos devem possuir uma medição unidimensional e interligação empírica entre si.

Definidos os itens que irão compor os índices e verificadas as correlações entre eles, o próximo passo foi atribuir valores às respostas de cada questão escolhida, possibilitando compor um único fator com vários itens. A atribuição dos valores às respostas utilizadas deve levar em consideração a amplitude desejada nos escores, para assim não correr o risco de haver um número muito reduzido de casos. O outro cuidado tomado é em relação aos valores atribuídos às respostas escolhidas, que segundo Babbie (2005) não seguem regras rígidas, mas exigem cautela do pesquisador em atribuir o mesmo valor a respostas de mesma significância ao índice.

Considerando esses quesitos, foi averiguado se as respostas das questões utilizadas estavam padronizadas. A padronização empregada respeitou a seguinte hierarquia: peso um (1) para as respostas mais positivas e peso zero (0) para as intermediárias e/ou negativas, definindo como *missing* as respostas “não sabe” (NS) e “não respondeu” (NR), que em nenhum caso ultrapassou 4,1% do total de respostas válidas. Essa classificação foi possível pelo fato de todas as questões utilizadas serem de caráter ordinal, onde predomina uma hierarquia de valores. O quadro abaixo demonstra como foi feita a recodificação em cada questão ⁶³.

Questão	Valor original		Valor atribuído
Confiança institucional e interpessoal (pessoas em geral, vizinhos e família)	1-confia		1=1
	2-confia pouco		2=0
	3-não confia		3=0
Quanto ao/à sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade?	1-Feliz	2-Infeliz	1=1 2=0
	1-Satisfeito	2-Insatisfeito	
	1-Realizado	2-Frustrado	
	1-Confiante	2-Inseguro	

⁶³ Os passos no SPSS foram: *analyze, recode into different variables*.

Finalizando a recodificação, o passo seguinte foi somar as respostas positivas dos itens de cada índice através da função *compute* na barra de ferramentas do SPSS. No tocante à confiança institucional e interpessoal, o resultado da soma variou de zero (0) a três (3), enquanto que para a percepção do bem estar dos moradores os resultados variaram de zero (0) a quatro (4). Dessa maneira, manteve-se um caráter hierárquico que estipula que quanto mais elevado o resultado da soma, mais positivo é o sentimento de confiança e de bem estar dos entrevistados.

Visando uma melhor leitura dos resultados obtidos e sua padronização, os valores atribuídos aos índices seguiram a categorização do quadro abaixo.

Dimensão		Valor	Codificação
Confiança interpessoal	Sem nenhuma resposta positiva	Três (3)	Baixa confiança
	Com uma (1) ou duas (2) respostas positivas	Dois (2)	Média confiança
	Com três (3) respostas positivas	Um (1)	Alta confiança
Confiança institucional	0 a 1	Três (3)	Baixa confiança
	2 a 5	Dois (2)	Média confiança
	6 a 7	Um (1)	Alta confiança
Bem estar hedonista	Com nenhuma (0) ou uma (1) resposta positiva	Três (3)	Baixo sentimento de bem estar
	Com duas (2) respostas positivas	Dois (2)	Médio sentimento de bem estar
	Com três (3) ou quatro (4) respostas positivas	Um (1)	Alto sentimento de bem estar

Fonte: tabela elaborada pela autora.

Apêndice C- Construção do cálculo de efeitos totais do COREDEs

O cálculo de efeitos totais das variáveis exógenas sobre a variável dependente foi realizado com base na estrutura utilizada por Bryman e Cramer (2004, p. 317). O resultado do efeito total considera tanto o valor do caminho direto entre as variáveis exógenas como os efeitos das variáveis intervenientes, caminhos indiretos, sobre a dependente. Os efeitos indiretos são o resultado da multiplicação dos coeficientes de cada caminho percorrido entre cada variável.

Os próximos quadros esclarecem a forma como foi calculado o efeito total para cada trajeto percorrido⁶⁴.

Para o COREDE N. Colonial o cálculo foi o seguinte:

1. Confiança nos Políticos

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
0.161 x 0.233	0.030	0.159	0.253
0.161 x 0.379 x 0.266	0.016		
0.128 x 0.266	0.034		
0.048 x 0.319 x 0.266	0.004		
0.048 x 0.243	0.010		
Total	0.084		

2. Confiança Interpessoal

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
0.287 x 0.233	0.060	0.205	0.487
0.287 x 0.379 x 0.266	0.028		
0.328 x 0.266	0.080		
0.356 x 0.319 x 0.266	0.030		
0.356 x 0.243	0.086		
Total	0.284		

3. Confiança no Estado

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
0.161 x 0.233	0.037	0.194	0.308
0.161 x 0.379 x 0.266	0.016		
0.128 x 0.266	0.003		
0.177 x 0.319 x 0.266	0.015		
0.177 x 0.243	0.043		
Total	0.114		

⁶⁴ Resultados maiores que 0,10 são os mais significativos.

Para o COREDE Nordeste o cálculo foi o seguinte:

1. Confiança nos Políticos

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
0.187 x 0.186 x 0.287	0.009	0.048	0.136
0.187 x 0.139	0.020		
0.114 x 0.287	0.030		
0.171 x 0.221 x 0.287	0.010		
0.171 x 0.113	0.019		
Total	0.088		

2. Confiança Interpessoal

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
0.247 x 0.186 x 0.287	0.013	0.235	0.369
0.247 x 0.139	0.034		
0.228 x 0.287	0.065		
0.131x 0.221 x0.287	0.008		
0.131 x 0.113	0.014		
Total	0.134		

3. Confiança no Estado

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
0.081 x 0.186 x 0.287	0.004	0.112	0.168
0.081 x 0.139	0.011		
0.025 x 0.287	0.007		
0.193 x 0.221 x 0.287	0.012		
0.193 x 0.113	0.022		
Total	0.056		

Para o COREDE Metropolitano o cálculo foi o seguinte:

1. Confiança nos Políticos

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
-0.1 x 0.211x 0.233	-0.005	-0.08	-0.06
-0.1 x 0.157	-0.010		
0.075 x 0.233	0.007		
0.07 x 0.252 x 0.233	0.004		
0.07 x 0.214	0.014		
Total	0.020		

2. Confiança Interpessoal

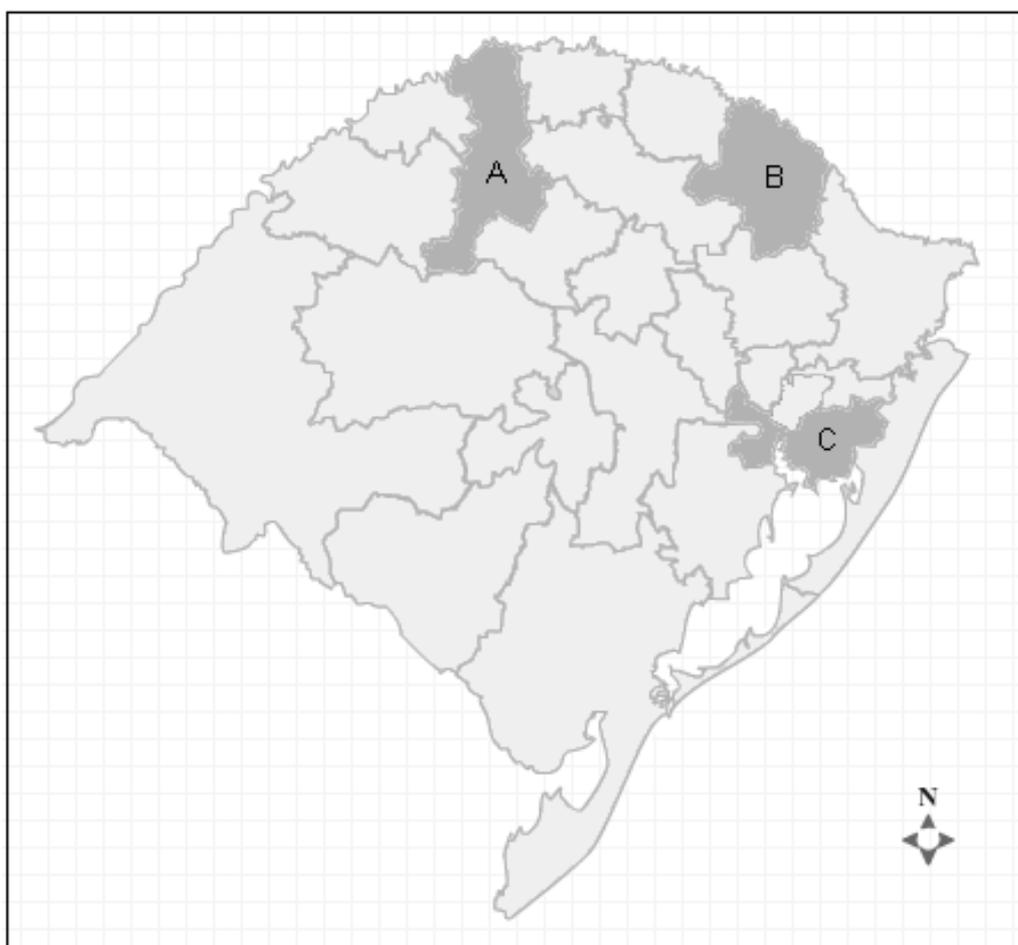
Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
0.231 x 0.211 x 0.233	0.01	0.219	0.359
0.231 x 0.157	0.03		
0.228 x 0.233	0.05		
0.192 x 0.252 x 0.233	0.01		
0.192 x 0.214	0.04		
Total	0.140		

3. Confiança no Estado

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
$0.08 \times 0.211 \times 0.233$	0.004	0.138	0.182
0.08×0.157	0.012		
0.012×0.233	0.002		
$0.102 \times 0.252 \times 0.233$	0.005		
0.102×0.214	0.02		
Total	0.043		

ANEXOS

Anexo A- Mapa do Estado do RS via Regiões do COREDE



Fonte: FEE, 2006.

- A- COREDE Noroeste Colonial
- B- COREDE Nordeste
- C- COREDE Metropolitano Delta do Jacuí

Anexo B- Avaliação do IDESE (2000-2006)

		Metropolitano Delta do Jacuí		Nordeste		N. Colonial		RS
IDESE	2000	2°	0,791	7°	0,737	18°	0,71	0,752
	2001	2°	0,789	8°	0,737	14°	0,725	0,751
	2003	2°	0,792	5°	0,752	14°	0,731	0,757
	2004	2°	0,793	17°	0,731	15°	0,731	0,76
	2005	2°	0,803	17°	0,723	16°	0,728	0,761
	2006	1°	0,804	16°	0,729	16°	0,729	
Educação	2000	7°	0,844	16°	0,824	9°	0,842	0,838
	2001	6°	0,847	17°	0,826	4°	0,854	0,841
	2003	10°	0,857	16°	0,841	3°	0,783	0,853
	2004	8°	0,859	16°	0,847	3°	0,873	0,854
	2005	6°	0,858	17°	0,842	3°	0,87	0,853
	2006	6°	0,859	3°	0,871	3°	0,871	
Renda	2000	2°	0,796	14°	0,698	10°	0,727	0,757
	2001	3°	0,785	14°	0,704	6°	0,759	0,753
	2003	5°	0,788	10°	0,758	6°	0,871	0,769
	2004	5°	0,791	9°	0,769	8°	0,771	0,773
	2005	2°	0,826	12°	0,73	9°	0,743	0,774
	2006	2°	0,83	8°	0,756	8°	0,756	
Saneamento e Domicílios	2000	2°	0,682	5°	0,57	17°	0,424	0,561
	2001	2°	0,684	6°	0,569	17°	0,428	0,563
	2003	2°	0,686	6°	0,572	17°	0,431	0,565
	2004	2°	0,681	16°	0,466	20°	0,432	0,566
	2005	2°	0,682	16°	0,467	19°	0,434	0,568
	2006	2°	0,683	19°	0,435	19°	0,435	
Saúde	2000	19°	0,841	13°	0,856	14°	0,849	0,852
	2001	16°	0,841	14°	0,849	8°	0,859	0,848
	2003	15°	0,836	16°	0,835	14°	0,84	0,841
	2004	19°	0,84	18°	0,84	13°	0,849	0,846
	2005	17°	0,849	11°	0,855	6°	0,865	0,851
	2006	17°	0,844	11°	0,855	11°	0,855	

Fonte: FEE, IDESE 2000-2006.